

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



Câmara dos
Deputados

ação parlamentar

CENTENÁRIO **DA UMBANDA** **MATRIZ RELIGIOSA** **BRASILEIRA**



Comissão de Legislação Participativa
..... Brasília | 2009

Mesa da Câmara dos Deputados
53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa
2009

Presidente

Michel Temer

1º Vice-Presidente

Marco Maia

2º Vice-Presidente

Antonio Carlos Magalhães Neto

1º Secretário

Rafael Guerra

2º Secretário

Inocêncio Oliveira

3º Secretário

Odair Cunha

4º Secretário

Nelson Marquzelli

Suplentes de Secretário

1º Suplente

Marcelo Ortiz

2º Suplente

Giovanni Queiroz

3º Suplente

Leandro Sampaio

4º Suplente

Manoel Junior

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva



Câmara dos
Deputados

Comissão de Legislação Participativa

Centenário da umbanda

Matriz Religiosa Brasileira

Seminário realizado pelas Comissões de Legislação Participativa e de Direitos Humanos e Minorias em 9 de dezembro de 2008.

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2009

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora Maria Clara Blcudo Cesar

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor Silvio Avelino da Silva

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Diretor José Oliveira Anunciação

Projeto gráfico Racso

Capa e diagramação Paula Scherre

Ilustração da capa baseada no cartaz de Víctor Emanuel Perez Jimenez

Realização do evento: Faculdade de Teologia Umbandista, Comissão de Legislação Participativa, Comissão de Direitos Humanos e Minorias, CONUB – Conselho Nacional da Umbanda do Brasil, Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Governo Federal.

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809; Fax: (61) 3216-5810

edicoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE
Ação parlamentar
n. 411

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Centenário da umbanda : matriz religiosa brasileira. — Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

138 p. — (Série ação parlamentar ; n. 411)

ISBN 978-85-736-5654-1

Seminário realizado pelas Comissões de Legislação Participativa e de Direitos Humanos e Minorias em 9 de dezembro de 2008.

1. Umbanda, Brasil. 2. Sincretismo religioso, Brasil. 3. Direitos humanos, Brasil. I. Série.

CDU 299.6(81)

Sumário

Membros da Comissão de Legislação Participativa – 2008	5
Membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – 2008	7
Equipe técnica da Comissão de Legislação Participativa – 2008	10
Apresentação	11
Participantes do debate	13
Seminário	15
Siglário.....	137

Membros da Comissão de Legislação Participativa – 2008

Mesa da Comissão

Presidente	Adão Pretto	PT (RS)
Vice-Presidentes	Eduardo Amorim	PSC (SE)
	Pedro Wilson	PT (GO)
	Dr. Talmir	PV (SP)

Composição da Comissão

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Titulares

Adão Pretto	PT (RS)
Eduardo Amorim	PSC (SE)
Fátima Bezerra	PT (RN)
Jurandil Juarez	PMDB (AP)
Pedro Wilson	PT (GO)
Silas Câmara	PSC (AM)
Suely	PR (RJ)

Suplentes

Fernando Ferro	PT (PE)
Iran Barbosa	PT (SE)
João Pizzolatti	PP (SC)
Leonardo Monteiro	PT (MG)
Lincoln Portela	PR (MG)
Mário de Oliveira	PSC (MG)

PSDB/DEM/PPS

Titulares

Eduardo Gomes	PSDB (TO)
Geraldo Thadeu	PPS (MG)

Suplentes

Eduardo Barbosa	PSDB (MG)
------------------------	------------------

PSB/PDT/PCdoB/PMN		
Titulares		
	Luiza Erundina	PSB (SP)
Suplentes		
	Paulo Pereira da Silva	PDT (SP)
PV		
Titulares		
	Dr. Talmir	PV (SP)
PRB		
Titulares		
	Walter Brito Neto	PRB (PB)
PSOL		
Titulares		
	Chico Alencar	PSOL (RJ)

Informações da Comissão

Secretária: Sonia Hipólito

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, Salas 121/122

Telefones: 3216-6692/6693

Fax: 3216-6700

e-mail: clp@camara.gov.br

Membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – 2008

Mesa da Comissão

Presidente	Pompeo de Mattos	PDT
Vice-Presidentes	Laerte Bessa	PMDB

Composição da Comissão

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Titulares

Antonio Cruz	
Celso Russomanno	
Jefferson Campos	
João Carlos Bacelar	
José Carlos Araújo	
Laerte Bessa	
Leo Alcântara	
Luciana Costa	
Luiz Bassuma	
Luiz Bittencourt	
Vadão Gomes	
Vinícius Carvalho	
Vital do Rêgo Filho	

Suplentes

Eduardo da Fonte	
Fernando Melo	
Filipe Pereira	
José Eduardo Cardozo	
Leandro Vilela	
Marcelo Guimarães Filho	

	Maria do Carmo Lara	
	Neudo Campos	
	Sandro Matos	
	Wladimir Costa	
PSDB/DEM/PPS		
Titulares		
	Carlos Sampaio	
	Rodrigo de Castro	
	Walter Ihoshi	
Suplentes		
	Cezar Silvestri	
	Efraim Filho	
	Fernando de Fabinho	
	Leandro Sampaio	
	Nilmar Ruiz	
	Paulo Abi-ackel	
	Renato Amary	
PSB/PDT/PCdoB/PMN		
Titulares		
	Ana Arraes	
	Barbosa Neto	
	Chico Lopes	
	Júlio Delgado	
Suplentes		
	Abelardo Camarinha	
	Marcos Medrado	
	Wolney Queiroz	
PV		
Titulares		
	Dr. Nechar	

PSOL

Suplentes

Ivan Valente

Informações da Comissão

Secretária: Lílian de Cássia Albuquerque Santos**Local:** Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185**Telefones:** 3216-6571**Fax:** 3216-6580

Equipe técnica da Comissão de Legislação Participativa – 2008

Sonia Hypolito

Ana Cristina Almeida Santana

Augustino Pedro Veit

Cibele de Fátima Moraes Rocha

Cláudio Ribeiro Paes

Eduardo Felício Barbosa

Eliana Teixeira Gaia

Gilvan Mendes da Silva

Gisele Villas Boas

Mariana Mei de Souza

Marilena Tavares Nunes

Mauro Cunha Batista de Deus

Nilma Martins Calazans

Rosana Maria Tenroller

Rosiana Pereira de Queiroz

Sara Teixeira Santos

Adolescentes

Bruno Daniel Arruda da Silva

Raissa Karoline de Sousa Lima

Apresentação

A Câmara comemora 100 anos da umbanda

Pela primeira vez no Brasil, parlamentares, umbandistas, representantes do catolicismo, da fé islâmica, do budismo e de outras religiões refletiram juntos sobre caminhos para garantir a liberdade de cultos e o respeito à diversidade religiosa. O debate ocorreu nas comemorações do centenário da umbanda na Câmara dos Deputados, realizado no dia 9 de dezembro de 2008, numa iniciativa das Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Legislação Participativa, e em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e com o Conselho Nacional da Umbanda do Brasil (Conub).

Esse momento histórico coincidiu com a homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e aos 20 anos da Abolição da Escravatura e resultou num Manifesto pela Diversidade Religiosa e Cultura de Paz. O documento parte do princípio de que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, e que cada pessoa tem o direito de desfrutar os direitos humanos sem distinção de qualquer tipo, tais como raça, cor, sexo, língua, origem ou religião; que a diversidade é uma característica essencial da humanidade, devendo ser valorizada e preservada em benefício de todos e em prol de uma cultura de paz; que o respeito à diversidade e à liberdade de religião ou crença sejam apanágios de uma sociedade democrática, tolerante e socialmente justa, sendo indispensável à paz e à segurança; porque historicamente pessoas foram e, ainda hoje, são vítimas de atos de discriminação, intolerância e/ou violações de direitos humanos em razão de sua religião ou crença.

O Manifesto expôs ainda a preocupação com a crescente violência, o assédio, a discriminação, a exclusão, a estigmatização, a intolerância e o preconceito dirigidos a pessoas de todo o mundo por causa de suas religiões ou crenças, levando-as muitas vezes a reprimirem e esconderem sua religiosidade e crença. O documento foi encaminhado às Comissões da Câmara e à Secretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Deputado Adão Pretto
Presidente da Comissão de Legislação Participativa

Participantes do debate

SR. ALEXANDRO DA ANUNCIAÇÃO REIS	Representante da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)
SR. ANTÔNIO OLÍMPIO DE SANT'ANA	Representante da Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo (Cenacora)
SR. EDVALDO MENDES DE ARAÚJO (ZULU)	Presidente da Fundação Cultural Palmares
SR. ELIANILDO NASCIMENTO	Coordenador da Iniciativa das Religiões Unidas (URI), Distrito Federal
DRA. GILDA PEREIRA DE CARVALHO	Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão
SR. SHEIKH JIHAD HASSAN HAMMADEH	Representante muçulmano da Assembleia Mundial da Juventude Islâmica;
SRA. MAGDA HELENA TAVARES CHAVES	Servidora da Câmara dos Deputados
SR. MAURÍCIO REIS	Diretor da Fundação Cultural Palmares
SR. MICHAEL FÉLIX	Diretor da Federação Brasiliense e do Entorno de Umbanda e Candomblé e responsável pelo jornal <i>Tribuna Afro-Brasileira</i>
SRA. NEDA FATHEAZAM	Representante da Fé Bahá'í
SR. ORLANDO FANTAZZINI	Ex-Deputado Federal e representante da Campanha <i>Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania</i>
SR. PERLY CIPRIANO	Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SR. ROGER TAUSSIG SOARES	Diretor da Faculdade de Teologia Umbandista de São Paulo
SR. SHÔJÔ SATO	Monge e Representante do Templo Budista Terra Pura, do Distrito Federal
SR. SÍLVIO LUIZ RAMOS GARCEZ (PAI RAMOS)	Presidente do Conselho Nacional da Umbanda do Brasil (Conub)
SR. SHIJEKI MAEDA	

Seminário

Foto: Iberê Lopes



(Esquerda/direita) Prof. Roger Soares, Rev. Antônio Sant'Ana, Sr. Sheikh Jihad Hassan, Dep. Luiz Couto, Sr. Elianildo Nascimento, Monge Shôjô Sato, Sra. Neda Fatheazam.

SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Declaro abertos os trabalhos do presente seminário. Este tem como finalidade celebrar o centenário da umbanda, matriz religiosa brasileira, uma promoção desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias em parceria com a Comissão de Legislação Participativa, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e o Conselho Nacional da Umbanda do Brasil (Conub).

A realização deste evento é resultado da aprovação de vários requerimentos e proposições. O Conselho Nacional da Umbanda do Brasil é um dos autores dos requerimentos apresentados à Comissão de Legislação Participativa, o qual recebeu parecer favorável do companheiro Chico Alencar.

Foi apresentado um requerimento no mesmo sentido pelo Deputado Chico Alencar à Comissão de Direitos Humanos e também outro, de minha autoria, o de nº 87, sobre a diversidade religiosa, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos.

O marco dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 120 anos da abolição da escravidão é também o momento de celebrar o centenário da umbanda, movimento espiritual, filosófico, cultural, religioso e genuinamente brasileiro.

A contribuição deste seminário será a de proporcionar uma reflexão aberta a todos nós sobre a liberdade e diversidade religiosa.

O movimento umbandista surgiu no início do século XX, no Brasil, com a missão de fundar um templo que preconizasse a caridade, a igualdade, a união e a inclusão num cenário de cerceamento de liberdades e subtração de identidade cultural de etnias oprimidas. O movimento congregou ritos e cultos, trazendo novo alento de esperança e confiança em que a cultura e religiosidade das populações sofridas estariam presentes, em um processo de reconquista da dignidade.

O movimento umbandista sempre abrigou os excluídos, promovendo uma cultura de paz, harmonia e respeito. Estabeleceu-se sem profetas, sem mártires, sem dogmas, pautando-se por uma prática aberta e plural. Sofreu, junto com seus adeptos, os tormentos da discriminação, demonstrando resistência e complacência singulares.

Ainda hoje se observa, na sociedade brasileira, episódios de intolerância e desrespeito à liberdade e diversidade religiosa.

Assim, ao propor esta reflexão, as instituições que realizam este evento prestam justa homenagem ao movimento umbandista e contribuem para a compreensão de que não há respeito aos direitos humanos nem cidadania plena sem liberdade e diversidade religiosa.

Para iniciar os trabalhos deste seminário, com o debate sobre o primeiro tema *Respeito à diversidade religiosa no Brasil: Mito ou realidade?* – foi designado o Deputado Chico Alencar, que ainda não está presente.

Convidamos, para fazer uso da palavra, o companheiro Carlos Santana, grande defensor da umbanda, também autor de requerimento para realização de sessão solene em homenagem ao centenário da umbanda, no Plenário Ulysses Guimarães, evento de suma importância.

SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Bom dia a todos. Tenho muito orgulho em coordenar esta Mesa. Na condição de umbandista assumido, é para mim muito importante estar presente a este seminário.

Antes de dar início às exposições, passo alguns informes sobre nossas realizações na cidade do Rio de Janeiro. No dia 30, realizamos uma grande festa na Fundação Progresso, na qual compareceram centenas de pessoas em comemoração aos 100 anos de umbanda. Foi um evento muito importante que coroou várias atividades ocorridas na cidade do Rio de Janeiro e no interior daquele Estado.

Para aqueles que gostam de história, quem tiver a oportunidade de ler a biografia do Cartola, que faria 100 anos em 2008, há uma página dedicada à umbanda, relatando a influência dessa religião no samba. Portanto, foi muito importante o legado dos negros Bantos, pois a umbanda surge com novos ritmos, em meio aos quais surge o samba.

Então, somos responsáveis por esse legado, que é patrimônio nacional, mas pouco divulgado. O ritmo vinha apenas dos atabaques, mas a umbanda traz outros instrumentos musicais, criando novos ritmos. É essa a origem do samba. E os negros Bantos, que se localizavam naquela região do Vale do Paraíba, do Rio de Janeiro até São Paulo, com a crise do café, no período entre os anos 29 e 30 – assemelhadas ao que ocorre hoje com o setor financeiro –, quando as fazendas tiveram que cortar muitos pés de café, foram obrigados a ir aos grandes centros do Rio de Janeiro e de São Paulo. E para lá os negros Bantos levaram esses ritmos.

Portanto, essa é a importância histórica da umbanda na origem do samba. E quem é umbandista deve abrir essa discussão com os baianos que defendem que o samba nasceu na Bahia. Temos esses argumentos.

Gosto de ler os historiadores que dizem que o samba nasceu no Rio de Janeiro. Mas os baianos não concordam. Enfim, não tenho nada contra os baianos, apenas faço esse relato para ressaltar um pouco essa parte cultural da umbanda.

Agradeço a todos os Deputados e a todas as autoridades que apresentaram requerimentos para realização deste seminário, pois será um evento de importância histórica. Estou no quinto mandato de Deputado Federal, mas este é o primeiro ano que conseguimos fazer algo pela umbanda.

Agradeço a todas as entidades e, em especial, a nossa Confederação pelo papel que desempenha. Foi importantíssimo o trabalho realizado ao longo destes 100 anos. Nesta Casa ainda há pessoas que não sabem o que significa a umbanda. É importante que as pessoas procurem a literatura já existente para entenderem um pouco mais sobre a nossa religião, que sempre trabalha com a fraternidade.

Nós esperamos que no próximo ano, quando comemorarmos os 101 anos da umbanda no Brasil, comecemos mais cedo a trajetória de divulgação e afirmação da nossa religião.

Agradeço à Secretaria Especial de Direitos Humanos e à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial pelo papel que vêm desempenhando, esta última na pessoa do Ministro Edson Santos, que ajudou a liberar uma emenda de minha autoria para conseguirmos realizar no Rio de Janeiro o evento de comemoração dos 100 anos de umbanda no Brasil.

Agradeço, enfim, a todos os Ministérios que se envolveram naquela comemoração.

Dando continuidade ao nosso evento, convidamos para compor a Mesa, que debaterá o tema *Respeito e diversidade religiosa no Brasil: Mito ou realidade?* – o expositor Perly Cipriano, Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos; o Sr. Sílvia Luiz Ramos, o Pai Ramos, Presidente do Conselho Nacional da

Umbanda do Brasil (Conub); o Sr. Maurício Reis, Diretor da Fundação Cultural Palmares.

Concedo a palavra ao companheiro Perly Cipriano.

SR. PERLY CIPRIANO – Bom dia a todos. Deputado Carlos Santana, que preside este seminário, Deputado Luiz Couto, primeiramente, quero ressaltar, em nome da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que este seminário tem extrema importância para o Brasil, para a América Latina e para o mundo, se tratarmos, de fato, do respeito à diversidade.

Naturalmente, não se trata de uma atividade apenas dedicada ao centenário da umbanda, o que já seria extremamente importante, mas também diz respeito a outras religiões de matriz africana. Nesse sentido, devemos indagar exatamente se o preconceito religioso no Brasil é um mito ou é uma realidade.

O Brasil pode se tornar grande referência mundial quanto ao respeito à diversidade, mas não é ainda a nossa realidade. Neste País há preconceito com religiões de matriz africana. Os umbandistas sofrem discriminação, assim como o povo do candomblé, os judeus e algumas igrejas evangélicas e católicas – inclusive já vimos a imagem de uma santa sendo chutada. Portanto, os católicos também sofrem discriminação.

Precisamos lidar com as dificuldades e esperar que o Estado cumpra seu papel. O Estado não tem nem pode ter religião, mas tem por obrigação assegurar a mais ampla liberdade para todas as religiões e estimular o entendimento entre as diferentes crenças, para constituirmos uma nação onde as diferenças possam conviver, respeitando-se e mantendo suas identidades.

Entre as religiões existentes, talvez a umbanda seja a que contém em si mesma a noção da diversidade, pois traz a origem cristã e incorpora elementos indígenas, de matriz africana e até mesmo práticas do Daime, como observei em viagem recente ao Acre.

Portanto, a umbanda incorpora elementos de inúmeras religiões e sua própria essência assegura essa visão de diversidade. Isso é extremamente importante para o nosso País.

Quero fazer um registro. O Deputado Luiz Couto, aqui presente, quando Presidente da Comissão de Direitos Humanos, criou um grupo de trabalho permanente para tratar da liberdade

e diversidade religiosa, algo muito importante. Certamente, o Deputado Carlos Santana sabe de tal importância.

Portanto, nesse sentido, temos que comemorar não apenas agora, mas sempre. Devemos criar o hábito de fazer essa discussão no dia 21 de janeiro, que é o Dia de Combate à Intolerância Religiosa, que coincide com o Dia Mundial da Religião. Exatamente nesse dia uma mãe-de-santo sofreu violência, na Bahia.

Precisamos fazer essa atividade de maneira permanente nas instituições e fora delas. E a Câmara dos Deputados tem um papel importante e destacado nesse contexto.

A Secretaria vem trabalhando nesse sentido. Recebemos um grupo de pessoas de religiões de matrizes africanas e diferentes religiões queixando-se de preconceito.

Fizemos uma reunião e começamos a discutir com representantes de mais de 120 religiões e tradições diferentes, para elaborar a cartilha Diversidade Religiosa e Direitos Humanos, que já está disponível. Depois produzimos o vídeo Diversidade Religiosa e Direitos Humanos. Tanto um quanto o outro estão em inglês e espanhol e foram distribuídos na América Latina e servem de subsídio para alguns segmentos da Organização das nações Unidas (ONU) que trabalham nessa área.

Produzimos também o calendário Direitos Humanos e Diversidade Religiosa. Às vezes, um mesmo dia coincide em data sagrada para cristãos, seguidores de religiões com matrizes africanas, judaicas, muçulmanos. Precisamos aprender a conviver, respeitar e propagar essa ideia, que tem a ver com escola.

Vivemos uma situação um tanto difícil. Discute-se ensino religioso. Mas, na medida em que não há definição precisa, às vezes, aquele que faz o ensino religioso, em vez de ajudar nesse diálogo, cria mais intolerância, porque se alguém tenta impor a religião que professa às crianças, na realidade presta um desserviço. Ele precisa entender que existe essa diversidade, que deve ser respeitada.

O Presidente Lula, recentemente, falou em criar um plano nacional de combate à intolerância religiosa, algo importante a ser discutido não sei se no dia 21. Isso significa educar as pessoas para o respeito à diversidade. Talvez não seja nem o caso de

combater a intolerância religiosa, mas mudar essa visão para o respeito.

Creio que deste seminário vai sair alguma resolução. A Secretaria está criando o Centro de Referência em Direitos Humanos e Diversidade Religiosa para ajudar a difundir a cartilha, o DVD, o calendário, a declaração universal, e para construir fóruns de liberdade religiosa – que o Brasil começa a construir –, a fim de que os representantes das diferentes religiões possam dialogar.

Também já realizamos o II Fórum Espiritual Mundial, no Piauí. Vamos trabalhar muito no sentido de criar – é uma proposta sobre a qual temos que prestar bastante atenção, já vem sendo discutida há mais de dois anos – um conselho de liberdade religiosa. O nome não é tão importante. Importante é a criação de um conselho consultivo em que representantes de diferentes religiões e tradições possam dialogar, a fim de ajudar a combater a intolerância religiosa, que, às vezes, surge em determinada religião, mas nem seus seguidores nem a maioria de seus dirigentes são favoráveis a ela. Apenas um ou outro fiel é intolerante. Esse fórum ajudaria muito nesse diálogo e facilitaria muito a difusão da compreensão do diferente.

Então, acho importante criar um conselho e um plano nacional de enfrentamento a todo tipo de intolerância, para que, no Dia Mundial da Religião, cristãos, judeus, muçulmanos, seguidores de religiões com matrizes africanas, budistas, hindus e xintoístas possam, juntos, fazer a celebração. Enfim, que os seguidores de todas as religiões possam dialogar e conviver entre si. Esse é o caminho e, talvez, a melhor coisa que possamos dar para o País.

Queremos criar um Brasil de respeito à diversidade. Creio que devemos tornar realidade o “não existe preconceito”. Porque ele ainda existe e precisa e vai ser combatido com diálogo, com ações como esta que a Câmara realiza. Isso ajuda muito o País a se tornar uma referência, mas, mais do que isso, a que cada cidadão de hoje e de amanhã possa viver respeitando a diversidade étnica, racial, religiosa. Esse é um trabalho de cada um de nós.

Quero saudar o centenário da umbanda e, mais do que isso, a realização deste seminário, sob iniciativa da Câmara dos Deputados.

O Brasil está de parabéns.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Passo a palavra ao Sr. Sílvio Luiz Ramos Garcez (Pai Ramos) Presidente do Conselho Nacional da Umbanda do Brasil (Conub).

SR. SÍLVIO LUIZ RAMOS GARCEZ – Saúdo todos os Parlamentares, a Mesa, os Deputados Carlos Santana e Deputado Luiz Couto, o Subsecretário Perly Cipriano, que é um parceiro, o Deputado Eudes Xavier, a quem agradeço pela presença, e a Deputada Luiza Erundina.

Também gostaríamos de agradecer às Comissões de Legislação Participativa e de Direitos Humanos e à Secretaria de Direitos Humanos por terem apoiado este momento de comemoração reflexiva.

Este é um momento muito importante, em que a umbanda – religião genuinamente brasileira, formada por matrizes africanas, ameríndias e indo-europeias, dando origem ao mestiço brasileiro – é uma expressão que congrega essas culturas e que tem no seu bojo a própria diversidade como apologia.

Este evento é importante na medida em que precisamos começar a refletir sobre essa questão da intolerância religiosa, que lamentavelmente ainda existe.

Nesta Casa, no espaço apropriado, fixamos vários cartazes com a figura de um ícone do nosso imaginário umbandista, o preto-velho, e esses cartazes foram arrancados sistematicamente todas as vezes que os colocamos. Eu fico pensando: como podemos conviver com uma situação dessas, num país onde os que foram eleitos pela maioria teriam de governar pelas minorias?

Apenas digo isso para mostrar que é muito difícil lidar com o preconceito. É algo muito complicado. Se na Casa onde se legisla, onde estão presentes os representantes do povo, há esse procedimento, precisamos começar a pensar, de forma muito profunda, em como acabar com esse problema.

É só um registro e até uma indignação, porque o art. 5º da Constituição garante liberdade de culto e rito. E nós só queremos nos expressar de forma livre, dando condição para que as pessoas possam se manifestar de acordo com o que prega a nossa Carta Magna.

A umbanda é formada pelos excluídos. E não vou entrar no aspecto histórico, porque alguém aqui vai falar sobre isso. Mas digo que, acima de tudo, todos nós temos um papel importante nesse processo de tentar esclarecer a população, a sociedade civil, os órgãos públicos, não somente, como disse muito bem o Sr. Perly, em relação à umbanda, mas também a respeito da religião e até da não religião. As pessoas têm que ter o direito de não professar fé nenhuma. Isso é um direito humano.

Historicamente, em 100 anos, a umbanda se insere nesse contexto, sempre marcada pelas lutas. Ela não é uma religião, ao contrário das honoráveis religiões que conhecemos que começaram a partir de um mártir ou de um profeta. Ela veio das massas. Ela nasceu a partir de uma massa de excluídos que clamava pela necessidade de estar presente no centro das decisões, participando, opinando e dando respostas a todo esse contexto que o nosso País vive, e não simplesmente estando presente em uma solenidade ou em qualquer comemoração, como adereço folclórico. Não! A umbanda tem um escopo sério. É essencialmente inclusiva e tem uma abertura, porque não há a última pergunta e, portanto, nem a última resposta. É uma matriz em construção, é uma unidade aberta, que está disposta realmente a participar, de forma efetiva, do cenário político, principalmente atuando na sociedade com o objetivo de trazer o que basicamente queremos: o direito de nos expressar livremente, sem as ações agressivas que vimos sofrendo ao longo do tempo. É um trabalho árduo, é um trabalho duro, mas é um trabalho que começou.

Como disse outras vezes, no ano passado, conseguimos um avanço muito grande. O Deputado Luiz Couto era Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, e nós conseguimos realizar aqui uma audiência pública, em que se discutiu a questão da mídia e da diversidade religiosa.

Dessa audiência pública, muitas ações se desencadearam. Uma delas, motivo de tema que será abordado aqui na nossa última Mesa, é a realização da Conferência Nacional de Comunicação, que acho uma das coisas mais importantes neste País. O Executivo tem obrigação de aprovar isso e de convocar, para

que possamos começar pela mídia, que é veículo de expressão, veículo que modifica as consciências, lamentavelmente.

Chamo a atenção desses senhores de que a concessão é pública. Quem dá concessão à mídia, às rádios e televisões é o Estado. E, sendo o Estado laico, não podemos deixar que simplesmente se faça a apologia dessa ou daquela religião. Não. Nós temos que fazer apologia de todas, porque todas são boas. Não existe religião ruim. Religião é uma forma particular de se ver uma mesma coisa. Todas são boas; todas atendem às necessidades espirituais de cada um, todas alimentam a alma daquele que a busca. Não é possível que continuemos vivendo debaixo de um jugo e de um processo de demonização, como a umbanda lamentavelmente sofre – e que já é histórico. Não vou entrar no mérito porque não temos tempo; porém isso vem de tradições que não são as nossas.

A umbanda, como disse, congrega todas as nossas tradições, congrega todas as nossas expressões culturais, que são as bases da matriz formadora do próprio povo brasileiro. Então, ela é uma religião genuinamente brasileira, de matriz brasileira, na qual existem traços fortes da cultura negra, traços fortes da cultura ameríndia e traços fortes da cultura indo-europeia.

Como presidente de um órgão nacional, propusemos este seminário e louvamos a sensibilidade dos Parlamentares que o aprovaram. É um ponto de partida e, para mim, também um divisor de águas. Pela primeira vez, a periferia está no centro do poder. Isso é emblemático! Os excluídos hoje estão no centro do poder, podendo falar e mostrar que não somos pessoas ignorantes, sem cultura, que só batemos tambor e fumamos charuto e estamos sempre nas encruzilhadas, fazendo isso ou aquilo. Não, meus caríssimos! A umbanda tem um escopo e um discurso muito sério. Procurem conhecê-la! Procurem conhecê-la, que os senhores vão ver quanto de bom a umbanda pode trazer, como todas as religiões.

Não estou fazendo apologia à umbanda. A umbanda é essencialmente universalista. As pessoas têm o direito de se manifestar livre e abertamente, porque este é um direito humano.

Deixo aqui esta lembrança aos Parlamentares: os senhores foram eleitos pela maioria, mas devem governar pelas minorias.

Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Com a palavra o Sr. Maurício Reis.

SR. MAURÍCIO REIS – Bom dia! Agradeço pelo convite. Nossas saudações aos Deputados Carlos Santana, Luiza Erundina, Luiz Couto, ao Sr. Perly Cipriano, aos demais Parlamentares e convidados.

Primeiro, quero tomar a bênção: *motumbá! mucuiú! saravá! kolofê!* a todos aqui presentes.

Represento o Presidente da Fundação Cultural Palmares, Edvaldo Mendes Araújo. Estou Diretor de Proteção de Patrimônio Afro-Brasileiro, da Fundação Cultural Palmares.

Em nome da Fundação Cultural Palmares, nós nos sentimos muito lisonjeados por participar deste seminário. Temos algumas atuações com a religião de matriz africana. Temos um ponto de cultura na Casa São Jorge, em Friburgo, que tem contribuído sensivelmente para o Entorno de Brasília, modificando a realidade daquela comunidade, com a inclusão de capoeiras e atividades em que as próprias crianças estão sendo motivadas a participar ativamente.

A Fundação também tem participado de alguns seminários a respeito de intolerância religiosa. Hoje é fundamental essa discussão, como já foi aqui relatado. A questão da intolerância toca não só o candomblé, a umbanda, mas também outras religiões.

O Ministério da Cultura (Minc), está restaurando as esculturas que foram depredadas, queimadas, alvos do vandalismo e da intolerância religiosa, na Prainha, no Lago Paranoá. Portanto, gostaria de deixar aqui registrado que o Ministério da Cultura está restaurando essas esculturas danificadas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Peço só um minuto. Convido o Presidente da Fundação Cultural Palmares, o companheiro Zulu, para compor a Mesa conosco.

SR. MAURÍCIO REIS – Continuando, a finalidade da Fundação Cultural Palmares é promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra, da formação da sociedade brasileira.

Nesse sentido, é fundamental nossa participação neste seminário. Sabemos que a Constituição de 1988 garante a liberdade de culto religioso. Então, esta Casa tem importantíssima participação nesse resgate, nessa quebra da intolerância religiosa, que, infelizmente, vem, de forma avassaladora, denegrindo religiões tais como o candomblé e a umbanda, principalmente. Por isso estamos hoje aqui para discutir exatamente essa intolerância religiosa. E lembro o fato relatado pelo Sr. Sílvio: foram arrancados os cartazes que divulgavam o seminário que hoje se realiza.

Antes de voltar a palavra ao Senhor Deputado Carlos Santana, peço licença para deixar registrada uma fala em *yorubá*.

(O orador profere cântico em yorubá.)

Essas palavras significam que ninguém vai me proibir de professar a minha religião e a minha fé!

Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Gostaria que o Zulu falasse algumas palavras para nós.

SR. ZULU ARAÚJO – Bom dia a todos! Bom dia em particular ao amigo Carlos Santana, que, além de Deputado, é militante religioso, militante da umbanda e também um dos mais importantes militantes sindicais do Rio de Janeiro; Bom dia ao meu amigo Perly Cipriano, da Secretaria de Direitos Humanos, com quem nós temos enorme parceria nesse trabalho; Bom dia ao Sílvio; e bom dia ao meu diretor da Fundação Cultural Palmares, Maurício Reis, que, assim como eu, também é baiano, para o gáudio do meu amigo Carlos Santana. A Bahia e o Rio de Janeiro fazem parceria mais uma vez, em nome de uma nobre causa!

Quero também dar meu bom dia ao Deputado Luiz Couto, com quem estive ano passado, na Comissão de Direitos Humanos, juntamente com o Ministro Gilberto Gil e a Deputada Luiza Erundina, que conheci com o ex-Deputado Domingos Leonelli, que agora é Secretário de Turismo do Governo do Estado da Bahia.

Em primeiro lugar, quero pedir desculpas pela hora em que cheguei. É porque, como está em tramitação aqui no Congresso Nacional projeto que reestrutura o Ministério da Cultura e também engloba a reestruturação da Fundação Cultural Palmares,

nós estamos percorrendo os gabinetes das lideranças partidárias para ver se conseguimos votá-lo ainda este ano.

A nossa Fundação possui 20 anos de existência. Foi criada no dia 22 de agosto de 1978, e possui a mesma estrutura de 20 anos atrás. Ou seja, para os senhores terem idéia da gravidade, nós temos apenas 13 funcionários de carreira entre 95. Temos dois terços dos servidores da Fundação Cultural Palmares terceirizados. E todos sabem que o Ministério Público tem atuado firmemente na redução dos terceirizados. Evidentemente, isso reduz a nossa capacidade de atuação sobremaneira. Além da necessidade de qualificar, temos também um problema quantitativo, objetivamente quantitativo.

Pelo que o próprio Diretor Maurício Reis colocou, nesse campo, no chamado campo da proteção ao patrimônio afro-brasileiro, no qual eu tenho tido uma parceria muito forte com o Deputado Carlos Santana, particularmente no Rio de Janeiro, temos buscado, na verdade, atuar em duas frentes. Uma delas é no mapeamento e no registro das manifestações culturais das religiões e matrizes africanas. Na verdade, isso é fundamental para que a gente possa entender o papel civilizatório da cultura negra no País, particularmente no que diz respeito à religiosidade.

Não estou falando de religião; estou falando de religiosidade – e estou distinguindo propositadamente. Não é que não haja religiões de matriz africana, mas é que as religiões de matriz africana foram tão generosas diante da tragédia que foi a presença negra no Brasil nos primeiros 400 anos, que ela imantou não apenas aqueles que foram descendentes dos escravizados; ela imantou a sociedade como um todo.

Através dessa religiosidade, está presente em nossa culinária uma das formas mais belas de exercício cultural. O acarajé, que era da Bahia e hoje é do Brasil, e, podemos dizer do mundo, é, nada mais nada menos, uma comida de Iansã, um *Orixá*. Para que aquelas pessoas pudessem sobreviver, ela foi transformada em produto. Com essa religiosidade, hoje, por exemplo, milhares de pessoas, somente na cidade de Salvador, Bahia, sobrevivem do ofício das “baianas do acarajé”. São 10 mil “baianas de acarajé” somente na cidade de Salvador.

Eu conto sempre esse fato quando falo da intolerância religiosa, para que vocês percebam que isso não é apenas um ato voluntário, ou seja, um ato individual, um ato de preconceito de uma pessoa contra outra pertencente a outra religião. É muito mais do que isso. Pois bem, esse ofício da “baiana do acarajé” – que foi agora elevado a patrimônio cultural afro-brasileiro pelo Ministério da Cultura, registrada no livro de tombo –, há três anos passou por um problema gravíssimo na cidade de Salvador, por causa da intolerância religiosa praticada por um grupo neopetencostal. Esse grupo criou uma cooperativa na cidade de Salvador, retirou o nome de acarajé desse bolinho, que é frito, e passou a chamá-lo de “bolinho de Cristo”, considerando que acarajé era coisa do demônio. E foi necessária a intervenção da Prefeitura Municipal de Salvador e da Câmara Municipal de Salvador para se fazer uma legislação que proibisse a modificação do nome e dos trajes com que se vendiam esses acarajés. Ou seja, era mais do que uma disputa no campo religioso; era uma disputa no campo econômico – mais do que isto, era a desafricanização de uma produção cultural coletiva de centenas de anos, além da demonização daquilo que é, além de uma iguaria extremamente saborosa, a representação de uma presença religiosa na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, no Brasil.

Estou citando esse exemplo, para que vocês percebam o grau de seriedade com que esse trabalho precisa ser realizado, o grau de seriedade com que essa luta precisa ser implementada. A luta contra a intolerância religiosa não é uma luta em favor de tal ou qual religião; é uma luta em favor do direito elementar que qualquer cidadão brasileiro deve ter de professar a religião que ele bem quiser e entender, ou não professar nenhuma. Esse direito é constitucional, está assegurado na Constituição brasileira. Ainda assim, nós temos correntes religiosas no Brasil que fazem uso de instrumentos e equipamentos dos mais modernos, como, por exemplo, a televisão e o rádio, para, não apenas exprimir as suas ideias religiosas, mas difamar, caluniar e estigmatizar as religiões de matriz africana.

Deputados, nestas breves palavras, eu gostaria de dizer que a Fundação Cultural Palmares, e não ela somente – eu tenho

certeza de que o Diretor Maurício Reis já afirmou isso –, está à frente na luta contra a intolerância religiosa no País. E tem atuado concretamente para a proteção das manifestações culturais de matrizes africanas.

Nós realizamos, na cidade de Salvador, um projeto piloto. O primeiro mapeamento de terreiros de Candomblé da cidade de Salvador. Identificamos 1.165 terreiros. E os dados são muito interessantes. Cada terreiro de candomblé na cidade de Salvador é, na verdade, um espaço cultural de convivência, um espaço de sociabilidade e integração, um espaço que permite que as pessoas possam se sentir cidadãos. São 1.165. Identificamos também que 80% a 82%, não tenho o número certo, são praticados por afrodescendentes. Do mesmo modo que identificamos também que a maioria desses terreiros na cidade de Salvador é de *ketu*, uma das linhas das correntes religiosas entre os afrodescendentes. Esperamos, muito em breve, reproduzir isso no Brasil inteiro. E estamos contando com o firme apoio do Presidente da Frente Parlamentar de Promoção da Igualdade, Deputado Carlos Santana, para podermos realizar isso no Rio de Janeiro.

É evidente que o Rio de Janeiro tem outra característica. Na cidade do Rio de Janeiro existe basicamente a umbanda; lá a maioria absoluta é umbanda. Aliás, embora eu seja de *ketu*, a umbanda é considerada e muito valorizada por isso, ou seja, como a verdadeira primeira religião genuinamente brasileira; poderíamos dizer: a primeira religião afro-brasileira.

Nós temos essa singularidade. O Brasil tem essa singularidade. A capoeira é brasileira, o samba-de-roda é brasileiro, o acarajé é afro-brasileiro. E digo brasileiro porque, na verdade, hoje já não podemos distinguir mais o que é afro do que é brasileiro, nesse campo.

Quero encerrar estas palavras com um verso de um cantador baiano, chamado Lazzo Matumbi, que expressa muito bem essa força e essa presença da cultura negra, seja através da religião, seja através das manifestações artísticas que estão presentes no Brasil. Ele diz, numa música chamada *Alegria da Cidade*: “*Eu sou parte de você/ mesmo que você me negue/ na beleza do afoxé/ ou no balanço do reggae.*”

Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Antes de passar para o debate, queria fazer uma reflexão. Acho que é importante esse processo que estamos vivendo no Brasil, de afirmação da umbanda. Eu sou umbandista, e minha linha dentro da umbanda é a de fortalecer a cultura afro. Por isso, vemos a importância de ter várias matrizes, mas com esse sentimento maior.

Sempre digo que estou na umbanda fortalecendo o setor afro. Entendo muito bem isso porque, nas sextas-feiras, minha avó me levava para um terreiro – e nós tínhamos que ir. E, vejam, no domingo tínhamos de estar na primeira fila da igreja, com meu pai do lado. Éramos nove filhos, e todos tinham quer ir. Isso me deu todo esse entendimento e essa diversidade positiva que possuo hoje.

Eu verifico que a religião da umbanda tem muito a ver com a realidade do Brasil e de sua colonização. Na quinta-feira, ao sair daqui, fui convidado a ir a uma casa. Ao chegar nessa casa, uma casa pequena, num morro, em Nilópolis, percebi que estavam me esperando com cachorro-quente! A casa tem um quarto, onde eles fazem o reforço escolar das crianças – e tudo isso sem dinheiro do poder público. Todo esse trabalho é feito pela população local. Para vocês imaginarem, a professora é católica. Ela dá aulas nesse espaço, onde também é feito o culto.

Essa é a realidade do Brasil, desse povo que estamos atingindo, que é o povo mais humilde. O povo mais humilde não tem nenhum centavo para dar. Muitas vezes, são os praticantes que acabam ajudando e fazendo um trabalho que o poder público deveria fazer.

Como disse o Sr. Sílvio, nosso Presidente, essa é uma religião em construção. E, para ser construção, Sílvio, tem que ter um projeto. Nós temos que ser ousados.

Eu tenho um amigo – e vou falar o nome dele porque ele me dá esse direito – que se chama Oliveira. Eu o conheço há mais de 20 anos. Um belo dia, o Oliveira chegou ao meu gabinete e disse: *“Carlinhos, quero fazer um relato para você: eu sou umbandista há mais de 20 anos.”*

Eu sou do Sindicato dos Ferroviários e ele, do Sindicato dos Eletricistas. Eu já fui ao seu terreiro, à sua casa, e sei que ele faz um bom trabalho.

As pessoas, primeiro, têm que se assumir na sociedade. Se não se assumirem na sociedade, não adianta, é hipocrisia!

Eu, Deputado Carlos Santana, perco mais votos ao dizer que sou da umbanda, do que ganho. Perco mais votos, porque minha origem é o movimento sindical. Quem sabe da minha trajetória no ambiente sindical, sabe como eu atuava lá. Só que eu fiz uma opção, uma opção de uma pessoa que não recebe nenhuma divindade, mas que assume ideologicamente e religiosamente a umbanda. E faço isso porque a fraternidade, para mim, é o princípio de tudo.

E quero fazer uma crítica construtiva a todos nós que somos umbandistas. O que nós fizemos em relação à questão das enchentes de Santa Catarina? Nós batíamos atabaque, e vamos continuar batendo atabaque – porque era o instrumento da época. Mas hoje nós temos que usar a Internet, a televisão ou outro meio.

Quando comemoramos, no dia 30, os 100 anos da umbanda, nós pedimos 1 kg de alimento. A primeira coisa que eu disse para os organizadores foi: *“Todos esses alimentos que recebermos, nós vamos mandar para Santa Catarina. Temos que mandar para lá.”* Nós sabemos que aqui tem pessoas necessitadas, mas temos que estar envolvidos com todas essas questões que estão surgindo em todo o Brasil. Isso é importante para nós.

O Governo Lula fez o que muitos não fizeram em muitos séculos, com relação à religião. Mas ainda é muito pouco, é muito pouco ainda, comparado ao que se poderia fazer.

Televisão é uma concessão pública. Não posso assistir a um canal que fica 24 horas nos massacrando, dizendo que temos pacto com o diabo. E eu não sei se o diabo existe. Mas isso é nas 24 horas. Eu ligo a TV na madrugada e vejo a mesma coisa; quando a ligo às 9 horas da manhã, continua o mesmo. E fazem isso porque nós somos humildes e não temos juristas ao nosso lado. Se fizerem isso com as outras religiões, no outro dia eles vão receber uma intimação judicial. Por isso, eu sempre digo, em cada casa que eu vou, que temos de colocar a molecada para

estudar. Precisamos de grandes advogados, grandes doutores, para, nessa hora, nos defenderem também.

Por isso é importante estarmos no Programa Universidade para Todos (ProUni). Há 15 dias, sofremos ao aprovarmos o projeto das cotas. Nós tínhamos que nos manifestar porque quem vai se beneficiar com isso é o nosso povo da umbanda, que é humilde, que não pode estudar em escola privada, não pode frequentar uma universidade. O meu filho, sim, pode, porque eu posso pagar. Mas os filhos dos meus irmãos, os filhos das casas que frequento não podem pagar uma universidade.

Nós temos que nos posicionar com relação a todos os temas e questões nacionais, temos que estar presentes em tudo dentro desta Casa. Só assim nós vamos ser respeitados. Nós temos de fazer uma campanha para aprovar no Senado o projeto de cotas, que saiu daqui da Casa. Temos que fazer uma campanha e, ao mesmo tempo, temos de trabalhar para que se realize essa conferência ou esse encontro sobre comunicação. É importantíssimo para nós. Não dá para trabalharmos. Como nós, Deputados, não podemos fazer projetos que causem impacto econômico, nós podemos dar um aviso: não dá para as empresas estatais ficarem bancando filmes da forma como estão fazendo; não dá para bancar peças de teatro da forma como estão fazendo hoje. Claro que o cinema é importantíssimo! Eu sei, porque eu comecei em cineclube e sei a importância que o cineclube teve no tempo da ditadura militar. Sei a importância que tem o cineclube. Há todo um trabalho.

Quero agradecer muito ao Deputado Luiz Couto pela sua passagem na Presidência da Comissão de Direitos Humanos. S. Ex^a é um padre, um cristão, mas tem essa compreensão. Por isso para nós é importante sua participação. Há pessoas que têm essa compreensão mais ampla do processo. S.Ex^a usou, no bom sentido, a Comissão para podermos fazer essa discussão. Eu estou no quinto mandato. É no meu quinto mandato que a gente está conseguindo discutir isso. Nós não conseguimos isso em nenhum outro momento. Espero que depois do recesso, pelo menos de quinze em quinze dias, nós façamos um culto nosso aqui na Casa. Eu fico indignado, no Aeroporto do Galeão, quando dá

meio-dia, os alto-falantes chamando os que queiram participar do culto ecumênico ou evangélico no *hall* tal. Eu penso: Meu Deus! E ainda usam instrumentos públicos. Enquanto penso que tinha de ser assim: *“A todos aqueles, de todas as religiões, existe tal espaço para meditação.”* Então todos iriam lá usar aquele espaço para meditar, orar, independentemente de cunho religioso. Isso seria o correto. Mas usam um instrumento público.

É sobre esse tipo de coisa que nós vamos ter que começar a pensar: em como barrar esse processo.

Para terminar, a questão do engodo do ensino religioso. Vamos parar com esse negócio! É uma vergonha o que fazem do ensino religioso! É um massacre na cabeça das crianças. Cada um dizendo que a sua religião é a mais importante. E, assim, cada um faz o que quer em sua escola. Temos que parar com esse negócio!

Nós temos outro desafio. As religiões de matrizes genuinamente africanas necessitam da natureza. Não pode acontecer o que está acontecendo no Rio de Janeiro. Em alguns lugares, temos que pagar para entrar na mata. Em alguns lugares, para ir a uma queda d'água, a uma cachoeira, temos que pagar. Aí o que digo? Nós temos o plano diretor da cidade. Essa coisa é mesmo o que a gente quer ensinar ao nosso povo? Vamos ver o plano diretor da cidade. Tem que haver áreas específicas para nós. É como os espaços para cemitérios. Por que somos proibidos? Se um irmão nosso morre, então nós não podemos “fazer a passagem”, como manda a umbanda? Muitas das vezes, a gente tem que fazer escondido “a passagem” de um nosso irmão. Em São Paulo, graças a Deus, já existe uma lei que diz que você pode cultuar os seus mortos. Eu não sei se outro local tem o mesmo. Há dois anos eu fiz uma operação aqui no Sarah. Aos domingos, aquela frota vai entrando nos hospitais. Eu até deixei que falassem, mas o que eu queria dizer era isto: *“Agora os senhores me dão licença, que eu sou umbandista e quero falar da umbanda”*. E eu, incomodado com o maior corte nas costas: *“Ah! Calma aí! Eu escutei vocês educadamente. Se eu não quisesse escutar vocês, eu mandaria que trancassem a porta do meu quarto e não deixaria ninguém entrar. Mas como eu deixei a porta do quarto aberta, vocês*

entraram. Agora vocês sentem aí nas cadeirinhas e vamos escutar um pouco a afro-brasileira também.”

É assim. É a mesma coisa que acontece nos cemitérios; lá nós não temos direito de “fazer a passagem”, ato que para nós é fundamental. Então, é por isso que estou dizendo que tem muita coisa ainda para ser feita. Tem muito, muito mesmo. E termino dizendo que, para mim, Carlos Santana, seria melhor que eu ficasse no meu cantinho. Mas, se eu não fizer isso... E para quem está no quinto mandato. Porque um operário metalúrgico chegar aonde chegou; um filho de pedreiro, com nove irmãos para sustentar com o dinheiro da escola da Rede Ferroviária Federal... Se há algo que tenho de agradecer na vida são os trilhos da Central do Brasil.

Então para mim é muito fácil fazer esta reflexão. Mas é importantíssimo que as nossas entidades municipais e federais se engajem nessa visão macro, e não apenas nas pequenas questões. Nós temos que ver as questões do ponto de vista macro; nós temos que estar em todos os seminários, em todos os encontros. Temos de ter escritores nossos nos oferecendo livros para que possamos ler. Afinal, a leitura é extremamente importante para nós. Portanto, temos de exercitar a prática da leitura, e não pode haver arrogância no nosso coração. Nós temos que acreditar, cada vez mais, que a fraternidade é fundamental para todos nós, e que devemos respeitar as outras religiões. Agora estamos vendo um problema claro no Tibete: estamos vendo budistas serem perseguidos na China. É importante nós nos solidarizarmos com o povo tibetano, pela importância que ele tem. Temos de ter isso em mente: a fraternidade. Não vale nada a arrogância, não vale nada dizer que isso ou aquilo é mais. No final, vamos todos para o mesmo lugar. Isso aqui é passagem. A gente tem de entender que isso aqui é passagem, não vale nada, porque, na hora em que cairmos do outro lado, não adianta...

Então eu quero agradecer a todos a presença.

Desculpem-me se falei muito, mas é porque este tema faz parte da minha vida; tudo que faço é ao redor disso. Se pegarem a minha agenda, verão que 90% é para esse tipo de atividade. Agora mesmo, num domingo, vamos comemorar o oitavo ano do

Trofêu Kizomba. Kizomba é festa, e nós vamos homenagear todos aqueles que lutam pela cultura e pela religião. Estamos fazendo isso no Rio de Janeiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Passo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Hoje, dia 9, celebramos o Dia Mundial de Combate à Corrupção. Todos nós devemos ter intolerância diante da prática da corrupção. Esse é um processo que não permite que as pessoas tenham saúde de qualidade, habitação e educação de qualidade, porque o dinheiro público é desviado pelo ralo da corrupção. Devemos ter como bandeira também o combate pleno e permanente contra o processo de corrupção, que é um processo sistêmico e histórico, alimentado, planejado e fortalecido. Por isso, a luta tem de ser permanente.

SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Eu queria que a minha amiga, por quem eu tenho o maior xodó, Deputada Luiza Erundina, falasse um pouco para nós.

SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA – Obrigada, Deputado Carlos Santana. Também tenho uma grande estima por você. Não vou falar V. Ex^a não, porque somos muito queridos um do outro.

Quero dizer que estou aprendendo muito com esta Mesa. E vou participar de outra à tarde. Realmente, estou atuando bastante no processo de preparação da Conferencia Nacional de Comunicação Social. Entendo, companheiros, que a questão que o País enfrenta nos dias de hoje é a da democratização dos meios de comunicação. E essa democratização significa assegurar acesso livre, plural e absolutamente respeitoso com todas as diferenças, adversidades e pluralidades. Isto é que é democracia!

Sou também uma pessoa muito ligada à questão da terra. Sou originária do campo, e sei da luta pela reforma agrária. Mas tenho dito que talvez mais importante do que a reforma agrária, seja a democratização dos meios de comunicação. É a reforma do espaço eletromagnético na transmissão de ideias, de culturas, de valores, de conceitos. E, certamente, a cultura afro, toda a história da raça negra no Brasil é o cerne, a essência, a alma da cultura do nosso povo, da nossa Nação.

Daí por que irei sugerir – e à tarde participarei de uma Mesa como representante da Comissão de Legislação Participativa nesse processo de preparação da Conferência Nacional de Comunicação, às organizações que V.S^{as} representam, umbandistas e afro, em geral – que todos vocês se incorporem aos trabalhos dessa comissão preparatória à Conferência Nacional. Que os temas, as preocupações e os aspectos que mantêm relações diretas com os seus movimentos estejam contemplados nessa fase preparatória, a fim de que a programação, os conteúdos e as Mesas por si só reflitam a dimensão da vida cultural e religiosa brasileira.

Ao finalizar, saúdo os companheiros e afirmo que esta Casa está de parabéns ao celebrar, como deve ser celebrado, o Centenário da Umbanda no Brasil. Aprendemos muito com esse movimento cultural e religioso. Só temos que agradecer a vocês. A minha identidade com a causa é muito grande. Mas eu sou branca; não sou de origem negra. Mas sei a diferença que isso faz, por mais que se queira ser um de vocês. Infelizmente, não sou. Mas presto aqui minha total solidariedade e uma vontade enorme de fazer alguma coisa, ou pelo menos não atrapalhar os seus objetivos, reconhecendo o que vocês são e o que representam em nosso País.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Nós que agradecemos, Deputada Erundina. Vamos ouvir ainda o Deputado Antônio Roberto, Relator do Estatuto da Igualdade Racial.

Antes, quero dizer que o Estatuto tinha tudo para ser votado antes do dia 20. Mas, novamente, a questão da terra, Deputada Erundina, impediu a votação.

Esse é um dos *lobbies* mais fortes nesta Casa. Não é o *lobby* da educação, não; é o *lobby* da terra. A terra ainda manda por aqui. Por isso nós ainda não tivemos o sucesso de votar esse Estatuto tão importante para nós. Votamos o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança, mas não conseguimos votar o Estatuto da Igualdade Racial – e tudo por causa de um só item, o item da terra. Porque eles querem acabar com o Decreto nº 4.887, que estabelece diretrizes e define áreas quilombolas.

Vamos ter de tomar uma decisão, como ocorreu recentemente com relação às quotas. Vieram conversar comigo, e alguém me perguntou por que não deixar apenas a palavra “social”, retirando-se a palavra “racial”? Eu disse: *“Eu prefiro perder no plenário. Eu não abro mão disso. Essa palavra para mim é tudo!”*

Algumas coisas para mim na vida são importantes. E essa é. Já falei para algumas pessoas que me vieram pedir que retirasse o artigo que faz referência aos quilombolas... Eu disse que até concordaria, caso nós permanecêssemos com o projeto. No entanto, quase perdemos na Comissão de Constituição e Justiça. Se isso não fosse retirado, perderíamos naquela Comissão a manutenção do decreto do Presidente.

Hoje tenho a convicção de que não podemos deixar que tirem esse artigo. Esse trabalho começou lá atrás, com vários Parlamentares e entidades. Então, queria que vocês também acompanhassem essa discussão, uma coisa que não vai para a imprensa. Isso não vai para a imprensa de maneira nenhuma! Tudo que diga respeito à questão afro não vai para a imprensa. Não adianta. Não sai mesmo. Mas aqui, nos bastidores, isso é discutido.

Então, o companheiro Antônio Roberto tem essa responsabilidade enorme, porque é uma pessoa com ligações muito fortes com o umbandismo em Minas.

Tem V.Ex^a a palavra, Deputado Antônio Roberto.

SR. DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO – Senhor Presidente, por sua pessoa quero cumprimentar os nobres convidados que fazem parte desta Mesa, os representantes da umbanda e demais colegas Parlamentares.

É com alegria que participamos desta reunião, na medida em que a luta pela igualdade racial, incluído aí o respeito à adversidade religiosa, tem a ver com a humanidade. Ou seja, ela diz respeito a todos nós. Trata-se de saber realmente da liberdade e da autonomia. Se nós não temos liberdade nem de nos aproximar do nosso Deus da forma que nós achamos que devemos, que liberdade você tem na vida?

Na verdade, a luta continua, não é Deputado Carlos Santana? O Estatuto será aprovado, apesar dessa dificuldade, ou seja, de fazer valer o art. 68 da Constituição. Já estão previstas as propriedades

das terras para os quilombolas, mas, as forças reacionárias, as que levaram o mundo à crise que estamos vivendo, as forças neoliberais e as conservadoras, estas esperneiam mesmo.

Agora, querendo ou não, o mundo avança em termos de igualdade, de paz e de humanidade. A eleição de Barak Obama nos Estados Unidos mostra isso de maneira clara. Vamos continuar lutando, sim! Vamos continuar lutando porque essa luta não é apenas da cor da pele; ela é da igualdade humana, da semelhança humana, uma luta do amor entre as pessoas. É uma luta muito mais nobre do que simplesmente a pequena diferença da cor da pele. Ela é de raça mesmo! Quanto à questão religiosa, aí nem se diz!

Há uma diferença entre ser religioso e ter religião. A religiosidade é um direito de cada um de nós. Nós não precisamos de muitos intermediários para dizer qual é o caminho que iremos seguir nesse encontro com Deus, com o desconhecido, com o cósmico, com os nossos ancestrais.

Realmente, a umbanda no Brasil é tratada como se fosse de segunda categoria. Tem de ser no fundo dos quintais, o que chega a ser vergonhoso. A pessoa não pode falar que esteve numa cerimônia de umbanda. Então, por que essa desigualdade religiosa? Por causa do autoritarismo e da dominação. Em todas as ocasiões em que nós nos relacionamos, seja individualmente, seja coletivamente, pela diferença e somos intolerantes com a diferença, nós nos tornamos nazistas, nós nos tornamos autoritários!

Se nós todos somos semelhantes, e humanamente todos nós somos semelhantes (99,99% somos semelhantes), por que vou tratar você pelo 0,01% de diferença? Para dominar. É o que acontece na relação homem/mulher. O homem não vê a semelhança e trata a mulher como ser diferente. Trata-a na visão de pequeno universo que ele tem. Isso acontece também entre o velho e o novo, entre o negro e o branco, entre o católico e o umbandista.

A verdade é a seguinte: ou a humanidade aprende a lidar e a se relacionar pelas semelhanças humanas, ou então vamos continuar com países mandando em outros, vamos continuar tendo guerras, dominação, sectarismo etc.

Que todos os *Orixás* que nos assistem nos ajudem para que possamos realmente, cada vez mais, implantar a visão das semeanças! Aí a diferença será até bonita, criativa e divertida.

Era isso. Vamos pela umbanda, e vamos firmes! Vamos lutar pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial!

SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Que nossos pretos-velhos também nos ouçam neste momento!

Está aberta a oportunidade para que qualquer pessoa, maior ou menor de idade, possa manifestar-se.

SR. ELIANILDO NASCIMENTO – Primeiramente, bom dia a todos. Estou aqui representando a Iniciativa das Religiões Unidas (URI), organismo internacional nascido a partir do cinquentenário das Nações Unidas, que trabalha com cooperação e diálogo inter-religioso. Juntamente com muitos dos irmãos que inclusive fazem parte da Mesa, trabalhamos a temática da diversidade religiosa.

Mais tarde, participaremos de uma Mesa, que vai tratar especificamente desta questão da cultura de paz e do respeito às diversidades religiosas. Mas, não poderíamos deixar de louvar e reconhecer a importância do trabalho do Conub e, nas pessoas do Deputado Carlos Santana; do Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa e do Senador Paulo Paim; e na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal em destacar a importância dessa articulação e da realização deste evento. Não só em relação à sessão solene em homenagem ao centenário da umbanda, já realizada, mas também especificamente a este seminário, que mostra, sim, que houve mudanças e que há pessoas, organismos e entidades verdadeiramente imbuídas de trabalhar o respeito às diversidades religiosas em nosso País.

O Brasil pode ser considerado como um exemplo de que está havendo o interesse de políticas públicas nessa temática. Claro que muito se tem ainda a conquistar; se tivermos como parâmetro outros países, estamos bem avançados, mas precisamos avançar ainda mais. E um momento como este, em que a temática do reconhecimento às tradições de matriz africana e à umbanda está em pauta, contando com a participação de um órgão tão importante quanto a Câmara dos Deputados, é coisa de suma importância.

Há muitas esferas de ações e elas podem ser mais bem trabalhadas através desse segmento, talvez em um estatuto da diversidade religiosa, talvez com a questão da mídia, que está sendo trabalhada.

Louvamos essa ideia e a realização deste evento.

Muito obrigado, Deputado Carlos Santana.

SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Aproveitem este momento em que a palavra está aberta a todos.

SRA. BÁRBARA – Bom dia a todos. Gostaria de parabenizar esta Casa e dizer que estou grata por estar aqui. Sou educadora e, nessa condição, tenho um problema sério, porque não posso dizer que sou umbandista. Hoje, trabalho numa escola católica e se eu disser que sou umbandista, certamente, daqui a um ou dois meses, eles darão um jeito de me colocar para fora. Vivo essa situação desde criança, porque sou umbandista desde que me entendo por gente. Na escola, eu também não podia dizer que eu era umbandista. Onde dou aulas hoje, prego que eles têm de dizer o que pensam, têm que ser donos de si, não têm que ter vergonha do que são, e eu não posso dizer que sou umbandista. Então, de certa maneira, eu prego uma coisa e sou obrigada a fazer outra, porque eu não posso dizer.

Se estiver em uma escola, a primeira coisa que eles perguntam é: *“Você é católica? Você gosta de rezar?”* Eu tenho de dizer que sou católica e que gosto de rezar. Se eu disser outra coisa, mesmo que o meu currículo seja tão qualificado quanto o das outras professoras, eu não serei contratada. Como eu preciso trabalhar, tenho de dizer que sou católica.

Sinto-me honrada por estar aqui. Quando cheguei aqui, pensei: será que vai aparecer algum pai? Vi um tio e falei: *“Ai, meu Deus!”* Isso é sério. Então, você fica tenso, porque se tiver um pai, ele vai chegar lá e falar. Brasília é uma cidade muito pequena. Eu pensei: *“Eu vou porque, inclusive, é uma chance para eu fazer um desabafo”*; porque não se pode dizer. Em Brasília, 90% das escolas são católicas, e não podemos dizer. Tenho amigas na escola onde dou aula que são umbandistas e de outras religiões, mas não podem dizer. É uma situação que nos faz sentir oprimidas.

Eu conheço muitos católicos que vão ao terreiro bater a cabeça e se me virem serão capazes de ir dizer para a freira ou para o frei que eu estava lá, e eu ainda perco o meu emprego.

Estou extremamente lisonjeada. Eu nem sabia que poderia existir isso numa Casa como esta. Eu pensei: “Gente, um preto-velho ali!” Eu fiquei tão emocionada!

Fico grata pela oportunidade de estar aqui e poder dizer que realmente tudo o que foi dito acontece muito. Hoje o ensino religioso nas escolas prega não a diversidade cultural ou religiosa, mas uma religião ou outra.

Acredito que o ensino deveria ser feito no sentido de ensinar às pessoas a escolherem o caminho que quiserem e falar de todas as religiões sem nenhum preconceito, mas não é o que ocorre.

Queria deixar pontuada a minha vivência em relação às escolas. Na condição de educadora, sinto-me triste de ter de pregar uma coisa para os meus alunos e, na minha vida pessoal, ter de interpretar outro papel em função de as pessoas não aceitarem o culto ao qual eu me dedico.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Quero informar que chegou aqui uma grande lutadora, a nossa companheira Deputada Janete Rocha Pietá. Agradeço o testemunho e desejamos que a senhora continue dando aula nessa escola. Esse é o grande desafio de todos nós, não só seu. Em certo momento, no dia em que realmente conseguirmos ultrapassar essa barreira e a nossa religião conseguir ter um projeto global, entender a mecânica da sociedade, nós vamos ter toda a liberdade. Não é só o caso de vocês. Eu conheço juízes que não podem declarar-se. Conheço uma juíza, uma amiga que não pode se posicionar. Ela é do candomblé, mas, se falar, acabou.

Esses exemplos servem para que todos vejam como é o processo. Por isso, eu sempre digo: é muito bom, mas ainda está muito aquém da nossa necessidade. Ainda temos muita coisa para produzir. Temos que entender que as concessões são públicas. No Brasil, ainda não sabemos qual é o nosso papel, o Estado não sabe qual é o seu papel na regulamentação de várias questões. Então, temos muitas dificuldades. Mas é importante para você que continue.

Acontecia o mesmo com os militares, um tempo atrás, que não podiam dizer. Hoje nós já temos, na vila militar, em Deodoro – eu moro perto, em Bangu –, uma grande casa de espíritas militares. Eu conheço um general umbandista assumido. Ele saiu recentemente para a reserva, mas antes disso já era assumido.

Mas esse também foi um processo. Nós somos as cobaias do que vai acontecer amanhã. Temos que ter a compreensão do momento histórico que estamos vivendo. Hoje estamos trabalhando para que os nossos irmãos de religião tenham mais liberdade de culto.

Está aberta a palavra.

SR. JIHAD HASSAN HAMMADEH – Bom dia a todos. Que Deus guie a todos!

Sou Vice-Presidente da Assembléia Mundial da Juventude Islâmica, Vice-Representante da Comunidade Islâmica no Brasil. Eu gostaria de parabenizar todos os organizadores deste evento e cobrar a realização de mais eventos como este.

É possível que alguém aqui me pergunte o que um muçulmano está fazendo numa reunião de umbandistas, ou num culto ou em uma reunião. É possível que as pessoas estejam imaginando isso.

Nós, muçulmanos, estamos no Brasil desde Pedro Álvares Cabral. Há hoje 1 milhão e meio de muçulmanos no Brasil. É a religião que mais cresce no mundo. São 1 bilhão e 350 milhões de muçulmanos no mundo. E alguns ainda insistem em dizer que somos terroristas. São 1 bilhão e 350 milhões de terroristas ao redor do mundo? Se isso fosse verdade, nós não teríamos esta conversa hoje, já teriam nos explodido.

Estou neste evento não por concordar com o outro, mas por respeito ao outro. Eu não sou obrigado a concordar com o outro, eu não sou obrigado a concordar com o meu pai, nem com a minha mãe, nem com os meus irmãos, nem com o outro que torce por outro time ou que faz parte de outra religião. Mas devo respeitá-lo pela escolha que fez. Se eu quiser que ele mude, eu devo convencê-lo. E para convencer alguém é necessário ser amigo, mostrar um caminho agradável, ser simpático, falar palavras boas.

Por que falo isso? Porque nós, muçulmanos, no Brasil somos minoria, apesar de fazermos parte da raiz e da estrutura deste País.

Os muçulmanos chegaram aqui juntamente com as caravelas. Havia mouros e africanos, e a maior parte dos negros era muçulmana, vinda do Senegal, do Sudão e de outros lugares. E era letrada. Eles foram os primeiros a fazer levantes. Não podemos nos esquecer de um grande levante conhecido na história, em 1835, o Levante do Malês.

Nós traduzimos manuscritos em Salvador, na Bahia; estive-
mos no Arquivo Público e vimos vários manuscritos deixados
pelos negros muçulmanos. Escritos em árabe, havia versos do
Alcorão. Nós traduzimos alguns deles, porque estavam mal tra-
duzidos e nós corrigimos. E em um deles estava escrito em árabe:
“*Me ampare, Deus, do mal de Francisco*”. Esse Francisco, quando
descobria que eles tinham o Alcorão e ensinavam a seus filhos...
À noite, quando os senhores dormiam, eles acendiam as velas
e desenterravam o Alcorão, porque não podiam ser pegos com
ele, pois levavam chibatadas. E muitos escreviam à gilete, no seu
próprio corpo, “*eu sou muçulmano*”, para ser enterrado como mu-
çulmano pelos seus colegas, para que não se perdesse, para não
ser enterrado de qualquer forma. Havia um ritual.

Depois de um tempo, hoje eu fico analisando: esse Francisco
era o capataz, o carrasco que lhes dava chibatadas. Ele era tão
severo que em vários manuscritos se vê a passagem de Francisco.
Hoje nós, muçulmanos, brancos e negros, de todos os lugares do
mundo – porque são 1 bilhão e 350 milhões de muçulmanos ao
redor do mundo, 25% deles são árabes, o restante não árabes...
Veja a África.

Eu vejo uma parte da mídia que nos coloca como demônios. E
nós, muçulmanos, dizemos: “*Me ampare, Deus, do mal da mídia*”.

Temos de corrigir isso. Nós estamos aqui na Casa do Povo
para isto, para ter amparo. As minorais querem amparo, assim
com as majorias que são silenciadas. Nós precisamos viver em
paz, e para isso é necessário que haja órgãos que cuidem de nós.
Precisamos ter voz. Alguém precisa nos dar voz.

Estamos recorrendo a quem? Aos órgãos responsáveis por
isso, a esta Casa. Rogamos a Deus que nos guie.

À tarde, se Deus quiser, falaremos um pouco mais.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Nós é que agradecemos. Vou passar a Presidência dos trabalhos ao Deputado Pompeo de Mattos.

Quero agradecer, de público, à Comissão de Direitos Humanos a emenda que fez ao Orçamento pela causa dos afrodescendentes do Brasil. Há uma questão pela qual também andamos brigando aqui na Casa. É importante termos leis, mas é importante ter o dinheiro para executá-las. É uma vergonha vermos, por exemplo, na cultura, brigarem por 2% do Orçamento. Vemos que a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) ainda está muito aquém da realidade. E a nossa Secretaria Nacional de Direitos Humanos possui pouquíssimos recursos.

Queria chamar todos vocês para, no próximo ano, fazermos uma grande caminhada dentro da Casa, começando junto aos Ministros. Quais os percentuais que serão tirados de cada Ministério para a nossa população afrodescendente?

Vou dar um exemplo: a questão da saúde. Saúde é o maior exemplo. Se não houver hoje uma política de saúde voltada para o povo afrodescendente, não adianta. Os livros que ensinam os nossos bons médicos não falam da nossa raça.

Então, temos muita dificuldade. Não adianta falar em quilombola, se não houver uma política urbana, ônibus para levar as crianças para o colégio, escolas nas áreas quilombolas, saneamento etc. Estou defendendo uma coisa que se chama Orçamento Negro. Enquanto não encontrarmos outra expressão que possa sintetizar isso melhor, digo que estamos trabalhando com uma coisa chamada Orçamento Negro, que é fruto da discussão do Estatuto da Igualdade Racial. Estamos sentindo essa necessidade. No ano que vem, começaremos a trabalhar desde o início quanto a esta questão do Orçamento.

Deputado Pompeo de Mattos, assuma a Presidência.

Quero agradecer à Mesa e a todos os palestrantes. Estamos juntos nessa luta, pessoal!

Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) – Agradeço ao Deputado Carlos Santana a parceria. S. Ex^a é um militante da causa afrodescendente, não só por sua ação, pela sua atuação, mas pela sua própria formação. Eu também tenho um pé na África. Não posso me esquecer disso. São minhas referências. Por isso, fico contente de poder estar participando deste Seminário que tem a finalidade de celebrar o centenário da umbanda como matriz religiosa no Brasil.

Essa questão precisa ser ampliada e desmistificada exatamente para que possamos reconhecer os valores religiosos de cada um dos que professam sua fé e sua crença.

Nesta Mesa o Sr. Perly Cipriano, Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, já se manifestou, bem como o Sr. Sílvio Luiz Ramos Garcez, o Pai Ramos, Presidente do Conselho Nacional da Umbanda do Brasil (Conub), e o Sr. Edvaldo Mendes Araújo, Presidente da Fundação Cultural Palmares.

Vamos formar a segunda Mesa. Agradeço a todos a presença. Foi uma colaboração importante para o debate na Comissão de Direitos Humanos, para a discussão da questão da religião da umbanda.

Muito obrigado.

Quero dizer que os senhores também estão convidados a permanecer, se assim entenderem.

Vamos à formação da segunda Mesa, dando continuidade ao nosso Seminário, tratando agora do tema *Matriz Religiosa Brasileira: Passado, Presente e Futuro da umbanda*.

Convido para compor a Mesa o expositor Prof. Roger Soares (Araobatan), Diretor da Faculdade de Teologia Umbandista de São Paulo.

Estou consultando o professor, porque precisamos nos familiarizar com as expressões. Tivemos aqui o Pai Ramos, Sílvio Luiz Ramos Garcez, e agora temos o Prof. Roger Soares, Araobatan, que é, segundo S.S.^a me traduziu, o Guerreiro da Luz, o nome sacerdotal do professor.

Seja bem-vindo. Nós ficamos honrados com sua presença aqui e lhe concedemos a palavra para sua explanação.

SR. ROGER TAUSSIG SOARES – Bom dia a todos. Uma saudação fraterna às autoridades e a todos os presentes. É com muita satisfação que estamos aqui hoje para conversar um pouco sobre o centenário da umbanda. Pretendemos, nestes poucos minutos em que tenho para falar, traçar um panorama um pouco mais amplo, enxergar um pouco mais de longe o processo que nós vivemos hoje, um processo da busca da cidadania, de exercer os direitos dentro de um ambiente de pluralidade e diversidade que pressupõe um governo democrático.

Queremos conversar sobre isso do ponto de vista da umbanda, que está lutando para também ter esses direitos assegurados e exercidos, e também sob um ponto de vista mais global, mais amplo.

Voltando ao passado, há sete anos, em 2001, em 11 de setembro, quando tivemos aquele atentado às Torres Gêmeas nos Estados Unidos, nós corremos um grande risco. O Sheikh bem falou aqui. Cheguei e ainda pude ouvi-lo dizer que nós temos mais de 1 bilhão de muçulmanos no mundo, e evidentemente não se trata de 1 bilhão de terroristas.

Mas naquele momento nós vivíamos um grande risco: o risco de um fechamento da cultura, de um processo que a sociologia denomina como retribalização; ou seja, os Estados, os países corriam o risco de se fechar em si mesmos, fechando suas fronteiras e impedindo a comunicação livre de ideias e de culturas, que é o que se espera do Terceiro Milênio, do século XXI.

No ano seguinte, frente a essa grande dificuldade –, e, ainda dentro de um momento de espanto em que todos nós nos encontrávamos –, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) lança a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Esse é um movimento completamente oposto ou contrário àquilo que seria a tendência, ou seja, por questão de defesa, os países se fecharem. A Unesco emitiu um documento, e esse documento dizia justamente o contrário, dizia que a diversidade cultural é um patrimônio comum da humanidade; que é na diversidade cultural que existe a possibilidade de criatividade, de transformação e realização daqueles que são os nossos ideais.

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural ratificava e ao mesmo tempo aprofundava outra declaração, que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Organização das Nações Unidas, compreendendo que esse processo que nós conhecemos como diversidade cultural é intrínseca à condição humana, e que, embora nós tivéssemos vivido por vários séculos, em decorrência do próprio processo de desenvolvimento econômico, tecnológico e científico, alguns ideais de verdade uma ou única, que fosse universalmente distribuída ou abrangesse a todos... Esperamos, por exemplo, que a ciência e os postulados da Física sejam universais, e que todos tenham esses mesmos postulados.

Nós trouxemos para o campo das humanidades esse mesmo ideal, de certa maneira mecanicista, matematizante, que era distribuído nas ciências de modo geral, particularmente nas ciências naturais, e quisemos aplicar nas ciências humanas os mesmos pressupostos teóricos.

Foi necessário certo amadurecimento para que nós compreendêssemos que do ponto de vista da Biologia e principalmente do ponto de vista de sociedade nós não devemos esperar alcançar, algum dia, unanimidade, um conhecimento que seja globalmente distribuído e único. Além disso, que esse conhecimento único represente a totalidade da verdade.

Nós, umbandistas, acreditamos que o conhecimento humano é sempre uma percepção parcial, uma percepção desde uma perspectiva individual, ou de um grupo, de uma parte da realidade. Nós nunca conseguimos, na nossa mente humana, compreender a realidade, o todo. Talvez se justificasse a palavra de Paulo aos Coríntios, quando ele dizia que hoje nós vemos Deus como uma imagem no espelho e que um dia o veremos face a face.

Essa imagem, essa visão indireta do sagrado é o que todas as religiões têm. Todas as religiões buscam a mesma verdade espiritual, buscam alcançar o mesmo sagrado, mas esse sagrado é, acima de tudo, transcendente. E essa transcendência é diferente do nosso plano de existência, que é um plano de imanência, um nível em que a relatividade existe e é necessária para o nosso processo evolutivo.

Muito bem. A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural dizia que a cultura é o acervo, é o patrimônio humano, do ponto de vista espiritual, material, intelectual e afetivo. Essas quatro dimensões da cultura fazem com que nós possamos certamente incluir a religião dentro da cultura e dentro da diversidade cultural.

Considerando que a Declaração sobre a Diversidade Cultural não determinava as ações dos Estados, mas encorajava os Estados independentes a desenvolverem um plano de ação para garantir a diversidade cultural, e dizia também, no seu art. 11, que, no que concerne à diversidade cultural, é necessária a presença do Estado, é necessária uma presença atuante, a agência do Governo para garantir a diversidade cultural... Porque nós estamos diante de um processo que se chama globalização, e a globalização começa com a globalização da economia. Depois nós temos a globalização através da comunicação, da informação, do acesso à informação.

Contudo, em função dos interesses econômicos, nós corremos o risco de que o processo de globalização da economia e de acesso aos bens de saúde, aos bens da ciência, até aos bens econômicos, se restrinja a esses setores e promova uma globalização de um único padrão de cultura; ou seja, vamos traduzir isso: a ocidentalização ou americanização, para ser mais exato, de toda a cultura no mundo inteiro, no nosso planeta inteiro. Existe o risco de que nós nos tornemos, de certa maneira, unificados, mas não por um consenso que surge naturalmente entre todos, e sim por uma imposição dos interesses dos mercados de consumo, dos mercados de bens e de capitais.

Então, a Declaração sobre a Diversidade Cultural estimulava os países a adotarem ações para garantir essa diversidade. Aqui eu falo pela umbanda, eu falo aqui no Brasil pelo candomblé, pelo islamismo, pelo judaísmo, por todas as religiões que são minoritárias. Existe o risco de que nesse processo nós sejamos esmagados; sejamos impedidos de manifestar a nossa liberdade de crença, a nossa liberdade de religião, e que haja também um processo de restrição do fluxo livre e desimpedido de ideias e de valores culturais.

É nesse contexto que queremos situar, a partir de 2002, com essa reafirmação da necessidade da diversidade cultural por parte da Unesco, o movimento da umbanda.

A umbanda surgiu, considerando seu mito fundador, em 1908, com o Caboclo das Sete Encruzilhadas, há 100 anos. Tivemos, em 2003, um grande avanço – e falo porque participei deste processo de credenciamento da primeira faculdade de teologia umbandista, garantindo, de certa maneira, o exercício dessa diversidade cultural também no meio acadêmico, também no meio religioso. Foi o Ministério da Educação e Cultura que nos concedeu o credenciamento e a autorização para ministrar um curso superior de Teologia Umbandista, colocando-nos em pé de igualdade com as demais religiões que também pleiteavam a mesma condição no ensino superior.

Essa foi uma conquista para a umbanda, mas é só o primeiro passo. Neste ano, 2008, comemoramos o primeiro centenário da umbanda, que surgiu não da simples fusão das heranças culturais e espirituais de negros, sejam eles bantos, sudaneses ou de outras nações minoritárias que chegaram ao Brasil; dos indígenas, que muitas vezes ainda enxergamos de uma maneira superficial, não compreendendo a diversidade que existe entre as suas nações; da herança cultural e espiritual dos ocidentais, europeus, e também dos asiáticos. A umbanda surge desse caldeamento de raças, mas ela propõe algo a mais. Ela tem um processo holístico, em que é mais do que a simples soma das partes que a integram. Ela propõe um novo paradigma, o paradigma da pluralidade.

A ideia da diversidade é intrínseca ao movimento umbandista. Você sai de um terreiro e vai para outro, o ritual é diferente; você sai de um Estado e vai para outro, as imagens no congá são diferentes; as relações dos *Orixás* com os santos católicos no processo de sincretismo são diferentes. A umbanda, então, apesar de ter toda essa diversidade, mantém certa coesão, uma coerência interna, porque não importa se ele usa o branco no seu rito; se o azul ou o verde para Oxóssi; se usa o vermelho e o branco ou o marrom para Xangô; não importa a cor ou a forma do ritual, todos são unânimes em se identificarem como umbandistas, pelo menos dentro do seu próprio meio.

Neste ano de 2008 tivemos uma nova conquista, que foi o 1º Congresso Brasileiro de Umbanda do Século XXI, que ocorreu nas dependências da nossa faculdade, a Faculdade de Teologia Umbandista (FTU), que, aliás, foi de onde surgiu o Conselho Nacional da Umbanda do Brasil (Conub), cujo Presidente está presente.

Foi lá dentro que surgiu a proposta de, mais uma vez, reunir os umbandistas com respeito à diversidade, porque consideramos que ela é responsável justamente pelo processo de dinamismo e de criatividade que existe na umbanda. Se, por um lado, temos as tradições a serem preservadas, tradições da nossa herança africana, tradições da nossa herança ameríndia, europeia e asiática, temos também o compromisso de estar constantemente em transformação e renovação; em aprofundamento na nossa compreensão do que seja a realidade espiritual. E é em ação na sociedade que os bens espirituais que buscamos serão difundidos independentemente das religiões a que os outros pertençam.

Nossos ideais religiosos são de paz, de felicidade, de igualdade, de harmonia, respeitando as diferenças. Ou seja, em vez de igualdade, nós propomos o que se denomina equanimidade. Equanimidade não é a mesma coisa que igualdade. Igualdade é dizer que todo mundo é igual. Equanimidade significa dizer que nós somos diferentes, mas, apesar das nossas diferenças, nós temos os mesmos direitos. Nós devemos ser tratados, proporcionalmente, da mesma forma. Ou seja, não é porque existe uma população, um grupo que corresponde a uma minoria, que ele vai ser tratado como minoria no processo democrático, porque na contagem de votos a minoria nunca vai ter voz. É preciso dar o peso proporcional à diversidade que existe.

Então, se há uma minoria, ela tem que ser respeitada como minoria e valorizada de uma maneira proporcional. Isso se chama equanimidade. É essa equanimidade que nós queremos buscar não só para nós, umbandistas, mas para todas as pessoas.

Este ano nós fizemos um congresso, no qual recebemos pessoas da academia: antropólogos, sociólogos, historiadores, cientistas da religião. Eles vieram discutir a umbanda: Como a religião pode aproximar-se da ciência? Como a ciência pode aproximar-se da religião? Nós consideramos que, assim como a ciência, a religião

está-se renovando constantemente. Entre esse binômio da tradição e da renovação caminha a umbanda de uma maneira dialética.

Nós estamos aqui comemorando os 100 anos da umbanda e, como diz o fundador da FTU, o Pai Rivas, escritor umbandista consagrado, nós estamos celebrando os 100 anos pensando nos próximos 100 anos. E, para os próximos 100, esperamos que a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, promulgada pela Unesco em 2002, ratificando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas, seja posta em prática pelo Governo, porque, reafirmando, ela diz, no seu art. 11, que cabe ao Governo garantir a diversidade cultural. E a religião está dentro do processo da diversidade cultural.

Estou dizendo aqui, na comemoração do centenário da umbanda, que nós temos instrumentos até internacionais que respaldam o nosso Governo para agir de modo a coibir aquelas práticas que procuram demonizar as minorias do nosso País, sejam elas as minorias espirituais – religiosas, como a umbanda, o candomblé e todas as outras, o islamismo, o judaísmo...

Existe, infelizmente, como já foi dito aqui, uma falta de ação por parte do Governo no que concerne à mídia, ao uso da mídia, às concessões de televisão, que ainda promovem a negação da alteridade, a negação do outro. Todos têm direito de professar a sua fé, mas, para isso, não precisamos e não devemos querer negar a fé do outro, a religião do outro. Cabe a todos nós lutar pela diversidade no campo espiritual, cultural, político e mesmo de outras minorias: minorias sexuais, na arte...

Tudo isso merece a atenção do nosso Estado, do nosso Governo. A diversidade cultural é um patrimônio da humanidade. É uma condição *sine qua non* para que continuemos evoluindo. A unanimidade é burra. Não queremos unanimidade, queremos a diversidade, que permite que, cada vez mais, nos tornemos humanos e conscientes da nossa situação.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) – Muito obrigado, Prof. Roger Soares, Araobatan, Diretor da Faculdade de Teologia Umbandista.

Nós contamos com a presença de colegas Parlamentares. Quero franquear a palavra. Está presente a Deputada Janete Rocha Pietá e o Deputado Chico Alencar. Querem manifestar-se?

O Deputado Chico Alencar está com a palavra.

SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Nós tivemos problemas para realizar este Seminário, por incrível que pareça, não da parte dos Deputados, mas de alguns assessores que, com a melhor das intenções, para se ver o peso da cultura eurocêntrica, disseram que na Câmara dos Deputados não caberia fazer manifestações religiosas. Ora! Felizmente, eu nem sei o nome dessas pessoas, nem quero saber. Nós contra-argumentamos e o Seminário, com toda esta riqueza, com a afirmação da diversidade, da necessidade da equanimidade, que eu acabo de aprender com o Prof. Roger, está acontecendo.

Agora, é paradoxal esse argumento não só pelo seu conteúdo em si, mas pelo fato de acontecerem, num desses plenários, periodicamente, cultos evangélicos. E não sei se ainda se realiza ali no auditório do Departamento Médico uma missa católica semanal. E olhem que tenho a minha religiosidade, vou à missa mensal na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Acho que o local adequado mesmo para esses cultos são os templos; em ocasiões especiais, é claro que celebrações ecumênicas podem acontecer aqui. Mas esse princípio do ecumenismo é fundamental.

Mas o seminário está acontecendo e eu tenho a convicção de que, caso houvesse uma cerimônia religiosa da umbanda aqui, isso seria muito questionado. As dificuldades seriam grandes, não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) – Cairia a Casa. Vamos fazer.

DEPUTADO CHICO ALENCAR – Do candomblé, então, nem se fala! Vejam só como nós ainda estamos longe de avançar nesta que é a essência da nossa humanização: o reconhecimento da alteridade, o reconhecimento do outro nas suas diferentes manifestações culturais.

Eu lia agora, coincidentemente, no voo do Rio para cá, que atrasou bastante – por isso, só cheguei agora a pouco –, um livro do meu amigo, o historiador Joel Rufino dos Santos. O Joel, com

a sua sabedoria, que o seu estudo e a vida lhe deram, diz que até mesmo a concepção de direitos humanos é uma concepção ocidental; que qualquer tentativa de impor pela força os direitos humanos em povos de outra cultura será uma grande farsa; que nós temos que perceber todas essas matrizes formadoras da única raça que existe, ou seja, a raça humana.

Vejam só, não há raças humanas, mas há discriminação étnica e racial. Para os que creem – e temos que respeitar os que não creem –, como diz Gilberto Gil, ex-ministro da Cultura, todos nós somos a raça humana, uma semana do trabalho de Deus. Ele sabia o que estava fazendo, tanto que quis descansar, porque vinha confusão por aí.

Um menininho italiano preferiu escrever para o Menino Jesus a escrever para o Papai Noel. Olhando um pouco a história da humanidade, ele falou o seguinte: *“Meu Jesus, por que você não fez um quarto pro Caim e outro quarto pro Abel? Com o meu irmãozinho tem dado certo.”*

Então, nós temos vocação pela diferença de classe, pela falta da igualdade social e econômica e da equanimidade em relação às culturas e às crenças. Nós vivemos com muito conflito. Este seminário, então, é muito singular, é muito histórico até nesse sentido e tem que se desdobrar em frutos.

O nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos é ousado. Falo na condição de alguém que no início questionou o colega Pompeo de Mattos, que foi eleito para a Presidência. Sinceramente, até aqui S. Ex^a tem exercido a Presidência de maneira democrática, exemplar, acolhendo todas as diferenças, sem se despersonalizar.

Avisou-nos S. Ex^a, quando tomou posse, que nós nos surpreenderíamos, porque não era o que pensávamos – alguns de nós, porque o Presidente não foi eleito por unanimidade. Mas o Deputado Pompeo tem realizado um trabalho muito bom, assim como a Comissão de Legislação Participativa, que tem à frente o Deputado Adão Pretto. Portanto, os gaúchos estão nos ajudando muito nesse avanço. E acho que este Seminário é extremamente importante.

Mas ainda há muito trabalho a ser feito. A discriminação existe, e a mídia não é democrática. Parte dela reforça a discriminação.

Certas correntes religiosas não têm o menor espírito de respeito ao outro, mas uma visão meramente propagandista e apostólica no sentido estreito.

É sempre bom lembrar que católico quer dizer universal. Então, ele deveria ser muito mais ecumênico e acolher todas essas crenças nas suas diversidades e aprender com elas.

Certa vez, disse o Dalai Lama que *“a melhor religião do mundo é a soma de todas aquelas que querem humanizar o ser humano e reconhecem o bem, a verdade e a justiça no amor e na solidariedade”*. Vejam que interessante: ele não falou de Deus.

A discriminação que há contra os muçulmanos, contra os umbandistas – e essas são as discriminações mais fortes aqui – e outros deve ser reverberada no Congresso Nacional. E a Câmara faz esse papel. Sinto muito orgulho de participar das duas Comissões que promovem este Seminário – e estamos aqui para aprender.

Vamos continuar, porque a batalha é grande.

SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) – Muito obrigado, Deputado Chico Alencar. Aliás, V. Ex^a foi tão duro no começo quão generoso está sendo agora.

A verdade é que vamos nos conhecendo nesta Casa. E eu diria que vamos conhecendo também a nós próprios. Afinal, não nos conhecemos o suficiente para dizer do que somos capazes, o que podemos. E a religiosidade ensina isso também.

Tenho participado de muitos cultos ecumênicos, especialmente inaugurações, nos quais estão presentes um padre e um pastor. Ainda vejo, porém, muita restrição à umbanda e ao candomblé.

Houve um tempo em que a Igreja Católica pregava que a umbanda não era considerada religião, mas uma seita. Sei lá. Hoje, pode-se até pensar mal, mas já não se diz isso, o que é um avanço.

Na peça *O Pagador de Promessas* – importante texto da literatura brasileira –, fiz o papel do Zé do Burro, o personagem que dá nome à obra e que carrega a cruz que deve ser levada à Igreja. No sincretismo da Igreja Católica com o candomblé, Iansã é Santa Bárbara. Zé do Burro havia feito sua promessa para Iansã, e como

lhe disseram que Iansã ficava na Igreja de Santa Bárbara, ele foi até lá cumprir o prometido. Essa é a origem da confusão, porque o padre não aceitava que Zé do Burro cumprisse uma promessa para Iansã na Igreja de Santa Bárbara.

Essa é uma peça muito interessante, e representei esse papel várias vezes.

As danças do candomblé me marcaram muito, bem como toda essa diferenciação. Era como se o catolicismo, que é professado majoritariamente no Brasil, fosse o dono da verdade, aquele que sabe tudo, quando absolutamente não é assim.

Temos essa pluralidade, e a Comissão de Direitos Humanos tem a obrigação de abrir as suas portas para todas as religiões. Aliás, diria que tem o dever de fazer isso. A Comissão presta um serviço à sociedade ao esclarecer esses fatos.

É direito do cidadão professar a sua crença, cultivar a sua religião, mas sem desprezar a do outro, sem desconsiderar a do outro. Felizmente, avançamos muito nesse aspecto por meio de estudos e pesquisas e do resgate de rituais do passado.

Então, este encontro é muito positivo – não tenho dúvida. E, se um dia for preciso fazer uma sessão de candomblé, a Câmara vai se render. Do mesmo modo, se precisar, realizará uma sessão voltada para qualquer outra religião, católica, evangélica etc. Todas as religiões deverão ter espaço aqui. E eu não vejo por que não realizar essas sessões.

Temos de começar a compreender isso, e a Comissão de Direitos Humanos é a porta de entrada da Câmara dos Deputados para essa pluralidade. Podem ter certeza disso.

Enquanto eu estiver aqui, no que depender de mim, será assim, nem que eu tenha de ficar segurando a porta para ficar aberta.

Com a palavra a Deputada Janete Rocha Pietá.

DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ – Senhor Presidente, quero saudar os presentes e dizer que é muito importante a reflexão trazida pelo Prof. Roger Soares sobre a necessidade de se buscar a transcendência trabalhando a diversidade com equanimidade. Essa é a reflexão que tenho feito neste mandato.

Sou afrodescendente assumida. E, no mês de novembro, no Dia da Consciência Negra, o feriado de Zumbi, meu Município desenvolveu várias atividades com a participação do candomblé e da umbanda.

Aliás, ontem, minha cidade fez 448 anos. No centro da cidade, havia duas igrejas: a que é hoje a Catedral e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Como os negros não podiam participar da igreja dos brancos, construiu-se, a aproximadamente quinhentos metros da Catedral, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. E ali também era o cemitério dos pretos. Era igreja e cemitério.

Agora, no mandato do atual Prefeito, essa história está sendo resgatada, porque, em 1930, derrubaram a igreja para construir uma rua.

Ontem, na comemoração do aniversário de Nossa Senhora da Conceição, que é Oxum no sincretismo, fiquei sabendo que outro terreno foi doado para a construção da igreja. A nova igreja, porém, recebeu apenas o nome de Igreja de Nossa Senhora do Rosário, enquanto a rua se chama Nossa Senhora Mãe dos Homens. Não colocaram nem “Pretos” nem “Rosário”.

Estamos levantando a história da cidade. Inclusive, em Guarulhos, temos uma fazenda que tem a única pequena senzala da Grande São Paulo, e vamos criar ali um museu da memória.

Deputado Chico Alencar, eu quero parabenizar V. Ex^a pela iniciativa e salientar que temos de trabalhar como o povo mexicano e dizer que o Estado é laico. Porque enquanto não conseguirmos trabalhar o Estado como laico, não teremos o alicerce da pluralidade. Vamos trabalhar o ecumenismo para haver respeito ao plural. Eu não posso aceitar que se mate em nome de Deus. A religiosidade não tem de ir para o viés do extermínio.

Considero muito importante este Seminário que aqui realizamos em homenagem ao centenário da umbanda, e temos de trabalhar muito a pluralidade, a diversidade, o respeito à vida e a todo e qualquer templo, seja ele católico, evangélico, de umbanda ou uma mesquita.

Parabenizo o Sheikh Jihad Hassan Hammadeh e ressalto que grande parte dos malês, dos negros que vieram para o Brasil era

muçulmana. Então, o Brasil tem de ser um país onde se trabalha o respeito aos direitos humanos e à diversidade. E só na diversidade poderemos ter uma transcendência em que as várias faces de Deus poderão ser contempladas.

Parabéns, e vamos continuar porque está muito bom este Seminário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) – Tivemos uma aula da Professora de História Janete Pietá.

No meu Estado, o Rio Grande do Sul, que é formado por alemães, italianos, poloneses, portugueses, espanhóis, o negro veio bem depois. Lá os negros não formam uma grande população, como ocorre, por exemplo, no Rio de Janeiro e na Bahia. A negritude na Bahia é uma coisa fantástica. Aliás, é por isso que vêm aquelas músicas bonitas da Bahia.

Na Assembleia Legislativa gaúcha aprovamos projeto de lei que autoriza o sacrifício de animais nas sessões de umbanda e de candomblé. Pensar que há alguns anos uma coisa assim era um horror. Mas a Assembleia Legislativa gaúcha cresceu, amadureceu, construiu, aprovou e tornou lei esse direito, depois de muita briga, imaginem as negociações...

Pois não, Deputada Janete Pietá.

DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ – Quero informar ainda, porque acho importante constar dos Anais da Casa, que ontem foi inaugurado um calçadão no local em que a igreja foi derrubada. Ainda há ali a marca e uma placa alusiva com o símbolo da igreja e o nome Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Então, pelo menos agora há um marco, para todos que passarem ali saberem...

SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) – O simbolismo histórico.

DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ – ... o simbolismo histórico.

SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) – Antes de passar a palavra ao professor, quero dizer que desejamos que o Brasil seja reconhecido no cenário político e econômico mundial

pela sua grandeza, pela sua magnitude, pelas suas riquezas naturais e pelos seus valores, porque o nosso é um país fantástico.

Há poucos dias, numa preleção para alguns estudantes de Direito, disse que temos a maior área agricultável do mundo, o maior mar territorial, uma diversidade biológica fantástica e diversidade de raças, ou de etnias – para ser mais específico, alemão, português, italiano, francês, espanhol, índio e negro – além de diversidade religiosa. Não temos guerra fundada em razões étnicas nem temos guerra religiosa. Pode um até ter restrição ao outro – isso ainda existe. Também temos um subsolo extremamente rico e um povo alegre. Então, o Brasil tem tudo.

E se isso nos caracteriza, queremos também nos caracterizar como um país laico, aberto, em que toda religiosidade possa se expressar, o judaísmo, o islamismo, o catolicismo, o umbandismo, o candomblé, o budismo, enfim, tantos quantos quiserem se apresentar. O Brasil se abre.

É isso o que nos vai fazer mais fortes e – quem sabe? – diferentes, é o que vai fazer com que cada uma dessas religiões, digamos assim, possam compreender que não existe unanimidade. Dessa forma, todos se entenderão, e cada um terá o seu espaço.

E é essa a diferença que vai nos caracterizar e nos fazer grandes, como o Brasil, efetivamente, é.

Este Seminário é um pouco o embrião disso tudo, que é o caminho por onde o Brasil vai andar, por onde o povo brasileiro quer, vai e precisa andar para chegar lá, podem ter certeza.

Com a palavra o Prof. Roger Soares.

SR. ROGER TAUSSIG SOARES – Concordo com o Deputado Pompeo de Mattos: é um avanço termos uma legislação que proteja os cultos de minoria, inclusive tratando de questões polêmicas, como o sacrifício de animais para fins religiosos.

Do ponto de vista histórico, as construções acadêmicas foram no sentido de tornar tudo aquilo que não provinha da Europa como primitivo. Então, os primeiros antropólogos iam para a África e tratavam aqueles povos como culturas primitivas; iam para o extremo da União Soviética e consideravam que ali havia apenas culturas primitivas; iam para o Alasca e, da mesma forma, tratavam como culturas primitivas aqueles que ali habitavam,

como se o nosso conceito de desenvolvimento e de evolução estivesse absolutamente correto. Basta ver que, apesar de todo o desenvolvimento econômico e tecnológico, não conseguimos ainda levar comida para todas as pessoas no mundo. Quer dizer, esse padrão, esse *gold standard* que usamos como desenvolvimento, como evolução, precisa ser revisto.

No que se refere às diferenças culturais, a exemplo do sacrifício, não conseguimos compreender se não estivermos, de alguma maneira, imersos naquela cultura e, para isso, precisamos nos abrir para o outro.

As religiões africanas são muito próximas da terra, da natureza. E conta uma história de Ifá que *Olorum* criou, por meio de *Obatalá*, um *Orixá*, e de *Odudua*, o céu e a terra e deu todas as condições para a existência dos seres vivos.

Então, *Olorum* disse que estava na hora de colocar vida na terra e pediu aos *Orixás* que providenciassem a vida. Eles, porém, tinham de tirar a vida da terra, de Lalá, que é a grande mãe, o Planeta Terra, como é conhecido na religião dos nigerianos. Toda vez que os *Orixás* tiravam um pedaço da Terra, porém, ela chorava. E os *Orixás*, apiedados, não o faziam. Apenas um *Orixá*, *Icu*, o *Orixá* da morte, teve coragem de chegar e, mesmo com o choro, com o ressentimento da Terra, tirar um pedaço de lama e, com essa lama, fazer o primeiro ser vivo. Assim foi feito o corpo do ser humano.

Isso significa que para que houvesse o processo de vida era preciso que se retirasse um pedaço da mãe Terra, mesmo sob o seu “descontentamento”, entre aspas, porque tirava a sua totalidade; tirava da totalidade algo que se tornaria individual – e existe a totalidade e existe o individual, que é sacado da totalidade.

E foi *Icu*, a morte, que teve a coragem de fazer. *Olorum*, vendo aquela ação de *Icu*, aquela coragem da morte, chegou e lhe disse: “Como você teve essa coragem, também vai ficar sob sua responsabilidade devolver à Terra aquele pedaço que você dela retirou”. Assim, no fim da vida dos humanos, ou de todos os seres vivos, é *Icu* que recebe de volta aquela matéria que propiciou a vida e a devolve para a totalidade da existência que representa nosso globo terrestre.

Então, para os adeptos do candomblé e de cultos de origem africana, o sacrifício de qualquer vida faz parte. Vida e morte é uma dualidade indissociável, como as duas faces de uma moeda, em que se tem cara e coroa. Não existe uma sem a outra, não existe inspiração sem expiração, não existe dia sem noite. E é por essa dualidade que faz parte da existência cíclica dos seres humanos encarnados, que nos cultos de origem africana se faz o sacrifício. O sacrifício devolve para a terra aquilo que dela foi retirado e permite que novo ciclo recomece. É como no final, quando nos despedimos do ano velho, matamos o ano velho para que o ano novo possa nascer. Isso depois é documentado por grandes historiadores e antropólogos da religião, como Mircea Eliade e Joseph Campbell, nos livros *O Mito do Eterno Retorno* e *O Mito da Realidade*.

Enfim, precisamos compreender a cultura para entender o seu significado. Não é um ato de crueldade, não é um ato de negação da vida, mas de reafirmação do processo cíclico da existência a que todos nós estamos submetidos.

Às vezes o preconceito é fruto de uma única coisa: a ignorância. E quando ultrapassamos essa barreira, conseguimos compreender o processo da existência todo como sagrado. Vida é sagrada, morte é sagrada, tudo é sagrado. A natureza é sagrada, como manifestação do universo, do sagrado intangível.

É assim que a umbanda, o candomblé e outras religiões que têm aproximação com a natureza enxergam o sagrado. Tudo faz parte de um processo: a vida.

SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) – Por mim, ficaria aqui mais uma hora escutando o Prof. Roger, porque a sua exposição é muito interessante.

Sou católico, mas, quando posso, participo de cultos dos mais diferentes segmentos religiosos. A minha formação familiar é católica e tenho orgulho de dizer que li muito a Bíblia.

Então, no fundo, o dogma da Igreja Católica, aquilo que diz a Bíblia, e aquilo que diz o candomblé não estão longe um do outro, é um jeito diferente de chegar ao mesmo lugar. Por que, então, não nos compreendermos mais e melhor?

Muito obrigado, Prof. Roger. Parabéns a V. S^a.

Está encerrada a primeira parte do nosso seminário desta manhã.

Retornaremos à tarde.

SENHOR PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Finalizando o Seminário *Centenário da umbanda: matriz religiosa brasileira*, iniciaremos agora a terceira Mesa: O diálogo inter-religioso: bases para uma cultura de paz.

Convido para compor a Mesa os seguintes expositores: Sheikh Jihad Hassan Hammadeh, representante muçulmano da Assembleia Mundial da Juventude Islâmica; Reverendo Antônio Olímpio de Sant'Ana, representante da Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo (Cenacora); Sr. Elianildo Nascimento, Coordenador da Iniciativa das Religiões Unidas (URI-DF); Monge Shôjô Sato, representante do Templo Budista Terra Pura, do Distrito Federal; Prof. Roger Taussig Soares, Diretor da Faculdade de Teologia Umbandista de São Paulo, e Sra. Neda Fatheazam, representante da Fé Bahá'ís.

Concedo a palavra ao Sheikh Jihad Hassan Hammadeh, representante muçulmano da Assembleia Mundial da Juventude Islâmica.

SR. JIHAD HASSAN HAMMADEH – Em nome de Deus, clemente e misericordioso, louvado seja Deus, o criador do universo. Que a paz e a bênção de Deus estejam com todos os seus mensageiros e profetas, entre eles, Noé, Abraão, Moisés, Jesus e Muhammad, e sobre todos os que nos guiaram para a paz e a justiça e que nos ensinaram o caminho e o valor do Sagrado. Amém!

O Alcorão Sagrado, para nós, é a palavra de Deus, em árabe, revelada ao profeta Muhammad, é o complemento da Torah, do Evangelho. Nós, muçulmanos, não temos três religiões monoteístas. Na verdade, temos uma religião monoteísta que tem três fases: fase judaica, fase cristã e fase islâmica, porque Deus é um só, e as escrituras são Suas palavras, são Suas leis. Deus, no Alcorão Sagrado, diz: *“E debata com eles da melhor forma possível”*. Então, o debate é essencial dentro da religião islâmica.

Islã significa paz, vem da palavra *“salam”*. *“Salam”* significa paz com o Criador. Por isso o nosso cumprimento é *“Salam Aleikum”*: que a paz de Deus esteja convosco.

E é com esse cumprimento que saúdo toda a Mesa, representada pelo Deputado e padre Luiz Couto, que muito trabalhou e trabalha na questão dos direitos humanos, direitos nossos, porque somos humanos, talvez de diferentes crenças, mas todos nós temos os mesmos direitos.

Cumprimento os presentes e parabenizo a Casa pela organização de um seminário como este, que realmente é pluralista. Apesar de ser um seminário destinado a determinado segmento, ele abre as portas para as demais denominações. Sendo assim, agradeço este espaço à Comissão. Mas, agradeço primeiramente a Deus, que está nos reunindo para adquirirmos conhecimento.

Deus, em outro versículo, diz: *“Não há imposição quanto à religião”*. Não há imposição. Então, a religião não pode ser imposta; tem de se dar por meio do convencimento, da convicção. Ninguém pode se tornar muçulmano na espada. Aliás, uma das distorções que fazem sobre a religião islâmica é a de que ela se expandiu através da espada. Isso é errado, porque basta olhar para a Indonésia, país com a maior população islâmica do mundo – com aproximadamente 220 milhões de muçulmanos –, lá não houve uma guerra sequer, mas convencimento e conhecimento.

Por isso, Deus, no Alcorão sagrado, também diz: *“Lá Iláha illal’Láh!”*, ou seja, não há divindade além de Deus. Então, é necessário, através do conhecimento, chegar ao sagrado, chegar a Deus. Porque o conhecimento inibe, acaba com a ignorância e traz o diálogo.

Para adquirir conhecimento, é necessário, primeiro, haver humildade: “Eu não sei e vou buscar o conhecimento”. Tenho de ter humildade para pedir ao Deputado, ao padre, ao reverendo: “Eu não conheço, ensinem-me”. A primeira coisa é a humildade, e a pessoa ignorante não pode ser humilde. Quando digo ignorante refiro-me à pessoa que não tem, mas acha que tem conhecimento. Vemos isso na própria religião, entre os próprios adeptos. Eu olho bastante para mim antes de olhar para os outros. E encontro certas semelhanças. Vejo pessoas que não sabem muito criticarem todo o mundo: “Esse está errado”. Por que os ignorantes, que acham que sabem muito e não têm o devido conhecimento, criticam tanto, e os sábios não o fazem? Porque o sábio dá uma

saída para cada pessoa: “Ah, talvez essa pessoa esteja fazendo isso porque ela está seguindo tal caminho ou tal teoria”. O sábio acha convergência, ele encontra uma desculpa, enquanto o ignorante compara todas as condutas ao pouco conhecimento que ele tem. Se ninguém vai concordar com o conhecimento dele, ele acaba discordando e criticando todos, em vez de ver que o defeito está nele, no pouco conhecimento que tem.

Por que falo isso? É uma autocrítica. Acredito que, em todas as crenças, devemos olhar e não criticar os outros por não terem tolerância conosco, por não nos aceitarem, mas também vemos que temos um problema interno. A discriminação externa acaba criando uma discriminação interna.

Acredito que, para se ter de fato paz e uma sociedade pacífica, é necessário haver conhecimento. Eu preciso abrir as portas da minha religião, no caso, do meu templo, da minha casa, para que o outro possa entrar, olhar e saber quem sou eu. E o irmão também, da mesma forma, precisa abrir suas portas. Dessa forma, como um grande professor dizia, é preciso entender que *“o ser humano é inimigo daquilo que desconhece”*. No entanto, a partir do momento em que ele conhece, deixa de ser inimigo e passa a ser amigo, mas não, necessariamente, a concordar com ele. E é esse o ponto que devemos debater. A questão é: para haver paz numa sociedade é necessário primeiro – e precisamos ser objetivos de fato – haver justiça, respeito. Sem isso, nunca haverá paz ou harmonia na sociedade. Para haver uma sociedade pacífica e harmoniosa é necessário haver justiça, fazer-se justiça, cada um começar por si e não esperar que o outro faça isso.

Não devemos dizer simplesmente que o outro errou. Precisamos procurar o nosso erro também com o outro. É esse o discurso que deveríamos fazer cada um no seu templo, na sua casa, na sua família. Todos nós, incluindo os ateus, ou seja, as pessoas que não têm religião, todos nós, como seres humanos, deveríamos fazer isso, porque justiça é a convergência entre nós, que gostamos de justiça, de respeito; e queremos a paz. Paz é um fruto que se colhe, não é uma ação; justiça é uma ação, é a semente que se planta para se colher paz e harmonia.

Se existem muitas convergências e muitas divergências, por que não procurarmos as convergências e trabalharmos nelas, uma vez que fazemos parte do mesmo corpo? Se todos nós somos uma célula dentro do mesmo corpo, por que não trabalhar para o benefício do corpo todo?

Por que não buscarmos esse entendimento e trabalharmos de mãos dadas, todos juntos, para as convergências? O que nos une? São os valores. Quem não gosta de valores? Que religião não aceita os valores? Que ideologia não gosta de valores? Todos nós ensinamos os nossos filhos a não mentirem. Quem ensina o filho a mentir? Quem gostaria que seu filho mentisse, independentemente, da crença que ele tenha abraçado? Quem ensina a desonestidade, a roubar ou a matar? Ninguém, nem mesmo os terroristas. Não consigo imaginar uma mãe que pegue seu filho e diga: “Mama, meu filho, mama, porque amanhã você vai se explodir”.

Todos nós gostamos da vida, mas vida sem qualidade, sem dignidade, sem justiça não é vida. Então, que trabalhem nas convergências – e estou tentando ser o mais rápido, o mais objetivo possível, para abrir espaço para os irmãos, para que cada um possa contribuir.

Senhores, onde podemos trabalhar as convergências? Cada um no seu templo, cada um levando para o seu templo essa questão de valores. E a minha ideia, a contribuição islâmica é no sentido de que façamos um calendário, um planejamento para o ano que vem. Segundo esse calendário, todo mês trabalharíamos um valor, em todos os templos religiosos, em todos os lugares, principalmente dentro da sua família.

Por exemplo, vamos trabalhar neste mês o respeito. Esse conceito será visto em todas as suas formas, será mostrado como se respeita o outro na vida prática, e assim por diante. Se trabalharmos doze valores durante o ano, ao final deste, haverá doze valores trabalhados em cada comunidade, em cada família.

Acredito que podemos criar uma sociedade muito mais justa e respeitosa, para que possamos ter paz e harmonia, viver com qualidade e, de fato, dizer que nós temos qualidade de vida. As-

sim, um olhará para o outro e poderá sorrir; mesmo não sendo necessário, meu irmão, que você concorde com ele.

Encerro Senhor Presidente, dizendo: “Meu irmão, eu não sou obrigado a concordar com você, e você não é obrigado a concordar comigo; porém, é minha obrigação respeitá-lo, e é sua obrigação me respeitar, ser justo comigo, e eu ser justo com você”.

Nós, comunidade muçulmana, sofremos várias discriminações, principalmente as mulheres, que usam trajes distintos. Acredito que possamos continuar a debater sobre isso em outras oportunidades, porque creio que não há tempo hábil para tanto agora. Vamos debater mais sobre várias questões, como por exemplo, o direito de tirar passaporte.

Rogo a Deus que nos guie para a justiça, a paz, a harmonia, e a qualidade de vida. Amém.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Concedo a palavra ao Reverendo Antônio Olímpio de Sant’Ana.

SR. ANTÔNIO OLÍMPIO DE SANT’ANA – Boa tarde para todos. Este é um momento muito feliz para mim, porque ele me faz regressar ao meu tempo de criança, quando eu morava na Rua Tamoios, em João Monlevade – meu pai era operário da antiga Companhia Siderúrgica Belgo Mineira. Depois das 9 horas da noite, quando todos em minha casa já estavam na cama, eu saía sorrateiramente, porque eu gostava de assistir, escondido, a algumas manifestações religiosas, que eu não sei se eram de umbanda ou de candomblé, mas que aconteciam uma vez por semana, às sextas-feiras, debaixo de uma mangueira. E essa árvore era importante para mim, porque eu estava sempre subindo nela para pegar mangas. Eu não tinha medo, ia lá porque tinha curiosidade.

Este momento me traz à lembrança também o mês de fevereiro de 1964, quando, saindo da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, com a dissertação Bases Bíblicas e Teológicas da Responsabilidade Social da Igreja, eu fiquei admirado quando alguém me disse: *“O senhor sabe que nós agora temos dois religiosos aqui no bairro? Aqui na Federação, temos agora dois religiosos Sant’Ana: o senhor, que é o Reverendo Sant’Ana”* – chamavam-me de Pastor Moderno, e depois entendi que “moderno” queria dizer jovem – “e

a mãe-de-santo Sant'Ana". Não lembro o nome, mas o sobrenome da mãe-de-santo era Sant'Ana. E ela um dia me convidou para ir a casa dela para que eu rezasse para curá-la de erisipela. E eu me encantei com a minha irmã de sobrenome Sant'Ana.

A terceira pessoa que eu quero trazer à memória – e ela está viva – é a grande amiga Lourdinha, doutora pela Sorbonne, mãe-de-santo em Salvador e professora da Universidade Federal da Bahia, se não me engano. Ela foi a primeira pessoa que, juntando todas as minhas experiências passadas até aquele momento, ajudou-me a codificar algumas delas e a respeitar os nossos irmãos de umbanda e candomblé – eu, que sou pastor metodista.

Então, quando junto esses três fatos – e eu os tenho como primordiais na minha vida –, vejo que eles me ajudaram a entender o outro e a outra, que, religiosamente, eram diferentes de mim.

Portanto, neste momento, agradeço à Comissão de Direitos Humanos e Minorias e à Comissão de Legislação Participativa a oportunidade que nos estão dando e cumprimento, de maneira calorosa, amorosa, os nossos irmãos da comunidade de umbanda.

Gostaria de dizer que fui membro de um dos departamentos do Conselho Mundial de Igrejas. Em 1996, lançamos um programa em que procurávamos discutir a urgência da convivência ecumênica entre as várias igrejas, considerando que estávamos passando por um período complicado e difícil, pois a violência estava tomando conta da sociedade em que vivemos.

Este é um momento histórico também, porque nós estamos, por meio do Conselho Mundial de Igrejas, discutindo como podemos conviver religiosamente, a partir das experiências dos vários grupos que existem.

Em Belo Horizonte, na época em que apareceu a luta contra o racismo, um dentista disse o seguinte: *"Eu não sou obrigado a gostar do negro. A lei não me obriga a gostar do negro. Ela me obriga a respeitá-lo"*.

Foi exatamente nesse ponto que demos início a um programa especial na Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo, que chamamos de Convivência Ecumênica. Acreditávamos que era necessário, por meio da convivência, mudar o ambiente, o conceito de relações ecumênicas no Brasil, que estava relacio-

nado apenas ao diálogo e não à movimentação que nos levasse a combater em conjunto. Ouvimos o Sheikh dizer a pouco que poderia ser escolhido um tema que fosse alvo de uma atividade mensal de cada um de nós.

Comentávamos o seguinte: um dos pontos básicos da fraqueza que enfrentamos hoje na nossa convivência inter-religiosa é que há uma série de encontros espalhados por aí, mas não temos nenhum ponto que nos ligue. Daí a sugestão excelente que ele está oferecendo e que é um comentário que temos feito em conjunto com os nossos grupos de convivência ecumênica e inter-religiosa.

Na experiência colhida no Conselho Mundial de Igrejas em Genebra, tivemos uma série de celebrações especiais em países africanos, asiáticos e na América Latina, exceto no Brasil. Todas as celebrações especiais eram a favor da paz entre Israel e Palestina.

O curioso é que alguém comentou o seguinte: *“Nós não temos, no Brasil, a experiência de pegar um tema lá de longe e transformá-lo em nossa preocupação aqui, no nosso ambiente de trabalho”*. É verdade. Por isso, iniciamos na Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo todo um processo para que o nosso diálogo ecumênico e inter-religioso tenham como ponto de partida uma atividade articulada e administrada, que chamamos de fórum inter-religioso contra a violência.

Por que isso?

.....

Há uns dezesseis anos, na cidade de João Monlevade, num culto ao ar livre, eu estava falando e fui atacado por um grupo chefiado por um padre. A pedra que ele jogou, como num filme em câmara lenta, veio fazendo círculos até chegar em mim. Até hoje eu tenho na minha testa a cicatriz da pedrada que foi dada por um padre vestido de recruta do Exército. Por isso, fazemos uma ideia do que enfrentam as religiões de matriz africana. Essa é a razão de tentarmos unir todos os grupos religiosos. Esse é o motivo da participação de alguns pastores metodistas e membros da Igreja Metodista em toda e qualquer atividade em que possamos unir esforços para combater em conjunto a violência.

Por que combater em conjunto a violência? Porque nenhum de nós consegue vencer o poder da violência sozinho. Nenhum

de nós. Temos feito imensos esforços para tentar acabar com a violência. Os jornais das igrejas evangélicas estão cheios de matérias sobre o combate à violência. Nos púlpitos, são feitos vários sermões contra a violência. Mas, nós não saímos disso.

Se levarmos em consideração o poder que temos como religião, no meio do nosso povo, e a gravidade da violência que enfrentamos, a história será diferente.

Eu acho que ninguém se negaria a participar de todo e qualquer movimento em conjunto que pudesse reunir pessoas de diferentes religiões para combater o mal da violência, que está crescendo em nosso País. E o que é pior: cresce e banaliza a vida.

Precisamos reinventar o ecumenismo para facilitar as nossas relações inter-religiosas.

Concluindo, chamo a atenção para a urgentíssima necessidade de uma intensa, pródiga, solidária e responsável atuação nossa – como um grupo inter-religioso amante da paz – e esta com justiça. Creio que, unidos, conseguiremos combater a crescente violência que massacra o País.

Eu havia preparado um texto e acabei saindo de Piracicaba sem ele. Tentei reproduzi-lo aqui, mas me atrapalhei um pouco. Peço desculpas por isso.

No meu texto, ao final, proponho que nós – umbandistas, adeptos de religiões de matriz africana, muçulmanos, cristãos, budistas etc. – criemos um fórum para que possamos nos organizar de maneira adequada. É a mesma proposta, coincidentemente, que nos trouxe o Sr. Sheikh.

Eu acho que quatro de nós, que estamos na Mesa, somos companheiros em vários fóruns que ocorrem no País. Mas tenho observado o seguinte: saímos animados desses encontros, mas sem nenhum ponto que nos una em nosso dia-a-dia – um levando em consideração o outro. E é esse esforço que podemos fazer. Nós já temos alguns planos.

É uma alegria, por exemplo, saber que temos hoje uma teologia umbandista. Eu a conheci por meio do nosso irmão, amigo, com quem conversei muito. Agora, nós precisamos pegar esses pontos básicos que estão surgindo de maneira prodigiosa no nosso meio e transformá-los em realidade.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Concedo a palavra ao Sr. Elianildo Nascimento, Coordenador da Iniciativa das Religiões Unidas (URI/DF).

SR. ELIANILDO NASCIMENTO – Boa tarde a todos. Faço um agradecimento muito especial ao contrerrâneo. Não porque ele é paraibano como eu, mas por ser um grande irmão. Enquanto estive à frente da Presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, tive, e ainda continua tendo, um compromisso bastante significativo com essa temática dos direitos humanos, e agora também com a diversidade religiosa.

Faço também um agradecimento muito especial a nossos irmãos queridos do CONUB, nas pessoas do Mestre Aramaty e da nossa querida irmã Leila, por esta iniciativa, nesta data tão significativa em que comemoramos o Centenário da umbanda no Brasil.

Mais significativo ainda é o fato de se trazer, a um seminário como este, diversas lideranças religiosas, diversos segmentos, diversas expressões para também aprofundarem esta questão apresentada pelo Reverendo Olímpio: maior aproximação entre as lideranças.

Eu não sou propriamente de uma liderança religiosa. Participo de uma organização, e muitos dos irmãos presentes a integram: *United Religions Initiative*. Esse movimento nasceu a partir do cinquentenário das Nações Unidas, com o objetivo de trabalhar a co-operação e o diálogo inter-religioso, de forma prática e concreta.

No meu caso específico, houve uma tremenda identificação com a proposta apresentada. Primeiro, ela não foi apresentada por um grupo religioso especificamente, querendo abrir espaço para o diálogo inter-religioso. A proposta foi construída ao longo de quase quatro anos, pelas sugestões de dezenas de lideranças religiosas de diversos matizes. Isso trouxe um peso maior em termos de aceitabilidade e acessibilidade, em relação a diversos outros temas.

Nesta minha fala, quero me ater especificamente a algumas ações. Uma delas diz respeito ao tema da Mesa, que é a questão do diálogo inter-religioso como base para a construção da cultura de paz.

Essa relação é também intercultural, pois as culturas podem ser conhecidas por meio das religiões. É fato que nos tempos modernos, de maneira acirrada, até por conta do acesso à tecnologia e à informação, nós já temos uma facilidade muito grande de mergulhar nesses conhecimentos e, com isso, dirimir a ignorância ainda existente, ou as ignorâncias, em relação a muitos temas. Mas isso não basta. Persistem em diversas partes do mundo – vamos falar do Brasil – práticas de atividades que são reveladas, por si sós, com preconceitos e incompreensões em relação ao diferente. Aqueles que agem dessa forma devem ser combatidos.

Hoje pela manhã eu ouvi o pronunciamento do Deputado Carlos Santana, do Rio de Janeiro. S.Ex^a se lembrou de um fato que aconteceu este ano: um templo de matriz africana, no Rio de Janeiro, foi invadido e totalmente destruído por jovens insuflados por um discurso de determinada igreja, que pregava ser aquilo um espaço do demônio ou um espaço não condizente com o que acreditavam. Em razão disso, houve toda uma mobilização no Rio de Janeiro por parte dos diversos segmentos religiosos, organizações e igrejas. Inclusive, a própria igreja apressou-se em, também, condenar o fato.

Tal acontecimento mostra que, infelizmente, ainda existe intolerância. Ela pode ser potencializada, se não houver ação por parte de todos aqueles que buscam trabalhar essa convergência. A situação pode piorar.

A nossa função, enquanto igrejas, enquanto organismos, é construir esses laços, essas pontes. Como o Sr. Sheikh disse, devemos nos focar em questões que são comuns a todos. S.S.^a fez uma proposta que se insere num contexto que pode ser efetivamente trabalhado, dentro dessa ideia do fórum de atividades.

Desde 2006, essa já é uma questão institucional. Tem havido compromisso, no caso do Governo brasileiro, de também se trabalhar essa temática dos direitos humanos. Enquanto organização e instituição, nós temos procurado apoiar essa iniciativa. Houve uma série de ideias e propostas. Algumas não foram colocadas em prática, porque dependem de outros fatores. Uma ação institucional depende de diversas nuances. Contudo, há esse interesse, e isso é importante.

Lembro-me de que, no ano passado, em 20 de dezembro, motivada primeiramente pelo próprio Conselho Nacional da Umbanda do Brasil (Conub), foi realizada audiência pública na Câmara dos Deputados sobre a questão da mídia e da diversidade religiosa. Um pouco dessas ideias, até em reuniões de que participamos internamente, foram efetivamente trabalhadas ou expostas. Algumas foram dinamizadas, outras não.

O que é necessário – e fazemos, de certa forma, *mea-culpa* – é uma implementação dessas ações. Digo que, no campo inter-religioso, existem diversas experiências concretas. Participo de várias atividades, como representante da URI, juntamente com todos os nossos irmãos de Brasília e também nacionalmente, o que demonstra um pouco daquilo que o Reverendo Olímpio estava dizendo. Ou seja, existe consenso quanto a determinadas temáticas, como desarmamento ou segurança pública. As lideranças religiosas participam. Nós conversamos e trocamos ideias. Fazemos trabalhos dentro das comunidades sobre esses temas, como a questão do aborto. Reúnem-se várias lideranças, embora não haja a participação de todas elas. É exemplo de como questões consensuais podem, efetivamente, colaborar nesse processo de aproximação e de criação de uma verdadeira irmandade. A pessoa chega à seguinte conclusão: *“Ora, se estão mexendo com os meus irmãos – sejam eles bahá’ís, de tradição africana, de matriz africana, umbandistas ou muçulmanos – estão mexendo comigo, estão me atingindo também. Portanto, não posso ficar calado, não posso ficar sem fazer alguma coisa”*.

Nesse processo de construção no campo institucional, algumas ideias estão sendo, de certa forma, trabalhadas. Por exemplo: a criação, pelo Governo Federal, de um organismo, ou de um departamento etc. que trabalhe com essa temática religiosa.

Perly Cipriano, Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, que esteve presente aqui pela manhã, é uma das pessoas que advoga essa interlocução oficial. Reconhece-se a laicidade do Estado, no sentido de haver esse espaço em que nós, de boa vontade, possamos trabalhar a questão voluntariamente e em que se possa, talvez dentro da Secretaria, costurar melhor todas essas ações.

Cito, por exemplo, a criação de um conselho nacional da diversidade religiosa. Essa ideia já vem sendo trabalhada há algum tempo. A criação de um marco regulatório ou de um estatuto da diversidade também é uma ideia que vem sendo estudada. Talvez haja um documento oficial a ser fechado no encerramento deste evento.

Talvez essas temáticas sejam novamente trabalhadas como uma linha, um direcionamento, com o qual, enquanto organizações e representantes de lideranças religiosas, possamos ir avançando, costurando, trabalhando dentro das comunidades e das organizações, a fim de promovermos essa discussão e, de forma efetiva, obtermos avanço.

Há outro ponto central, com o qual trabalharemos. Era para ter sido instituído este ano, mas, devido a alguns problemas, será instituído somente no próximo, ou seja, em 2009, que é o Centro de Referência em Direitos Humanos e Diversidade Religiosa. Essa é uma ação concreta, em torno da qual, no âmbito institucional e prático, poderá nos unir para trabalharmos.

Esse Centro buscará, em um primeiro momento, neste ano, realizar reunião em cada uma das Capitais, com o máximo possível de lideranças religiosas, Deputados, Vereadores e membros das Comissões de Direitos Humanos, para apresentar as ações, como por exemplo, a Cartilha da Diversidade Religiosa e o vídeo. Estes são os documentos que o Brasil subscreve: a Declaração sobre a Eliminação de todas as Formas de Intolerância e Discriminação fundadas na Religião ou nas Convicções. É preciso ressaltar que esse documento já está completando 27 anos. Portanto, essa é uma das maneiras de fazer com que o Governo brasileiro e a sociedade trabalhem esses temas concretamente e o Centro de Referência será um espaço em que se trabalharão esses temas. Ao mesmo tempo, buscar-se-á fomentar nas lideranças religiosas como um todo maior participação nas temáticas gerais de direitos humanos. Sabemos que diversidade religiosa é uma janela dentro de tantos direitos humanos que ainda são desrespeitados neste País. Essa seria uma forma de as religiões e tradições fomentarem junto aos seus grupos efetivos essa partici-

pação e obterem desses organismos e instituições o compromisso de trabalharem a questão da diversidade religiosa.

Por fim, em relação ao documento final deste seminário, foi apresentada uma pequena proposta, no sentido de lembrarmos uma questão internacional. O Sr. Sheikh Jihad já mencionou um ponto que pode ser trabalhado, qual seja, o que está acontecendo localmente com as mulheres muçulmanas quanto à documentação. Do ponto de vista internacional, está havendo no Irã a detenção de lideranças bahá'ís, já há alguns meses, segundo informações a que tivemos acesso como URI global. Lideranças bahá'ís foram aprisionadas no Irã e eles estão sem acesso, inclusive, ao seu direito ao aparato advocatício. Esse é um ponto que deverá ser debatido, enquanto URI, juntamente com outros organismos.

Quando houve essas prisões no primeiro semestre, nós nos manifestamos junto aos diversos organismos institucionais do Governo, inclusive junto à Embaixada e às Nações Unidas. Contudo, como a situação persiste – efetivamente isso está acontecendo com aquele grupo –, entendemos que não são todas, mas há, por parte de determinadas pessoas, certa incoerência em relação àquilo que efetivamente o Estado está praticando. Essa seria uma forma de nós nos solidarizarmos e unirmos forças em defesa da justiça.

Por fim, agradeço-lhes o espaço. Peço desculpas por ter excedido no tempo, meu querido Deputado Luiz Couto.

Boa tarde.

SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Convido o Deputado Pedro Wilson para presidir a Mesa, uma vez que tenho de retirar-me, a fim de que S.Exa. possa dar a palavra ao próximo palestrante, o Monge Shôjô Sato.

SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Boa tarde a todos os presentes.

Agradeço a deferência ao ilustre Deputado Luiz Couto, ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Agradeço ao sempre Deputado Orlando Fantazzini, aos nossos assessores da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão de Legislação Participativa.

Passo a palavra, por até 10 minutos, ao Monge Shôjô Sato, representante do Templo Budista Terra Pura, do Distrito Federal.

MONGE SHÔJÔ SATO – Boa- tarde a todos.

Antes de qualquer coisa, quero prestar uma homenagem ao Centenário da umbanda e agradecer à Comissão de Direitos Humanos e Minorias e à Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. Também agradeço à Secretaria de Direitos Humanos, à Iniciativa das Religiões Unidas, que sempre se lembram de mim para que eu possa participar de eventos como este.

Confesso que não me preparei para esta fala. Não tenho nenhuma proposta a apresentar, até porque meu amigo Elianildo, que me antecedeu, já apresentou várias propostas em relação ao tema.

Quando comecei a ler o convite que me foi enviado, fiquei surpreso, porque, exatamente neste ano, estamos também celebrando os 100 Anos da Imigração Japonesa. Certamente os senhores tiveram conhecimento da visita do Príncipe e dos vários eventos realizados em todo o Brasil, inclusive no Distrito Federal.

Eu não sabia que a umbanda tinha apenas 100 anos. Senti-me muito próximo dela, pois, além de eu ter morado na Bahia por quase 10 anos, soube que a umbanda, no Brasil, tem 100 anos, bem como o budismo. Podemos dizer que o budismo, na prática, chega ao País com os primeiros imigrantes japoneses, exatamente há 100 anos. Intelectual e doutrinariamente, talvez tenha chegado antes, mas, na prática, chega com os imigrantes japoneses.

Também me senti bem porque o movimento umbandista se diz espiritual, filosófico, cultural e religioso. Achei isso muito interessante. Nessa denominação ou autodenominação, está claro que a religião está vinculada à dimensão espiritual, filosófica e cultural. Não há religião por si só. Na nossa ignorância, talvez, como disse o Sr. Sheikh, achemos que a religião não tem nada a ver com a filosofia, com a cultura, com a espiritualidade em si, mas tem muito a ver. Por outro lado, filosofia, cultura e espiritualidade não se completam sem religião. Achei essa denominação da umbanda muito interessante.

Vou contar algumas histórias que, a meu ver, permeiam também a minha vida.

Cheguei ao budismo há pouco tempo, ou seja, depois dos 50 anos. Eu sou monge desde 1998, há 10 anos, mas fui marxista há muito tempo. Algumas pessoas aqui me conhecem como marxista. Particpei da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Eu estava trabalhando no Governo Cristovam Buarque, no Distrito Federal, quando resolvi assumir o budismo. Talvez a razão básica tenha sido aquela que o Sr. Sheikh levantou, que achei muito interessante: ter percebido a ignorância. Ou seja, nós, seres humanos, somos muito imperfeitos. E a única forma de eu ter humildade era tornando-me budista. Acabei conhecendo o budismo e tive um contato muito especial com um velho monge.

Estou contando isso para dizer que fui discriminado; não tanto pela minha cor, até porque sou neto de japoneses – não sou nem filho, mas neto; sou muito brasileiro –, mas em razão da minha ascendência.

Quando eu tinha cerca de oito anos, exatamente no período pós-guerra – eu nasci em 1942 –, o Japão foi derrotado pela chamada Aliança. O Japão tinha formado o chamado *Eixo do Mal* com a Alemanha e com a Itália. O *Eixo* foi derrotado. O Japão foi considerado um país inimigo, perdedor da guerra.

Lembro-me até hoje, de forma muito nítida – eu tinha sete anos, mais ou menos –, de um bando de meninos correndo atrás de mim com um pau na mão e me jogando pedras. Imaginem vocês uma criança sendo perseguidos na rua, com pedras, paus etc. A xingação era muito interessante. Os meninos gritavam: “*Japonês garantido, né? Japonês garantido, né?*” Não sei se alguém se lembra disso. Eu não entendia o porquê dessa xingação. “Garantido” é uma palavra boa, interessante. Vem de “garantia”.

Depois de muito tempo, eu percebi que os imigrantes japoneses chegavam da fazenda, onde trabalhavam como colonos, e eles iam para as cidades educar os filhos. Nas cidades, tornavam-se quitandeiros, tintureiros etc. Enfim, tinham um pequeno comércio, faziam pequenos serviços. Não sabiam falar nada em português. De que forma os fregueses se relacionavam com eles? Diziam: “*Japonês, eu preciso deste terno para depois de amanhã. Eu tenho uma festa depois de amanhã. Hoje é quinta-feira; no sábado, eu tenho*

de ir a um baile e preciso deste terno". O japonês tintureiro respondia: "Garantido, né? Garantido, né?" Perguntavam ao japonês quitandeiro: "Japonês, este ovo aqui está bom?" Ele respondia: "Garantido, né?" Ou então: "Esse peixe não está com bom aspecto. Posso levá-lo?" O japonês respondia: "Garantido, né?" Ou seja, "garantido, né" foi a forma que os japoneses encontraram para se socializar no Brasil, garantindo a qualidade do serviço.

Eu só fui entender isso mais tarde. Mas aí há essa coisa da ignorância. Quer dizer, os meninos da minha idade, de 6, 7, 8 anos, não tinham culpa. Realmente a pessoa podia nem ser japonesa e era perseguida na rua. Mas essa perseguição calou-me fundo. Pude sentir o que é a discriminação.

Claro que a chamada colônia japonesa foi assumindo posições sociais, e até políticas e econômicas, importantes neste País. E hoje esse tipo de discriminação não existe. Pelo contrário. Até se acha que os japoneses são privilegiados. De vez em quando eu tomo um táxi, e o taxista diz: *"Olha, no seu país é que é bom"*. Quer dizer, ele me confunde com japonês. Acha que no meu país as coisas estão melhores. Enfim, a discriminação é uma coisa muito séria.

No preâmbulo deste seminário, diz-se que umbanda é um movimento espiritual, filosófico, cultural e religioso, que certamente continua preconizando a caridade, igualdade, união e inclusão, num cenário de cerceamento de liberdade e subtração de identidade cultural das etnias oprimidas. É o fato de estarmos aqui homenageando esses 100 anos. Esse movimento é uma coisa muito séria.

Para terminar, quero dizer que respeito a diversidade religiosa, naturalmente incluindo o movimento da umbanda, de hábito inter-religioso. Eu acho que não são apenas os conceitos religiosos que cada religião deveria estar abraçando. Se nós não aceitarmos as outras dimensões culturais, filosóficas e espirituais, certamente esse diálogo será difícil.

Nós, líderes religiosos, deveríamos ter esta abertura: entender a religião no Brasil – pois, estamos falando do Brasil – como uma das dimensões, incluindo as outras dimensões culturais, espirituais e filosóficas. Podemos partir para uma visão mais ampla nesse

sentido. Talvez eu tenha tido a sorte de ter-me encontrado no budismo. E o budismo começa dizendo que todos os seres têm importância. A vida de todos os seres tem a mesma importância – ou seja, a do animal, a do vegetal, a do mineral. Tudo tem vida. Se nós não respeitamos a vida de todos os seres, como poderemos respeitar a vida dos seres humanos, nossos irmãos?

O budismo me ensinou a ter essa humildade. Por outro lado, os valores filosóficos ou doutrinários que o budismo propõe podem ser resumidos em duas palavras: sabedoria e compaixão. Eu acho que isso diz respeito a todos os seres, independentemente da corrente filosófica, espiritual ou religiosa. Compaixão, como uma expressão do amor, que vem do coração; e sabedoria, que é exatamente o contrário da ignorância, que vem da nossa lógica, até do conhecimento que, como humanidade, nós acumulamos ao longo do tempo.

Eu acho muito proveitosa essa iniciativa.

Talvez um dos nossos traços culturais, como povo brasileiro, seja não ir até o fim. Talvez seja uma deficiência nossa. Até estamos sendo criticados por estarmos perdendo aqueles que nos perseguiram na ditadura, aqueles que nos torturaram – eu fui torturado – e aqueles responsáveis pelo desaparecimento de muitos dos nossos irmãos. Estamos sendo criticados. Não sei se este é um traço cultural do brasileiro: esquecer e não ir até o fim.

Espero que as propostas apresentadas aqui – o Elianildo apresentou várias delas – sejam levadas até o fim, exatamente buscando uma situação de justiça, uma situação em que não haja discriminação alguma.

Muito obrigado pela atenção.

SENHOR PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Agradeço ao Monge Sato, representante do Templo Budista Terra Pura, do Distrito Federal.

Com muita honra, concedo a palavra ao Prof. Roger Taussig Soares, representante da Faculdade de Teologia Umbandista de São Paulo. S.S.^a dispõe de até 10 minutos.

PROFESSOR ROGER TAUSSIG SOARES – Boa tarde a todos.

Eu gostaria de iniciar a minha fala pedindo que oxalá, todos os *Orixás* e nossos ancestrais ilustres que baixam nos terreiros de umbanda – na forma de caboclos, pretos velhos, crianças, baianos, boiadeiros, marinheiros, todas as entidades de umbanda–, neste dia, aqui do centro decisório de nosso País, estendam as suas bênçãos e as suas luzes a todo o povo brasileiro.

É com essas palavras de benção, de paz e de luz que eu inicio a minha fala, agradecendo a todos os outros sacerdotes a presença e à Câmara dos Deputados a oportunidade que nos concede neste diálogo inter-religioso.

Lembro que nós estivemos aqui alguns anos atrás, num seminário para discutir a questão das células-tronco. Estavam lá para falar personalidades versadas em bioética, e na própria ciência. Eu sou médico neurologista, mas também sou cientista. Quando souberam que a umbanda estava presente, algumas pessoas de outras religiões se recusaram a participar. Ficamos muito tristes, porque acreditávamos que isso pudesse enriquecer o debate. Mas nós fizemos a nossa parte e contribuímos com o que pudemos.

Digo isso porque, quando falamos de identidade cultural, de identidade espiritual, não dá para dissociar de alteridade, do outro. Os outros nos reconhecem como nós somos. Eu me chamo Roger. Mas não acordo pela manhã, olho no espelho e digo: “*Você é o Roger*”. É porque alguém olha para mim e diz: “*Roger, bom dia.*” Por isso, eu sou o Roger. Quando tenho a oportunidade e a honra de compartilhar desta Mesa com outras religiões, que me reconhecem como umbandista, como participante de uma religião igualmente digna, eu tenho a minha identidade afirmada pela diferença, pela alteridade, que são os outros, que me concedem esse respeito e essa dignidade.

Então, quero agradecer a presença de todos que não se furto-ram em vir dizer: “*Eu reconheço um umbandista*”.

A umbanda, que faz 100 anos, surgiu no Brasil. A umbanda é brasileira. Embora tenha suas raízes culturais na África, entre os indígenas brasileiros e na Europa, ela surgiu no Brasil. E tem o seu mito fundador, com um marco histórico de 100 anos, mas se aprofunda um pouco mais anteriormente. Essa é a nossa celebração.

Quero lembrar a fala do Sr. Sheikh. Ele citou a questão do sábio. Na China, é dito que para o sábio não existe quem não tenha remédio, não existe quem esteja perdido. Para o sábio, existe remédio para todo mundo. É aquela ideia de que para todos nós há salvação. Aqueles que têm religião ou que não têm religião merecem ser igualmente salvos em nosso mundo. Essa é a perspectiva da umbanda, que não é corporativista, não é proselitista.

Nós queremos ter o direito de exercer a nossa fé, a nossa crença. Mas queremos que todas as outras pessoas sejam muito felizes com as suas religiões, que tenham todas as realizações espirituais, materiais, tenham paz e felicidade, sem precisar sair da sua religião. Essa realização espiritual, a felicidade do outro, certamente vai refletir na nossa felicidade. Compartilhamos da ideia dos budistas, quando dizem que não existirá felicidade plena para nenhum ser humano enquanto houver um indivíduo no planeta infeliz, porque somos interdependentes. Então, se queremos felicidade para nós, queremos a felicidade, primeiro, para os outros.

Todos os que aqui falamos representamos de certa maneira alguma minoria e já sentimos na pele o que é ser discriminado. A diversidade não é só a alteridade, referente ao outro ou ao grupo do outro. Temos a pluralidade dentro de nós mesmos. Eu sou médico, brasileiro, branco e sou descendente do povo de um lugar e sou também umbandista. Temos outros, como o reverendo, que é da igreja evangélica e, ao mesmo tempo, combate o racismo negro. Por isso, nós todos, na nossa identidade, somos um conjunto de coisas. A pluralidade está dentro de nós. E só reconhecermos aquilo que está fora se reconhecermos que é da soma das influências de tantas pluralidades externas que compomos a nossa identidade única, que internamente é plural também.

A força das religiões, na nossa perspectiva, não está simplesmente na crença, na fé, naquela coisa que nos espera depois da morte. Acho que a força principal de todas as religiões é que cada religião funda uma ética. Quando você é adepto ou convertido de uma religião, não está lá simplesmente pela crença, mas assume um modo de viver, assume uma ética. Uma pessoa que tem, por exemplo, a fé católica e segue a ética ensinada pelo cristianismo ao pé da letra – podemos ver isso no interessante livro *Imitação*

de Cristo, de Tomás de Kempis, com o qual ficamos inspirados –, vai respeitar todo o mundo. E vai querer o bem de todo o mundo e promovendo, dessa forma, a paz no mundo.

Então, precisamos exercer a ética ensinada pela nossa religião, precisamos vivenciar os valores dos nossos pais, dos nossos ancestrais, dos nossos antepassados ou da tradição a que aderimos mais recentemente. Temos de exercer esses valores e esse compromisso com a sociedade, e o Estado precisa ser, talvez, um pouco mais laico. Os órgãos governamentais precisam exercer mais efetivamente a laicidade, para garantir a todas as pessoas o direito de expressar toda a diversidade cultural, espiritual, religiosa que faz a nossa identidade e colabora com o nosso mundo.

Encerrando, quero agradecer novamente. Sei que algumas pessoas pensam em diálogo inter-religioso porque todos são filhos do mesmo Deus. Não é isso? Mas não é isso. Diálogo inter-religioso pressupõe também reconhecer que há religiões monoteístas, há religiões politeístas e há religiões ou filosofias espirituais que nem sequer creem em Deus, como o budismo. O Dalai Lama não fala em Deus, mas não significa que não exista compromisso espiritual também. Então, são religiões ou filosofias espirituais que temos de nos acostumar a ouvir. Quando ouvimos um irmão nosso de outra religião dizer “Que Deus o abençoe!”, respondemos: “Assim seja!” E se falamos “Que os *Orixás*” – no plural – “os abençoem!” ainda soa um pouco dolorido no ouvido dos outros. Então, gostaria que vocês se acostumassem. E que os *Orixás* os abençoem.

Saravá!

SENHOR PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Agradeço as palavras do Prof. Roger Soares. Para encerrar esta mesa-redonda, convido a usar da palavra a Sra. Neda Fatheazam, representante da Fé Bahá’í. Antes, porém, vou ler uma espécie de manifesto. Logo depois da segunda Mesa, teremos condições de colher a assinatura dos Deputados e demais presentes que o apoiarem. Permitam-me lê-lo rapidamente:

“Moção ou manifesto pela diversidade religiosa e cultura de paz

Em comemoração aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humano, 120 anos da Abolição da Escravatura, 20 anos da Constituição Federal do Brasil e 100 anos da umbanda, nós, reunidos no Seminário Centenário da umbanda: Matriz Religiosa Brasileira, realizado no dia 9 de dezembro de 2008, e os demais abaixo-assinados:

Lembrando que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, que cada pessoa tem o direito de desfrutar dos direitos humanos sem distinção de qualquer tipo, tal como raça, cor, sexo, língua, origem ou religião;

Afirmando que a diversidade é uma característica essencial da humanidade, devendo ser valorizada e preservada em benefício de todos e em prol de uma cultura da paz;

Ressaltando que o respeito à diversidade e à liberdade de religião ou crença são o apanágio de uma sociedade democrática, tolerante e socialmente justa, sendo indispensável à paz e à segurança;

Conscientes de que historicamente pessoas foram e, ainda hoje, são vítimas de atos de discriminação, intolerância e/ou violação de direitos humanos em razão de sua religião ou crença;

Preocupados com a violência, assédio, discriminação, exclusão, estigmatização, intolerância e preconceitos dirigidos contra pessoas em todo o mundo por causa da sua religião ou crença, levando muitas pessoas a reprimirem e/ou a esconderem sua religiosidade e crença;

Sublinhando o papel fundamental das escolas e dos meios de comunicação como fomentadores de uma cultura da paz e de respeito à diversidade e à liberdade de religião ou crença;

Convictos da necessidade de adoção de medidas para difundir o respeito à diversidade e à liberdade de religião ou crença nas situações em que as expressões religiosas possam estar ameaçadas;

Tendo em conta as disposições da Constituição Federal do Brasil, dos instrumentos internacionais adotados pelo Brasil, como a “Declaração para Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação com Base em Religião ou Crença” e em especial a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”;

Objetivando promover o respeito à diversidade e à liberdade de religião e crença, criar condições que permitam às expressões religiosas e crenças se desenvolverem e interagirem livremente de forma mutuamente proveitosa e incentivar o diálogo entre as religiões e crenças, em prol do respeito inter-religioso e de uma cultura da paz;

Propugnamos no sentido de que o Poder Público, Legislativo, Judiciário, Executivo – seja nas esferas federal, estadual ou municipal – e a sociedade civil se empenhem para a adoção de medidas destinadas a preservar, salvaguardar e valorizar a diversidade de religião e crença, dentre elas:

- 1. Instalar Centros de Referência de Direitos Humanos e Diversidade Religiosa;*
- 2. Estimular, especialmente nas universidades públicas, a criação de Núcleos de Pesquisa e de Promoção da Diversidade Religiosa, com o objetivo de fomentar o estudo acadêmico e o levantamento de dados sobre a temática da Diversidade de Religião e Crença;*
- 3. Instituir, em âmbito nacional, fóruns de diversidade religiosa;*
- 4. Incluir capítulo referente à Diversidade Religiosa nos cursos de Direitos Humanos promovidos e apoiados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, em especial no de Formação de Conselheiros em Direitos*

Humanos, Capacitação de Gestores em Direitos Humanos e Mediação de Conflitos e Direitos Humanos;

5. *Institucionalizar a categoria Diversidade Religiosa no prêmio Direitos Humanos do Governo Federal;*
6. *Criar o Conselho Nacional de Promoção da Diversidade e Liberdade Religiosa;*
7. *Instituir, em âmbito nacional, a Semana do Diálogo Inter-religioso, por ocasião do Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, dia 21 de janeiro;*
8. *Instituir o respeito à diversidade e à liberdade religiosa e a cultura de paz como eixo fundamental no ensino religioso no Brasil, em consonância com o Plano Nacional de Direitos Humanos, estimulando a realização de atividades, como a Semana da Diversidade Religiosa;*
9. *Propiciar e desenvolver a compreensão da importância da proteção e da promoção da diversidade religiosa, designadamente através de programas de educação e de uma maior sensibilização do público;*
10. *Criar uma Rede de Promoção de Diálogo Inter-religioso;*
11. *Realizar audiências públicas e seminários visando à elaboração e à discussão do Estatuto da Diversidade e Liberdade Religiosa;*
12. *Criar a Frente Parlamentar de Diversidade e Liberdade Religiosa;*
13. *Instituir o Plano Nacional de Enfrentamento à Intolerância Religiosa”.*

Segue-se espaço para colocar o nome e a assinatura.

Coloco à consideração dos companheiros, vamos submeter a todos.

Terminamos a nossa Mesa convidando para usar da palavra a Sra. Neda Fatheazam, representante da Fé Bahá'í e que disporá de até 10 minutos.

SRA. NEDA FATHEAZAM – Boa tarde a todos. Faço meus todos os cumprimentos e agradecimentos às autoridades, aos senhores e senhoras, aos líderes religiosos, aos representantes de entidades e a todas as pessoas presentes. Se todos estão aqui, provavelmente têm no coração o intuito e uma visão de um mundo pacífico e mais justo para todos.

A Fé Bahá'í encara a atual condição que o mundo atravessa; a confusão reinante, a desorganização e a fase natural de degradação como uma fase orgânica e que vai culminar numa hora muito bonita, quando a humanidade, as religiões e os países irão se unir, na mesma visão de unidade na diversidade de que o Prof. Roger falou tão belamente ensinando a nova palavra “equanimidade” para todos nós presentes.

Esse processo por que a humanidade passa não é motivo de desespero para os bahá'ís. Eles veem que esse processo e esse sofrimento do mundo são como as dores do parto: a mulher naquele momento sofre as dores, mas a alegria do nascimento vai imediatamente aparecer após aquelas dores.

Dessa forma, vemos que todo o passado e esse sofrimento da humanidade fizeram com que, por exemplo, grandes organizações humanitárias e internacionais, visando à paz, aparecessem; que a posição da mulher, que era totalmente ignorada há um tempo, fosse um sinal de alerta para muitas pessoas, comunidades e sociedades; e que a mulher tivesse as mesmas obrigações, os mesmos direitos e as mesmas oportunidades que os homens.

Vemos que o nacionalismo desenfreado começou a cair em ruína. Tinha-se a visão de que havia países que jamais poderiam colaborar com o mundo ou não teriam nada a acrescentar ao ser humano, enquanto outros países se achavam extremamente independentes e poderosos, mas isso caiu em ruína.

Vemos que preconceitos raciais e éticos, universalmente, estão sendo condenados, pelo menos nenhum grupo se sente seguro de informar abertamente que é um grupo preconceituoso ou que persegue alguma etnia.

Uma coisa que realmente tem nos surpreendido é a questão do preconceito religioso. Se todas as religiões estão aqui para promover a educação espiritual, formar valores, guiar a humanidade para um caminho correto, promover a justiça, o bem – não importa qual seja a religião, se é indígena, oriental ou ocidental – se todas as religiões buscam melhorar e educar espiritualmente o ser humano, por que existe o preconceito religioso? Isso é o que surpreende a todos nós. Cada um lembrou aqui um aspecto em que foi perseguido, de alguma forma, na sua própria vida.

Acredito que o maior papel dos líderes religiosos, o papel mais importante desses representantes, é educar o seu rebanho, os seus seguidores e acabar com o preconceito existente no coração de cada um. Uma das virtudes é a humildade. Por que teríamos medo de ensinar, divulgar, firmar os nossos seguidores na sua própria religião? Por que teríamos medo de elogiar as outras religiões também? Por que nós criamos preconceito num local onde direções de justiça, orientações de amor, moralidade e humanidade deveriam ser distribuídas? Portanto, o nosso papel nesse diálogo inter-religioso é fundamental, porque aqui estão presentes líderes que têm centenas, talvez milhares de seguidores e que, portanto, são exemplos. É para esses líderes que o rebanho olha. É desses líderes que nós precisamos ouvir as soluções de um mundo melhor, de paz.

Enquanto a humanidade hoje acha que a religião pode ser algo fanático, ou acha que a religião é totalmente indispensável, Bahá'u'lláh, o fundador da Fé Bahá'í, já afirmava que a unidade das religiões é impreterível para que nós alcancemos a paz mundial. Não é só a abolição de preconceitos de raça e etnia, mas a aceitação das religiões, a aceitação de que pessoas seguem preceitos diferentes e devem ser representadas. E todos esses preceitos levam a princípios morais e valores nobres, o que considero o mais importante. O nosso papel é demasiadamente importante para ignorarmos.

Não significa que cada um tenha de abandonar a sua fé e não significa que nós temos agora a solução desse mundo, que tanto esperamos. Mas significa que nós vamos abraçar, além da nossa fé, a fé dos outros, a grandiosidade, o caminho que os outros têm

trilhado para chegar à paz espiritual deles. É um caminho válido. Por que não? Eu sou bahá'í, mas eu sou budista; eu sou bahá'í, mas eu sou muçulmana; eu sou bahá'í, mas eu sou cristã, eu sou evangélica. Eu adoro as palavras da Seicho-No-Ie, eu admiro, eu sigo aquelas palavras bonitas. Eu sigo qualquer caminho que me leve à verdade. E a verdade é que, sim, um diálogo inter-religioso é capaz de criar uma visão e uma cultura de paz, se nós passarmos isso adiante, se nós tivermos humildade e não acharmos que a nossa verdade é que é a única.

Então, a mensagem que eu queria passar da visão da Fé Bahá'í é esta: tudo que está acontecendo vai trazer um mundo melhor. O que está acontecendo agora, ou seja, estar unidos em uma só mesa representantes dos muçulmanos, dos bahá'ís, dos budistas, dos umbandistas e tantas outras religiões, há alguns anos era impossível até de ser imaginado. Então, essa cultura de paz é possível com o ensino nas escolas, com as crianças aprendendo a não ter preconceito, com as crianças aprendendo livres e independentes a pesquisa da verdade. Elas vão aprender toda a diversidade religiosa na escola e vão optar pela religião sem estar presas a tradições, mas sim a sua própria escolha, porque vão fazer uma pesquisa verdadeira, da mesma forma que o fazem quando escolhem as profissões de suas vidas.

Eu gostaria de terminar com a leitura de uma oração de Bahá'u'lláh:

“Ó, Tu, Senhor bondoso! Criaste toda a humanidade dos mesmos pais. Desejaste que todos pertencessem ao mesmo lar. Em tua santa presença, todos são teus servos, e todo o gênero humano se abriga sob teu tabernáculo. Abre as portas do verdadeiro conhecimento e deixa a luz da fé brilhar resplandecente. Une os seres humanos à sombra da tua generosidade e faz com que se unam em harmonia, de modo que se tornem como os raios do mesmo sol, as ondas de um só mar e os frutos da mesma árvore. Ó, Deus, és bondoso para com todos; provês a todos; ampara a todos e a todos concedes vida. De ti todos os seres recebem faculdades e talentos. Ó, Deus, une todos, faz as religiões

concordarem e torna as nações uma só, para que se considerem a todos como uma única família e tenham a terra como um só lar. Que se associem em perfeita harmonia. Ó, Deus, ergue o estandarte da unicidade do gênero humano, estabelece a suprema paz, enlaça os corações. Ó, Deus, Tu és o grande e o poderoso, és o clemente, aquele que perdoa as faltas de toda a humanidade”.

Boa tarde e muito obrigada.

SENHOR PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Agradecemos a participação e a colaboração da Sra. Neda Fatheazam, representante da Fé Bahá'í.

Gostaria de desfazer esta Mesa, que certamente enriqueceu mais este seminário, para convocar a próxima, agradecendo mais uma vez. Uma salva de palmas aos nossos expositores.

Gostaria de registrar a presença dos ilustres Deputado Luiz Alberto, da Bahia; Edmilson Valentim, do Rio de Janeiro; Carlos Santana, do Rio de Janeiro; Lincoln Portela, de Minas Gerais; Chico Alencar, um dos proponentes deste seminário.

Quero saudar o companheiro Deputado Carlos Santana, dizendo que fomos para a segunda divisão, mas vamos voltar.

DEPUTADO LUIZ ALBERTO – Senhor Presidente, antes do encerramento desta Mesa, quero me desculpar, porque cheguei atrasado, não pude comparecer à abertura desse evento.

Quero também parabenizar a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Legislação Participativa, as entidades que também fazem parte da organização.

Eu assinei a moção sugerida pela Mesa e teria uma proposta – não sei se caberia naquela moção ou se devemos aprovar aqui.

Foi citado no documento que o dia 21 de janeiro é o Dia Nacional contra a Intolerância Religiosa. Nesse dia, a Câmara sempre estará em recesso. Nós já tivemos duas experiências que foram exitosas, importantes para divulgar esse combate à intolerância. Foram realizadas duas sessões solenes nesta Casa em homenagem às religiões de matriz africana. Eu queria propor, ampliando um pouco mais, como no dia 21 de janeiro não é possível, que no dia 21 de março do ano que vem realizássemos

uma sessão solene em homenagem ao Dia Nacional Contra a Intolerância Religiosa, com a participação de diversas religiões que têm militado nessa direção.

.....

SENHOR PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Então, acho que os Deputados podem assumir o compromisso de fazer, já, um pedido para o ano que vem. Eu pediria a V. Ex^a para adiantarmos, que já fizesse o pedido de que o dia 20, sexta-feira, ou 23 de março, um dia bom, porque o dia 22 é o Dia da Água, e todas as religiões têm a água como um dos símbolos maiores.

Dr. Elianildo, por favor.

SR. ELIANILDO NASCIMENTO – Duas sugestões foram apresentadas antes que o Deputado Pedro Wilson assumisse a coordenação dos trabalhos. Talvez pudessem ser inseridas no documento final.

Uma delas é uma questão especificamente local, que está acontecendo aqui no Brasil, referente à documentação das mulheres muçulmanas. Estão ocorrendo alguns problemas sérios com relação principalmente a passaporte e documento, em razão da questão religiosa. Portanto, essa é uma questão local, nacional, que poderia ser efetivamente abraçada pelos demais segmentos.

A outra questão, eu estou apresentando como representante da URI, porque no primeiro semestre, na URI Brasília e na URI nacional definimos e trabalhamos essa temática, trata-se de um problema que está acontecendo com um segmento religioso. Algumas lideranças religiosas foram presas no Irã, em decorrência de uma situação específica naquele país com essas pessoas, que estão tendo cerceado o seu direito de defesa. Cristãos, judeus e outros não tiveram problema. Mas aconteceu com os irmãos bahá'ís. Poderíamos construir esse pequeno texto, para, no final da sessão, acordarmos sobre isso.

SENHOR PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Acolhemos a sugestão, mas pedimos ao Prof. Elianildo que faça a moção. Esse é um manifesto, está circulando para a assinatura. Quem tiver a moção, por escrito, que já a apresente. Logo depois da outra Mesa, nós faremos a votação das moções.

Mais uma vez, agradecemos a participação de todos.

Convidamos para compor a Mesa o ex-Deputado Orlando Fantazzini, representante da campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania*, um grande Deputado, que foi Presidente da Comissão de Direitos Humanos, de Guarulhos; o Sr. Alexandre da Anunciação Reis, representante da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Dra. Gilda Pereira de Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; Dr. André Luiz Figueiredo Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação; Sr. Silvio Luiz Ramos Garcez, Pai Ramos, Presidente do Conselho Nacional da Umbanda do Brasil.

Registro, com muito prazer, a chegada da Deputada Luiza Erundina.

Convido para tomarem assento à Mesa a Deputada Luiza Erundina e o Deputado Edmilson Valentim, do Partido Comunista do Brasil (PcdoB) do Rio de Janeiro.

Com muita honra, saúdo todos da Mesa, em especial o ilustre Deputado Chico Alencar, dado que foi um dos proponentes deste seminário. Convido S.Ex^a. para coordenar esta última Mesa.

DEPUTADO CHICO ALENCAR – Agradeço a V.Ex^a a deferência. Tenho o maior prazer em coordená-la. O problema é que, às 16h30, tenho uma audiência com o Ministro da Justiça. Mas, posso ficar até esse horário, com todo o prazer.

SENHOR PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Há dois deputados. Eu também tenho, às 16h30, uma entrevista com o Ministro Ayres Britto sobre o piso salarial. Os Estados mais ricos do Brasil não querem pagar o piso salarial de 950 reais para os professores. Nós e também a Deputada Fátima Bezerra estaremos com o Ministro. Já existe uma ação em tramitação na Justiça. Estamos procurando todos os Ministros antes para que eles possam assegurar a constitucionalidade do piso salarial. A maior parte dos Estados e Municípios já paga, mas os mais ricos estranhamente foram os que negaram.

Agradeço mais uma vez a todos a participação.

Passo a Presidência dos trabalhos ao ilustre Deputado Chico Alencar, com dois Deputados também à Mesa: Luiza Erundina e Edmilson Valentim.

SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) – Dando continuidade à última Mesa deste seminário, que transcorre desde cedo, peço a cada orador que trabalhe em torno de 10 minutos, com a tolerância habitual.

Com a palavra o ex-Deputado Orlando Fantazzini, representante da campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania*.

SR. ORLANDO FANTAZZINI – Boa tarde a todos da Comissão de Legislação Participativa e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Presto minha homenagem aos 100 anos do Centenário da umbanda. Confesso que fiquei surpreso, pois acreditava que tinha muito mais tempo. Para mim é uma novidade.

Vou falar rapidamente, nesses 10 minutos, sobre o significado da campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania*, por que ela surgiu e o que pretendemos com ela. A campanha completou seis anos em novembro deste ano. Surgiu em 2002, na Comissão de Direitos Humanos desta Casa, da qual, à época, eu era o Presidente. Anualmente fazíamos a Conferência Nacional de Direitos Humanos, cujo tema era Superação da Violência. Tínhamos vários painéis, como a Superação da Violência pela Educação, pela Economia, e também introduzimos o painel *A Superação da Violência pelos Meios de Comunicação*.

A conclusão foi que os meios de comunicação têm sido, no Brasil, um grande propulsor da violência na sociedade brasileira. Com isso, passamos a debater uma forma de dialogar com os meios de comunicação, tendo em conta o histórico de que dois ex-ministros da Justiça haviam tentado um diálogo com as emissoras de televisão, mas ganharam uma “banana”. O primeiro foi Jarbas Passarinho, e o segundo, José Gregori. As emissoras de televisão nunca aceitaram um diálogo aberto com a sociedade, tampouco com o Estado.

Pensamos um pouco naquilo que ocorreu com a campanha internacional da Nike, porque utilizava mão-de-obra infantil na confecção de seus produtos. Pensamos também numa campa-

nha nessa perspectiva. Em vez de buscar um diálogo direto com as emissoras, passamos a buscar um diálogo direto com os anunciantes, os patrocinadores, aqueles que financiavam e financiam até hoje a programação de televisão. Organizamos uma forma de comunicação com a sociedade, que, por meio do telefone da Câmara dos Deputados – 0800619619 –, tinha a possibilidade de fazer suas denúncias em razão dos conteúdos da programação.

A campanha permite uma interação com a sociedade, objetivando a valorização dos direitos humanos nos meios de comunicação e a construção de uma cultura de paz, tendo em conta que a televisão brasileira entra em todos os lares. Muitas vezes, há falta de vagas nas escolas, mas não a impossibilidade de se sintonizar uma emissora de televisão, desde o lar mais rico ao mais pobre deste País.

Com isso, passamos a fazer o acompanhamento da programação. Várias entidades da sociedade civil, parceiras da campanha, têm disponibilizado pessoas para fazerem pareceres e relatórios sobre a programação denunciada pelos telespectadores. Com isso, fazemos o encaminhamento ao Ministério Público.

Vou citar um exemplo rapidamente. O programa do João Kleber deixou de ser exibido em razão de as entidades da sociedade civil começarem a fazer um acompanhamento, que foi feito praticamente por um ano, inclusive gravando o programa. Isso gerou material suficiente ao Ministério Público, a fim de que ingressasse com uma ação na perspectiva não de multar a emissora, mas, acima de tudo, de fazer com que o programa deixasse de ser exibido. No lugar do programa, pedimos o direito de resposta.

A Rede TV teve de nos ofertar um tempo idêntico àquele utilizado por João Kleber para a ofensa aos telespectadores ou segmentos da sociedade. Com isso, conseguimos também convencer as Lojas Marabraz a não mais anunciar no programa de João Kleber, para que a empresa não tivesse o seu nome vinculado à baixaria. Eles retiram o patrocínio, João Kleber deixou de ser exibido, e ficamos por um mês exibindo vários programas produzidos por organizações da sociedade civil, como organizações de mulheres, de afrodescendentes, de direitos humanos, ambientalistas, enfim.

Esta foi uma forma, junto com o Ministério Público, que encontramos para penalizar as emissoras, a fim de que sentissem, porque a multa para elas é algo muito simples. Quem não se recorda de Gugu Liberato, quando fez uma entrevista com falsos membros do Primeiro Comando da Capital (PCC) que queriam sequestrar um padre? A multa aplicada pelo Ministério das Comunicações foi de 1.800 reais. Ou seja, absolutamente nada. Saiu mais caro para o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) quando conseguimos, também por meio do Judiciário, uma liminar para que o programa do Gugu ficasse um domingo fora do ar, deixando de ser exibido. Eles tiveram uma perda enorme em razão dos anúncios que deixaram de ser veiculados. Portanto, isso trouxe grande prejuízo.

Recebemos todos os tipos de denúncias. Como nosso tema hoje é combate à discriminação religiosa, quero apresentar alguns outros tipos de discriminação, como aos homossexuais, por meio principalmente de alguma programação. Por exemplo, o João Kleber, com as Pegadinhas, sugeria sempre que o homossexual teria de ser tratado na “porrada”. Ou seja, a violência seria a única forma de resolver, na concepção dele, a homossexualidade.

Há também a questão do negro. O Prof. Joel Zito Araújo fez um estudo sobre a participação do negro na televisão brasileira. É interessante que ele faz todo o resgate histórico da telenovela no Brasil. O negro aparece nas telenovelas em papéis extremamente secundários. Se ele for homem, quando não motorista ou escravo – o negro sempre é marginal. Se for mulher, aparece como ama de leite, empregada doméstica ou prostituta. Ao longo da história da teledramaturgia no Brasil, o negro sempre sofreu esse processo de preconceito e discriminação nos meios de comunicação.

Não é à toa que vivemos numa sociedade em que ainda há uma grande discriminação racial. Isto se deve ao fato de um dos grandes veículos de comunicação, presente todos os dias nas casas de toda a população do País, estimular sistematicamente esse tipo de preconceito. Assim também é com relação à mulher. O Brasil é o campeão da violência contra as mulheres, até porque há todo um estímulo da violência, que é disseminada pelos meios de comunicação.

Quero lembrá-los de uma novela, *Mulheres Apaixonadas*, em que havia uma mulher que apanhava do marido de raquete de tênis. Toda a violência existia porque o marido pressupunha que ela o traía, então, ele a agredia. O processo todo foi construído. Inclusive, na *Folha de São Paulo*, na coluna de Daniel Santos, saíram alguns escritos neste sentido, de que como o espancamento deu ibope, cresceu o índice de audiência. Eles foram ampliando por três semanas o processo de espancamento contra a mulher, porque o pico do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) foi impressionante. Depois, para tentar dar uma ajeitada, construíram um diálogo breve, muito rápido, dela com duas amigas, na perspectiva de que deveria denunciar o marido, e a outra amiga dizia: “Mas para quê? Para ele ser condenado a pagar uma cesta básica?” Aí se encerraram o diálogo e o tratamento dado ao aspecto do preconceito, da discriminação.

As crianças que assistem a esse tipo de programa vão firmando aquela concepção de que o papel do homem é bater, e o da mulher, apanhar. É difícil quebrar esse conceito, porque é algo que as pessoas veem, não é algo que alguém diz, então, as crianças vão vendo e fixando esse comportamento.

Além desse aspecto, há a questão religiosa. A *Rede Record* tem um programa, se não me falha a memória, chamado *Sessão de Descarrego*. Também na campanha, fizemos uma representação contra esse programa, que insinuava que as religiões afrodescendentes tinham pacto com o Demônio, com Satanás, enfim, essas coisas. Conseguimos uma liminar para que a *Rede Record* deixasse de exibir o programa. Pedimos que no lugar dele nos fossem concedidos trinta dias para explicar efetivamente o que são as religiões afrodescendentes. Estávamos já nos preparando, mas a *Rede Record* conseguiu outra liminar suspendendo a anterior. O Ministério Público, que é o autor da ação, continua essa pendência judicial. Lamentavelmente, no Brasil, essas questões, em alguns casos, são extremamente lentas.

O papel que a campanha tem procurado desenvolver junto à sociedade brasileira é justamente esse: buscar fazer com que essa concessão pública, que é a televisão, cumpra efetivamente os dispositivos da Constituição, que são educar, informar, formar,

respeitar a diversidade. Quer dizer, a televisão deveria sofrer um controle social, mas lamentavelmente no Brasil isso não ocorre.

Por outro lado, não concordamos com a forma como ocorrem as concessões, tanto que temos uma ação, em parceria com o Fórum Nacional pela Democratização dos Meios de Comunicação. Causa-nos muita estranheza que algumas religiões possam ter emissoras de televisão e outras, não. Ou melhor, não é que não podem ter, mas não conseguem a concessão. Por que só a religião “A” pode ter vários programas, entrar em todos os lares, fazer com que sua doutrina seja cada vez mais difundida, em detrimento de outras, que não podem ter nenhum espaço, na perspectiva de também poderem esclarecer à sociedade?

Como o Sheikh Jihad Hassen Hammadeh disse, o grande problema é a ignorância. Quando se tem o conhecimento, também se deixa de agir preconceituosamente ou de ser intolerante.

A campanha tem buscado cumprir esse papel junto à sociedade. Houve vários avanços, mas dependemos essencialmente da participação da sociedade. Sem a efetiva participação da sociedade, a campanha não consegue se manter e sobreviver. Sofremos, obviamente, grandes dificuldades, porque quando apresentamos o ranking das denúncias, que chegam, às vezes, à casa de 1.200, de 1.500, as emissoras disseram que estavam no caminho certo, porque se 1.500 pessoas estavam denunciando a programação, isso significava que os outros 80 milhões de telespectadores estavam favoráveis. Isso não é verdade. Quando há um setor da sociedade denunciando, é porque há algo extremamente equivocado.

Nossa luta é para que haja controle social, que tenhamos condições de fazer com que a televisão brasileira cumpra efetivamente seu papel constitucional, acima de tudo, e seja um instrumento para contribuir na construção da cultura de paz em nosso País.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) – Agradeço ao Deputado Orlando Fantazzini, que expôs neste painel *Combate à discriminação religiosa: o papel do Estado, da mídia, da escola e da sociedade*.

V. Ex^a é representante da campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania*.

Eu já tinha avisado de meu compromisso, uma audiência solicitada há muito tempo com o Ministro da Justiça, às 16h30.

Para me substituir com sobras, convido o Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) – Pois não. Claro.

O Deputado Vicentinho, segundo o Deputado Carlos Santana, é um quilombola urbano.

SENHOR PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) – Boa tarde a todos.

Agradeço ao Presidente por seu gesto generoso de permitir que eu partilhe do debate neste momento, coordenando esta parte do trabalho.

Saúdo a todos os presentes, que estão aqui desde o período da manhã – meu vizinho e companheiro Sheikh Jihad Hassan Hamamdeh, tão respeitado em nossa comunidade, São Bernardo do Campo; seja bem-vindo – e às nossas autoridades religiosas de todas as denominações.

A Dra. Gilda Carvalho está presente? Não. O Sr. André Luiz Figueiredo está presente?

O Sr. Sílvio Luiz Ramos, Pai Ramos, está presente.

Concedo a palavra ao Sr. Sílvio Luiz Ramos, Presidente do Conselho Nacional da Umbanda, a quem agradeço a presença na sessão solene que realizamos em homenagem aos 100 anos da umbanda no Brasil, numa segunda-feira, há 15 dias. Foi um belo ato realizado pela primeira vez pela Câmara dos Deputados. O Pai Ramos se fez presente entre várias outras autoridades.

Com a palavra, meu irmão, por favor.

SR. SÍLVIO LUIZ RAMOS GARCEZ – Boa tarde a todos. Quero agradecer à Comissão de Legislação Participativa; ao Deputado Adão Pretto; à Comissão de Direitos Humanos; ao nosso querido Presidente que presidiu a Mesa hoje; a todos os Deputados presentes; ao nosso amigo Carlos Santana; ao Deputado Vicentinho e a todas as Lideranças presentes aqui hoje.

Realmente, é um marco na história da religiosidade brasileira o que está acontecendo hoje no plenário.

Há pouco, quando se falava de umbanda, as pessoas associavam os umbandistas à gente ignorante e sem cultura, pessoas que estavam à margem da sociedade e que se preocupavam mais com um culto atávico, fetichista, folclórico até, porque não dizer. Mas o tempo mostrou que a umbanda é uma expressão religiosa, cultural, social e até política eminentemente brasileira, formada por traços negros, índios e indo-europeus presentes na formação da própria matriz ética do Brasil. Quer dizer, todos nós temos um pouquinho desse sangue negro e índio que corre nas nossas veias.

Costumo dizer que todos somos umbandistas. Quem não foi à beira do mar jogar um champanha e agradecer a quem? A Iemanjá, a senhora das águas – que seja uma florzinha, senhor Deputado. Essa é uma crença que faz parte do imaginário da umbanda, um imaginário que lamentavelmente tem-se impedido de manifestar ao longo da sua fundação e formação.

Para falar sobre o combate à discriminação religiosa é preciso falar sobre o papel do Estado, da mídia, da escola e da sociedade. Precisamos começar tomando consciência verdadeira de que discriminação é algo que existe, é uma realidade e está acontecendo nas nossas barbas.

Para registrar novamente, os senhores estão vendo dois cartazes produzidos com apoio das duas Comissões e da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Pois bem, durante a semana, eles foram divulgados nesta Casa e sistematicamente arrancados e rasgados de forma agressiva, o que tanto mal faz para o mundo. Isso, dentro da Casa que é do povo, onde se defende os direitos das minorias. É preciso fazer alguma coisa urgentemente – falar só não basta. Estou cansado de falar, minha gente. Precisamos agir para sair dessa inércia e partir para algo efetivo, não como revanchismo barato, mas como uma forma de fazer valer o que a Constituição prega, ou seja, o respeito à liberdade de imprensa, rito e culto.

Somos parceiros da Deputada Luiza Erundina e do Deputado Orlando Fantazzini nas duas campanhas. A realização da Conferência Nacional de Comunicação é importantíssima. O Executivo

e membros do Legislativo precisam, de certa forma, apoiar e realizar isso o mais rápido possível. Não podemos ficar à mercê de uma concessão, que se é pública é do povo, tendo de ouvir barbaridades. Utilizam-se do nosso imaginário umbandista para fazer proselitismo. Quem joga sal grosso? Quem usa as encruzilhadas para descarregar? São os umbandistas? E isso é usado contra os próprios umbandistas em situações vexatórias.

Essa conferência precisa acontecer. Os Governantes precisam sair da conversa e partir para a ação. Vejo pessoas e Deputados que fazem isso. Espero que a maioria também o faça e outros se aliem, busquem nos ajudar – não só à umbanda, que o nosso discurso não é exclusivista. Se eu fizer isso, estarei indo contra o que acredito. O nosso discurso é universalista. Falo de todas as religiões que sofrem esse tipo de preconceito. Não é só a umbanda que tem essa dificuldade. Sabemos bem, e não precisamos lembrar aos senhores, o quanto é difícil a pessoa professar sua fé.

Discutia eu com o Sheikh, hoje, na hora do almoço, e com outros, sobre a questão dos cultos que acontecem nesta Casa. Por que não fazemos um culto umbandista? Aliás, o Deputado Carlos Santana já disse que, a partir do próximo ano, vamos ter um culto umbandista. Por que não fazemos um culto muçulmano? Por que privilegiar apenas um eixo, enquanto nosso País é de uma diversidade absurda em termos religiosos? Por que não fazemos um culto de nação keto, angola, jeje, enfim? Porque se esta Casa faz um tipo de culto, ela deveria fazer todos. Ou, então, não fazer nenhum.

O Estado é laico. Sendo laico, ou ele faz todos os cultos e privilegia todas as religiões, ou ele não faz nenhum. Seria melhor, porque assim evitaria esse tipo de situação que vivenciamos hoje: pessoas escondem que são umbandista ou ligadas aos cultos de nação africana, para manter os seus empregos, a sua condição de vida, de sobrevivência.

O mesmo ocorre quando se fala de ensino religioso. Tenho um pouco de receio porque deveria ser lecionado um ensino religioso que privilegiasse toda a diversidade brasileira. Vamos falar da religião como *religare*, como algo que nos religa ao sagrado sem um método ou sem expressar efetivamente a metodologia

das religiões. Ou, então, em nossa opinião umbandista, e na pequena de um sacerdote que labuta e milita no dia-a-dia dos terreiros, não fazemos nada também. Cada religião que ensine, ou cada pai, cada família, que busque ensinar aos seus filhos aquilo que julgar melhor. Porque todas as religiões são boas.

A umbanda é inclusiva, não é contra religião alguma. Muito pelo contrário. Há traços de todas as religiões dentro do rito-liturgia umbandista. Como eu disse, há fusão de cultos ameríndios, cultos africanos, cultos indo-europeus.

A sociedade precisa se unir numa campanha para evitar barbaridades, como agressões a templos, a terreiros, invasão de casas de santos no Rio de Janeiro e na Bahia. É triste percebermos que essa pseudoguerra santa ainda é fomentada onde existe uma diversidade cultural fantástica e religiosa: no Brasil.

Todos nós temos o direito de nos expressar livremente perante qualquer religião. Já informei ao Sheikh que não há problema algum em eu visitar a mesquita e lá participar de algo que vá louvar o sagrado. Nós, umbandistas, acreditamos que o sagrado é tudo. Somos sagrados em todos os instantes das nossas vidas. Este é um ato sagrado, é um ato religioso.

SENHOR PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) – Permita-me interrompê-lo por um minuto.

Chegou agora a convocação para irmos ao plenário votar. Sugiro um revezamento, de maneira que estejamos todos nós presentes aqui e votando simultaneamente.

SILVIO LUIZ RAMOS GARCEZ – Já estou encerrando.

SENHOR PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) – Muito bem. Obrigado, meu querido companheiro.

Dra. Gilda Carvalho, seja muito bem-vinda. A Dra. Gilda Carvalho é Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão. Convido também o nosso companheiro Dr. Alexandro, representante do Ministro Edson Santos. Seja bem-vindo, meu irmão.

Por gentileza, tomem assento.

Por favor, Pai Ramos.

SR. SILVIO LUIZ RAMOS GARCEZ – Ao encerrar, quero fechar a minha fala deixando registradas as palavras de meu pai espiritual,

Pai Rivas, fundador da Faculdade de Teologia Umbandista. Aliás, poucas pessoas sabem que a umbanda tem uma Faculdade de Teologia Umbandista, devidamente autorizada a funcionar pelo Poder Público, pelo Ministério da Educação. É preciso que isso também seja divulgado.

A umbanda, hoje, faz, por meio da Faculdade de Teologia Umbandista, do meu irmão Roger Soares, professor, a aproximação do saber religioso e do saber acadêmico. Ela resgata mais essa vertente, não para a umbanda, mas para a própria sociedade, como eu disse.

Encerro as minhas palavras agradecendo a todos pela sensibilidade em convocar este debate.

Afirmo o seguinte: somos diferentes, como diz o meu pai, somos sim. Mas não somos desiguais.

Um *saravá* de luz e força. Que os *Orixás* abençoem a todos nós.

Muito obrigado.

SENHOR PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Pai Ramos, por suas palavras. Imediatamente, passo a palavra ao Dr. Alexandro da Anunciação Reis, representante do Ministro da Igualdade Racial, companheiro Edson Santos.

V.S^a tem o prazo de até 10 minutos.

SR. ALEXANDRO DA ANUNCIAÇÃO REIS – Boa tarde a todos. Saúdo os companheiros e coordenadores da Mesa: Deputado Vicentinho, Presidente da Frente em Defesa das Comunidades Quilombolas; Dra. Gilda Carvalho; representante do Conub; ex-Deputado Orlando Fantazzini e demais pessoas presentes nesta audiência pública de celebração de 100 anos da umbanda. Uma expressão que sintetiza a nossa cultura, religiosidade de matriz africana, mas que incorpora elementos da cultura indígena e europeia, que torna o nosso País de grande diversidade, respeitável e faz de nós, povo brasileiro, mais unificado, com maior representatividade. É evidente que essa diversidade, ao longo da nossa história, não tem recebido o respeito e a compreensão efetiva dos nossos meios de poder e de estabelecimento de ordem do Estado e de interesse.

Falo isso porque religião não é algo associado a uma relação política que se estabelece na sociedade. A religião é a principal, vamos dizer assim, linha de ação de instrumento político. Esse precisa ser o nosso foco para estabelecermos o respeito à laicidade do Estado, à educação, à diversidade do País e o combate às diversas formas de intolerância.

Para celebrar os 100 anos de umbanda e verificar o papel do Estado com o respeito à diversidade religiosa do País, considerando políticas públicas, é importante termos em mente o nosso passado de escravidão, de imposição de uma religiosidade oficial estabelecida pelo Estado, de consequências, hoje, no nosso País. É preciso termos em mente que os segmentos das religiões de matriz religiosa africana sofrem no cotidiano com a intolerância, o racismo, a violência religiosa e o ódio religioso.

Essa discussão não apenas depende desta audiência. Este é um espaço importante de diálogo, mas também de tomada de decisão, de articulação para vencer esse nosso histórico negativo.

A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) trabalha justamente na linha de conciliar política pública, interesses políticos, necessários ao Estado, para garantir a cidadania de todas as pessoas; independente de cor ou credo religioso, além de buscar estabelecer parâmetros e ações que evitem a propagação de atos de intolerância religiosa.

Esse debate, no Brasil, da década de 80 para cá, ganhou maior força. Da década de 70 para trás, havia um debate de combate ao racismo no Brasil. Havia a ideia de que éramos um País montado numa democracia racial e que aqui não existia nenhum tipo de intolerância; era coisa dos países estrangeiros, da Europa, da Alemanha de Hitler. No Brasil, vivíamos uma harmonia racial, que também se articulava com a questão religiosa.

Da mesma forma, as pessoas descendentes de africanos não se sentiam afetadas quando uma determinada religião dizia que a religião de matriz africana cultuava o demônio e não seus *Orixás*, *nkisis* e *voduns*.

Esse debate na década de 80 passou a ter cara de organização do movimento negro, dos movimentos religiosos, do ponto de

vista mais consciente, mais interessados no movimento do País, a partir do respeito a essa diversidade na escola e na família.

As nossas instituições precisavam ter outra linha de atuação.

Em 1995, o movimento negro articulava uma marcha com vários participantes dos segmentos sociais do Brasil, marcha em Brasília que envolveu umas 35 mil pessoas. A repercussão foi importante para o Estado. Mesmo a Constituição de 1988 tendo estabelecido a laicidade do Estado, isso não foi bem abordado. Ainda grandes instrumentos de comunicação estabeleciam o proselitismo religioso e o ódio contra a religião de matriz africana de maneira muito forte. Algumas escolas estabeleciam o ensino religioso em detrimento de outras religiões, estabelecendo a discussão discriminatória das outras religiões; o País não tratava do assunto com tanto cuidado.

Em 2001, aconteceu a Conferência de Combate ao Racismo, na África do Sul. Esse debate veio para o Brasil com outra cara, não só de ação jurídico-punitiva. Era necessário fazer a promoção da igualdade a partir de ações que inibissem a discriminação, a intolerância, com ação jurídico-punitiva articulada com ações de promoção da igualdade.

O Governo Federal, desde 2003, vem trabalhando numa ação de articulação de políticas públicas com a Seppir; com o Ministério da Cultura, por intermédio da Fundação Cultural Palmares, órgão mais antigo nesse debate, do ponto de vista de estrutura de Estado, que tem ações concretas; com a Secretaria Especial de Direitos Humanos; com o próprio Ministério de Desenvolvimento Social, que estabeleceu ação articulada para garantir a promoção da cidadania plena para essas religiões. Isso foi fundamental.

Começamos a fazer um trabalho de mapeamento de terreiros de umbanda, de candomblé, de xangô e outras denominações, no sentido de garantir uma relação, de maneira que o Estado soubesse onde essas religiões se encontram e o que elas reproduzem e articulam nas suas comunidades. Isto não foi efetuado só do ponto de vista religioso, mas social, histórico, econômico, cultural – era preciso ter isso –, a partir, inclusive, do que é estabelecido na Constituição. Há leis que garantem a defesa, a

promoção e a preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro. Essa é nossa atuação de articulação.

Temos alguns resultados importantes. Conseguimos realizar o mapeamento na Bahia – começamos em Salvador. Fizemos o mapeamento de mais ou menos 1.300 terreiros, o que foi fundamental para que o Município e o Governo do Estado pudessem focar suas ações, sabendo quais são os terreiros que delas precisavam. O Governo Federal precisa saber que é necessário não só ter uma ação da Seppir, uma ação de transversalidade, a partir desses terreiros, não a partir de programas e atividades pontuais; retirando-se recursos de outro programa voltado para cigano, para indígena ou para quilombola. O que precisamos é de uma ação para a comunidade de terreiro a partir do que está estabelecido no Decreto nº 6.040. Este estabelece que os terreiros também sejam comunidades tradicionais; portanto, as ações necessárias devem ser efetuadas.

Outro ponto importante a se trabalhar é a partir da própria articulação, da participação e do controle da sociedade civil, no sentido de garantir alguns pontos fundamentais.

É inadmissível que em nosso País ainda se consiga assistir à reprodução, discriminação contra as religiões de matriz africana pelos meios de comunicações, afetando famílias, crianças e jovens, sem que o Estado faça alguma intervenção mais concreta. Sabemos que a concessão pública de rádio e TV é feita pelo Estado, e é preciso uma ação. Então, essa articulação dos movimentos sociais tem trazido um debate importante.

A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), no ano de 2006, publicou uma cartilha de orientação. Primeiro, do ponto de vista do que havia de legislação, desde o Brasil Imperial sobre discriminação, e como isso veio evoluindo, o que estava acontecendo hoje efetivamente.

O Supremo Tribunal Federal fez o julgamento, estabeleceu um entendimento de que a discriminação religiosa é uma espécie de discriminação racial. É importante falar nisso, porque a Lei nº 7.716, de 1989, estabelece que crime de racismo é imprescritível, inalienável e que a pessoa que comete esse tipo de crime pode sofrer pena de reclusão.

Então, essas são ações de informação e de articulação com a sociedade civil.

Outra ação é de articulação de visibilidade e de participação dos movimentos religiosos ecumênicos que vêm acontecendo nesse período.

Acabamos de participar de uma grande atividade no Rio de Janeiro, no dia 21 de setembro, um ato que envolveu a Igreja Católica, Presbiteriana, muçulmanos, umbandistas e comunidades de terreiros, ou seja, um amplo segmento que se reuniu para dizer: “é absurdo que o Estado do Rio de Janeiro, com sua diversidade, ainda não tenha liberdade religiosa”. Essa marcha reuniu mais de 20 mil pessoas em Copacabana, no Rio de Janeiro, com o objetivo de garantir que o Estado comece um trabalho mais efetivo nessa linha de combate à intolerância religiosa, estabeleça punições e que delegacias da Polícia Civil tenham ações mais concretas. As pessoas não vão às delegacias informar que foram vitimadas por esses atos.

Essa ação começou a ser divulgada, e as Polícias Militar e Civil participaram desse grupo. Hoje, há uma denúncia por dia. Quer dizer, havia uma demanda represada, porque não se conseguia chegar à delegacia e se colocar de frente ao policial para explicar o crime e não ser discriminado ali mesmo.

Então, o trabalho de formação precisa ser reproduzido na Bahia, aqui no Distrito Federal e em outros Estados.

Nesse sentido, a discussão do papel do Estado de seguir essa linha de atuação, de promoção e de fortalecimento das ações jurídico-punitivas é para que essas atitudes não se repitam.

Obrigado.

SENHOR PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) – Peço compreensão a todos. Tive de me ausentar para votar. Concedo a palavra à Dra. Gilda Pereira de Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, pelo prazo de 10 minutos.

DRA. GILDA PEREIRA DE CARVALHO – Cumprimento os ilustres integrantes da Mesa, o Sr. Presidente, líderes religiosos aqui presentes, os Deputados e todos os participantes desta audiência pública.

Nessas ocasiões sempre encontro inspiração para trazer uma meditação sobre a nossa Constituição Federal. Ela nos diz com muita clareza que o nosso País é laico, ao mesmo tempo que respeita, protege e assegura inteira liberdade às crenças religiosas. Vivemos, portanto, em um País em que a tolerância religiosa deve ser um emblema, um norte, um foco de cada um de nós.

Gostaria também de trazer à consideração a existência da lei 10.639/2003, que trata de levar a todas as escolas e universidades do País o ensino da história e da cultura afrobrasileira. Esse é um importante instrumento para nos fazer refletir sobre o respeito às tradições e aos cultos dessa matriz, visto que a inserção desse debate nas escolas – tanto do ensino básico quanto do fundamental e nas universidades – possibilita uma sensibilização dos alunos e dos professores no que se refere ao respeito à diversidade das religiões afrobrasileiras.

Gostaria de ressaltar que neste ano temos várias datas comemorativas importantes, tais como os 20 anos da Constituição Federal brasileira e os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essas datas nos convidam a refletir sobre a liberdade religiosa sob a perspectiva dos princípios humanos do respeito e da igualdade.

Pude ler recentemente o *Manifesto pela Diversidade Religiosa e Cultura de Paz*, documento com o qual estou inteiramente de acordo, e que reforça a importância dessa convivência pacífica, com profundo respeito ao ser humano. Só assim faremos de nosso País uma Nação respeitosa, que valoriza a sua Constituição, pois é ela que nos traz sempre essa mensagem de que devemos ter, acima de tudo, o respeito às nossas leis, aos nossos semelhantes, às nossas religiões e a todos os direitos por ela assegurados.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) – Obrigado, Dra. Gilda Carvalho. Passo a palavra à companheira, Deputada Luiza Erundina.

DEPUTADA LUIZA ERUNDINA – Obrigada, Senhor Presidente. Saúdo a Mesa, na pessoa de V.Ex^a e da Dra. Gilda, que representa o público feminino, maioria na sociedade e minoria nos espaços de poder, assim como os negros, os umbandistas e as

religiões na diversidade que caracteriza a identidade brasileira. Somos particularmente uma Nação diversa. Nossa identidade, nossa característica, nossa face é uma face de diversidade. E, lamentavelmente, há uma tendência à pasteurização, há uma tendência a abrir espaço de expressão apenas para os que detêm a hegemonia racial, religiosa, econômica e cultural.

Portanto, é uma negação da nossa identidade, é uma negação da nossa vocação como país, como nação, como sociedade. Daí a importância de eventos como este num espaço que é o mais plural desta Casa. É o espaço mais identificado com a sociedade, que são as Comissões de Legislação Participativa – uma janela aberta para a sociedade entre o Poder Legislativo e a sociedade – e de Direitos Humanos.

E exatamente por serem espaços de cidadania são as que detêm menos poder na Casa. A não ser aqueles Parlamentares cujos mandatos têm como referência as classes populares, os setores populares, os trabalhadores, em geral eles se sentem, quando designados por suas lideranças para comporem essas Comissões, punidos, perseguidos, desprestigiados. Isso indica o quê? Que os cidadãos, os trabalhadores, as trabalhadoras, os setores populares, os negros, as mulheres, os nordestinos e os pobres não têm poder, embora o poder que se exerce nesta Casa tenha origem exatamente nesses segmentos, que são a maioria da sociedade.

Só que esses segmentos não têm consciência da sua força e de que são os detentores deste poder. Consequentemente, eles são excluídos do exercício deste poder, a não ser um ou outro de nós, que estamos nesta Casa e que estamos aqui exatamente pelos nossos compromissos com esses segmentos, com esses setores, com essas classes populares da sociedade brasileira.

Este debate se dá num momento em que se está forçando a barra para que a Casa discuta esses assuntos nas Comissões Temáticas mais diretamente ligadas às questões de comunicações, às questões da mídia, às questões das outorgas e concessão da operação desses canais de radiodifusão no País, para que as coisas mudem. Estamos há dois anos batalhando, fazendo pressão e brigando na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, primeiramente, para se atualizar o marco legal que

rege o sistema de comunicação social no País, que já tem quase 50 anos. O Código Brasileiro de Telecomunicação é de 1962. Portanto, completa 46 anos este ano.

De lá para cá, tivemos os decretos de 1963 e de 1967 e a Constituição de 1988. Esta revolucionou a política de comunicação do ponto de vista legal, institucional e formal com o Capítulo V da Constituição Federal, que avança em muitos dispositivos em relação ao direito à comunicação como um direito humano fundamental. Isto traz a perspectiva do controle da sociedade sobre os meios de comunicação social, ou seja, a sua democratização.

Porém, grande parte do Capítulo V ainda não foi regulamentada. E não o foi porque os detentores do controle da mídia no Brasil não querem. E eles são maioria, sobretudo nas Comissões Temáticas ou na Comissão Temática que tem a prerrogativa de legislar e de cumprir os dispositivos legais constitucionais quando se trata de apreciar iniciativas de lei, seja do Executivo, seja do Legislativo, a respeito da política de comunicação social no País.

Basta lembrar que as concessões para tevê se renovam de quinze em quinze anos. Agora faz trinta anos da primeira concessão. Ela foi renovada há quinze anos, automaticamente sem nenhum questionamento, sem nenhuma revisão do termo de concessão. Quinze anos depois, estão para se renovar, sobretudo, as cabeças de rede, que são Globo, Record e Bandeirantes, que já têm as suas outorgas vencidas desde outubro do ano passado e querem, nada mais, nada menos que uma renovação automática sem nenhum questionamento, sem nenhuma mudança dos termos de concessão feita há trinta anos.

E os senhores não imaginam o que mudou com a revolução tecnológica que impactou esse setor de comunicação social no mundo. E não é diferente no Brasil. Nós já estamos digitalizando o sistema de radiodifusão, de telefonia – tem agora a convergência tecnológica que pega Internet, telefonia, televisão, rádio, jornal, portanto, a chamada convergência tecnológica que potencializa os campos eletromagnéticos que são, exatamente, os veículos, os canais através dos quais passam as informações, as ideias, a visão de mundo, a visão de sociedade, a cultura, o

preconceito, a discriminação. Enfim, tudo o que é dominação ideológica e cultural no País são passados através desses veículos de comunicação de massa, esses veículos de comunicação social.

No Brasil já fizeram dezenas, quase uma centena de conferências nacionais sobre os mais diferentes temas: sobre Saúde já houve doze conferências nacionais, além da Conferência de Cultura; Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conferência Nacional da Assistência Social e Conferência Nacional de Educação. Enfim, a única área de política pública que até hoje não teve um fórum nacional para discutir a política do País a respeito desse tema é a comunicação, porque nunca se fez uma conferência. E há dois anos se está batalhando nesta Casa, com mais trinta entidades nacionais, sindicais, movimentos sociais, organizações ligadas à questão como o Fórum Nacional Pela Democratização dos Meios de Comunicação e Intervoz. São mais de trinta entidades que já fizeram dois encontros nacionais. O último, na semana passada, com mais de 250 representantes de todo País. Tem-se realizado, também, conferências nos Estados.

O Governo da Bahia promoveu uma Conferência Estadual de Comunicação Social. Para quê? Para pressionar o Governo a convocar a primeira Conferência Nacional de Comunicação Social. Para quê? Para, exatamente, ouvir o que a sociedade tem a dizer sobre os critérios de concessão, sobre os procedimentos para a renovação dessas concessões, para se discutir os conteúdos programáticos, a regionalização dessa programação, o controle daquilo que se transmite e que atinge diferentes segmentos de classe, segmentos sociais, faixas de idade.

Os veículos de comunicação resistem a um único instrumento que é, simplesmente, a chamada classificação indicativa para se estabelecer algum grau de controle sobre os conteúdos que chegam às crianças, que chegam aos adolescentes. Isto inclui a mídia. Eles alegam que isso é controle da liberdade de expressão e de manifestação. Mas, sabemos que se trata de controle social sobre um bem público, sobre um patrimônio da Nação concedido pelo Estado em nome da sociedade brasileira e, como tal, tem que ser controlado e fiscalizado com a interferência direta, sistemática e institucionalizada da sociedade civil organizada.

O único instrumento de controle e fiscalização da sociedade sobre os meios de comunicação social é o Conselho Nacional de Comunicação Social. Estabelecido na Constituição de 1988, depois de dez anos foi mitigado em seu poder, porque não é impositivo, não é deliberativo. É consultivo, sem nenhum poder, e o seu funcionamento depende do Presidente do Senado. A atual direção do Conselho de Comunicação Social no Brasil está caduca há quase dois anos. O mandato venceu e o Presidente do Senado não teve interesse em convocar... Nós aprovamos um requerimento de realização de audiência pública para questionar o fato de o Conselho estar com a sua direção caduca, porque o Presidente do Senado não convoca, simplesmente porque não quer convocar.

Não interessa a ninguém discutir o Conselho de Comunicação Social, muito menos discutir seus componentes. Consequentemente, embora seja um instrumento de controle social bastante mitigado, limitado em seu poder de fiscalização e controle, não pode funcionar. E não tenho ilusões porque os detentores da mídia são Deputados, Senadores, Governadores, Ministros, Prefeitos e Vereadores. Eles é que são os detentores dos meios de comunicação social no País, são outorgatários de um bem público, de um patrimônio público, de um serviço público, o que é proibido no art. 54 da Constituição.

Mas esse artigo nunca valeu, porque a interpretação que o Ministério das Comunicações e os Governos têm dado à eficácia desse artigo fica limitada, pelo fato de encontrarem brechas para dizer que pode. Dá-se um jeitinho e pode.

A mídia, pelo menos os jornais têm denunciado que Senadores, Ministros, inclusive o atual Ministro das Comunicações, são detentores de outorga, assim como Prefeitos, Governadores entre outros. E não se faz nada, porque nenhum Governo tem coragem de fazer alguma coisa, com medo das restrições que a Globo, a Bandeirantes, a Record e que tantas mais fazem: abrem espaço a essas lideranças políticas que, por falta de legitimidade e de poder de representação na sociedade, recorrem a espaços que a mídia lhes concede como benesses. Ninguém atenta, ninguém tem coragem

de expor minimamente os abusos, os excessos, a falta de controle da sociedade sobre essas concessões e sobre essas outorgas.

Conseguimos fazer uma audiência pública antes da renovação dessas concessões. Houve a audiência pública, as entidades trouxeram uma série de denúncias e fizeram uma série de sugestões para que a renovação se faça revendo os termos de outorga e de renovação. Vale lembrar que um decreto de 1963, que regulamenta o Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, já previa que, ao se fazer a renovação de uma outorga, os termos de concessão fossem atualizados e revistos.

Só para os senhores terem ideia do que significa a incorporação da digitalização no sistema de comunicação social do País, um campo eletromagnético que hoje abriga de um a três canais se multiplica três ou quatro vezes com a digitalização, e não se abrem novas licitações para esses novos canais, que se ampliam com a digitalização. O que isso significa? Vão ser transferidos para os que detêm o sistema analógico em consignação. Sequer fazem consulta pública, muito menos licitação, nenhuma concorrência para democratizar os veículos de comunicação neste País.

Portanto, vejam os senhores a discriminação, o preconceito, a dominação ideológica, a perseguição promovida de forma institucionalizada contra os negros, os pobres, os homossexuais, as mulheres, os judeus, os árabes, ou seja, contra aqueles que são diferentes na sociedade, incluindo os umbandistas. Ela é direcionada aos que professam diferente fé religiosa, aos quais simplesmente são submetidos exatamente ao controle de um bem público, de um patrimônio público, que são os canais de comunicação social.

Estamos tentando pressionar o Governo; e ele está resistindo; não conseguimos falar com o Presidente da República sobre o assunto; a Casa Civil também não abre sua agenda para falar a respeito, muito menos o Ministério das Comunicações, que representa os interesses da Rede Globo no Governo.

Não tenhamos ilusões; o Sr. Hélio Costa, Ministro das Comunicações desde o primeiro ano de nosso Governo, é o representante dos interesses da Rede Globo no Governo, relacionados a uma questão mais estratégica em qualquer sociedade.

Eu luto pela reforma agrária, pela divisão da terra no País, pela democratização das terras no campo e na cidade; tenho dito que mais importante que a reforma agrária, a democratização da terra neste País, seja no campo ou na cidade, é a democratização dos meios de comunicação de massa. Porque no dia em que tivermos esses meios de comunicação de massa democratizados, teremos força política para fazer a reforma agrária e todas as demais reformas de que este País precisa.

Peço desculpas pela contundência da minha intervenção, companheiro Vicentinho, porque, como disse o Pai Ramos aqui, às vezes, ficamos cansados de tanto falar, de tanto brigar, de tanto denunciar, de tanto reclamar que, num dado momento, nos perguntamos: será que tem jeito? Será que mudará alguma coisa? Só vai mudar pelas mãos do povo. E aí dei uma sugestão hoje pela manhã. Que os senhores, que estão celebrando o centenário umbandista no Brasil, se somem a essas mais de trinta entidades, que tentam fazer mudanças, de forma heróica, brava, persistente, insistente, teimosa. Nesta Casa há duas Comissões: Legislação Participativa e Direitos Humanos, e alguns de nós somos parceiros, e reais, dessa luta, mas detemos o menor poder, que potencialmente são os instrumentos de maior poder, porque é onde o povo se encontra, debate, reflete, tenta pressionar o real poder desta e de outras Casas. É preciso ficar claro que exercitar o seu real poder, o poder de origem, é exercitar o poder popular, a soberania popular.

Não acrescentaria muito mais coisas, porque os senhores e as senhoras desde cedo teceram as considerações a respeito dos vários aspectos que a questão implica. No entanto, quero dizer-lhes que um instrumento importante para mudar essa realidade adversa, preconceituosa, discriminatória, autoritária, imperial contra os umbandistas e contra os religiosos e diferentes da religião oficial não pode ser oficial, porque somos um Estado laico. Porém, de qualquer forma, precisamos nos juntar para ver se, com a nossa fraqueza somada quantitativamente, conseguimos acumular força política suficiente para fazer a I Conferência Nacional de Comunicação Social. Já temos recursos no Orçamento, porque forçamos o governo a incluir emendas. Se ele quiser

realizar a Conferência, há 10 milhões para 2009. Havia seis milhões para 2008, já poder-se-ia ter feito as conferências estaduais, mas não foram feitas.

Então, está na hora de fazermos chegar – não acredito que tenha chegado – ao Presidente Lula esse anseio, esse clamor, esse grito da sociedade civil pela democratização dos meios de comunicação. Lamentavelmente já tive poder em alguma esfera, sem comparação com o poder do Presidente, e muitas vezes aquilo que é importante não chega a quem tem a decisão. Quem sabe precisamos encontrar um meio, encontrar o Lula em alguma esquina, para dizer: Lula, o povo está querendo isso, você não vai poder sair deste Governo sem ter atendido a essa demanda, que é realizar a primeira Conferência de Comunicação Social. A finalidade desta é para enfrentarmos de forma estrutural, sistêmica e estratégica essa dominação cultural, ideológica e religiosa, valorativa que existe, lamentavelmente, nos meios de comunicação social contra o diverso, o diferente, a pluralidade, que é a marca, a identidade da nossa Nação, do nosso povo, do nosso País.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) – Obrigado, companheira, Deputada Luiza Erundina. Antes de passar a palavra ao próximo orador, pergunto se o Sr. André Luiz Figueiredo Lázaro está presente. Não?

Então, passo a palavra ao nobre colega Deputado Edmilson Valentim. S.Ex^a dispõe de até 10 minutos.

DEPUTADO EDMILSON VALENTIM – Boa tarde a todos. Inicialmente, quero parabenizar a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Legislação Participativa. Nunca é demais parabenizar aqueles que tomaram a iniciativa de promover tão importante encontro para debater tema extremamente atual, fruto da luta e da experiência da democracia brasileira.

Congratulo-me com a Comissão de Direitos Humanos e com a Comissão de Legislação Participativa pela iniciativa que nos possibilitou, de forma bastante ampla e plural reafirmar algumas posições históricas necessárias de serem reafirmadas, mas olhando para o presente, com a experiência do passado, construindo o futuro.

Tenho a felicidade de ter sido Constituinte nesta Casa há vinte anos e, nesse período, já havia sido promulgada a Constituição. Alguns meses antes do ocorrido, esta Casa estava repleta de representantes da sociedade brasileira, de todos os matizes políticos, ideológicos e representantes de classe, o que fez com que a Constituição de 1988 tivesse uma variação muito grande dentro de seus vários capítulos, com um conteúdo político diversificado. Mas, a marca que ficou da Constituição Cidadã, que resgatou os direitos humanos e dos trabalhadores, porque firmou, constitucionalizou os direitos. Fomos muito combatidos, somos até hoje, por ter construído uma Constituição em determinados aspectos muito detalhista.

A Constituição foi fruto da luta de classes daquele momento político, da mobilização da sociedade. Diga-se de passagem, uma grande mobilização da sociedade brasileira, que fez com que nós chegássemos à data de hoje, quando comemoramos os vinte anos da Constituição. Mas, ao mesmo tempo, verificamos que a Constituição não resolveu todos os problemas.

Pai Ramos chegou a dizer que está cansado de em determinadas situações falar, é preciso avançar. Está corretíssimo. É importante termos essa perspectiva de que há mais de trezentos ou quatrocentos anos, quando os escravos lutavam para acabar com a escravidão, muitas vezes eles se perguntavam se adiantava. Se não tivessem tido essa persistência ainda estaríamos no tronco. Foi importante a luta pela libertação da escravatura.

São avanços concretos, construídos de acordo com a realidade brasileira. A Constituição frisa a liberdade de consciência, de religião e de culto. São as bases nas quais devemos nos agarrar e cada vez mais exercer a democracia e cobrar das autoridades aquilo que consta na Constituição. Muito daquilo que lá ficou escrito está deturpado, conforme acabou de dizer a brilhante Deputada Luiza Erundina.

Vivemos exatamente no momento em que a afirmação da democracia se dá com referência à Constituição, às leis e, obviamente, à participação da sociedade, no interesse que ela tem por fazer valer os seus direitos. E aí está, em minha opinião, a pedra de toque dessa batalha. Ela é o centro deste debate, da luta contra

a intolerância religiosa, que se manifesta de forma mais perversa e mais ativa por aqueles que se utilizam da democracia brasileira para deturpá-la em função da sua visão e dos seus interesses.

E devemos exatamente radicalizar na utilização da democracia para defender o que consta na Constituição: a liberdade de culto, de pensamento, de religião. Vai-se avançando. Foi no ano passado apenas que se aprovou o dia 21 de janeiro como o Dia Nacional Contra a Intolerância Religiosa, fruto desse processo de luta. Foi um projeto do Deputado Daniel Almeida, colega de partido da Bahia.

As ações contra a intolerância estão crescendo e se manifestando proporcionalmente às ações de intolerância que ocorrem em vários Estados. Esse é o exercício concreto da democracia e dos instrumentos que ela nos dá para fazer valer essa tão importante concepção, sem os quais não edificamos uma sociedade brasileira efetivamente democrática, com respeito às diferenças – sabendo ouvir, convivendo com a diferença, com aquele pensamento, palavra, ação e crença, que não são os nossos, mas que compõe a realidade brasileira extremamente mitigada sobre vários aspectos. Esse é um desafio fundamental.

Verificamos neste debate a forma de luta, que é muito transversal. Concorro com a Deputada Luiza Erundina em que temos um grande desafio – democratizar as comunicações deste País, um poder hoje cada vez mais forte, que deturpa, denigre, suja, que faz com que as verdades sejam levadas à sociedade em função do interesse exclusivamente de um grupo muito pequeno, de uma elite muito pequena, que sempre representou os grandes interesses do capital, capital esse que está afundando o mundo.

Volto à tese. Vivi a minha vida toda no Partido Comunista do Brasil lutando contra determinadas teses do capitalismo. E, aos 45 anos, estamos vendo algumas teses ruírem a bem do interesse da humanidade, o que não quer dizer que desta crise mundial vá sair, por obra do destino, belas soluções para o interesse da humanidade. Caberá também a nós, partidos; sociedade; àqueles que representam a população, sua imensa maioria; às minorias; a todos aqueles que sofrem objetivamente com essa realidade, porque rapidamente eles se reorganizam e dão outras linhas para continuar

a exploração e sustentar as desigualdades no mundo. Não podemos simplesmente ficar acompanhando, em berço esplêndido, os acontecimentos e aguardando que esse processo se resolva por si só ao encontro de nosso interesse. Acho que essa é a diferença.

Por isso, encontros como este precisamos fazê-los regularmente, investindo em cada momento e em cada ação. Tiramos o Manifesto. O Deputado Carlos Santana disse: *“Vamos realizar, no ano seguinte, outros cultos nesta Casa”*. É correto, são passos concretos para minar as bases da intolerância, para fazer com que aqueles que não têm costume de conviver com as diferenças se acostumem. Devemos convencer se não aos Líderes, porque são conscientes do que fazem, mas, aqueles que os seguem, muitas vezes inconscientes do que estão fazendo.

Então, temos que atacar as causas, no combate às concepções, mas nas práticas do dia-a-dia, nas ações. Avançamos na punição aos crimes de racismo, começamos com a Lei Caó, com a Constituição, e, assim, caminharemos. Hoje há um acúmulo na luta contra a prática do racismo. Podemos e devemos fazer – estamos fazendo – a mesma coisa contra a intolerância religiosa. Dessa maneira transformaremos em fatos concretos, em ações concretas, que criarão símbolos, realidades e farão com que a sociedade brasileira, os elementos e os agentes da vida brasileira, econômica e social, todos aqueles participantes e as instituições, deem-se conta de que não há volta.

O retrocesso nesse aspecto é inaceitável em todas as instâncias da sociedade brasileira, e nós devemos estimular, cobrar, permitir, atrair e ampliar, sempre dentro dessa perspectiva, porque é dessa forma que vamos construir a democracia pela qual vimos lutando há tanto tempo e continuaremos a lutar. A construção da democracia é uma coisa permanente e vai se dando a cada ano, a cada dia, dentro de determinadas particularidades, em que a luta social e a política nos traz.

Então, é uma alegria estar participando deste seminário mais uma vez, com mesas tão plurais, com contribuições tão diversificadas, mas que, dentro da transversalidade do tema, nos ajuda, nos enriquece e nos energiza para continuar nessa luta. Só através da luta da sociedade e dessa participação é que vamos

empurrar os Poderes públicos. Também será por meio da mobilização da sociedade – este debate é uma delas – que nos será dada a perspectiva de construir um futuro melhor para os nossos filhos, netos e as próximas gerações.

Sempre digo que ruim é chegarmos mais à frente e nossos filhos e netos perguntarem por que não fizemos determinadas coisas quando podíamos fazer. Nós estamos pagando, mas principalmente as próximas gerações é que pagarão mais ainda. Então, aquilo que devemos fazer é radicalizar na utilização da democracia, para fazer garantir os direitos do povo brasileiro, no caso em particular desta luta sem tréguas contra a intolerância religiosa, o racismo e todas as formas de preconceito.

Brasil igual e democrático é um Brasil que sabe respeitar as diferenças. Este seminário deu mais uma grande contribuição para essa luta. Parabéns a todos nós.

SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado ao nobre Deputado, companheiro Edmilson Valentim. Informo que a Dra. Gilda pediu licença para sair, porque tinha outro compromisso assumido.

Pergunto ainda se Dr. André já chegou. Ainda não?

Como resultado do debate no seminário durante o dia de hoje, após termos lido o manifesto pela diversidade religiosa e cultura da paz, foi acrescentada uma moção que se refere mais diretamente à situação das lideranças bahá'ís presas no Irã.

Diante desse fato, vou ler a moção, porque enquanto os oradores se revezam, vamos simultaneamente assinando. Vou fazer a leitura para que todos acompanhem e, assim, iniciaremos as orações aos nossos companheiros:

“Moção em defesa da liberdade religiosa

Em comemoração aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 120 anos da Abolição da Escravatura, 20 anos da Constituição Federal do Brasil e 100 anos da umbanda, nós, reunidos no Seminário Centenário da umbanda: Matriz Religiosa Brasileira, realizado no dia 9 de dezembro de 2008, e os demais abaixo assinados:

Lembrando que o Estado brasileiro, bem como o Estado iraniano, são signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos, do Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos e de outros instrumentos internacionais que protegem a liberdade de crença e religião;

Lembrando ainda o compromisso internacional assumido pelos países signatários da Declaração Universal de Direitos Humanos em garantir a todas as pessoas o acesso à justiça;

Ressaltando o direito garantido pela Constituição Federal Brasileira de todo cidadão e cidadã obter documentos de identificação oficiais;

Afirmando que a diversidade é uma característica essencial da Humanidade, devendo ser valorizada e preservada em benefício de todos e em prol de uma cultura de paz;

Ressaltando o compromisso da sociedade brasileira com a promoção da liberdade de crença e religião;

Convictos da responsabilidade do Brasil, enquanto nação promotora dos direitos humanos, em reagir contra injustiças perpetradas contra qualquer grupo ou indivíduo nos países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas;

*Propugnamos no sentido de que o Estado brasileiro e a sociedade civil tomem providências, no sentido de defender os grupos discriminados aqui apresentados, a saber **as sete lideranças bahá'ís presas no Irã desde 14 de maio de 2008, com base exclusiva em sua crença religiosa e as mulheres muçulmanas brasileiras que enfrentam dificuldade em obter documentos de identificação, devido ao uso do véu.** Dentre as ações solicitadas ressaltamos:*

- 1. Oferecer apoio à Comunidade Muçulmana brasileira no sentido de divulgar amplamente a questão da dificuldade encontrada pelas mulheres muçulmanas, que se utilizam do véu como aspecto marcante de sua religiosidade;*

2. *Solicitar ao Ministério da Justiça que garanta o direito das mulheres muçulmanas de obterem seus documentos como qualquer cidadã brasileira, respeitada a sua liberdade religiosa;*
3. *Determinar à Polícia Federal e organismos afins, responsáveis pela emissão de documentos oficiais, como por exemplo o passaporte, que haja o cumprimento do preceito constitucional do respeito à prática religiosa, permitindo que as mulheres que se declaram muçulmanas possam utilizar fotos utilizando o véu islâmico em seus respectivos documentos, não sendo obrigadas a retirá-lo;*
4. *Oferecer apoio à Comunidade Bahá'í do Brasil no sentido de divulgar amplamente a negativa de acesso ao devido processo legal, lembrando que, decorridos quase sete meses desde a prisão, os advogados encarregados do caso (inclusive a Prêmio Nobel da Paz iraniana, Shirin Ebadi) não obtiveram acesso aos detidos ou a seus processos;*
5. *Solicitar esclarecimentos à Embaixada Iraniana acerca das condições sob as quais estão sendo mantidas estas lideranças bahá'ís, cujos nomes não constam nas listas oficiais de prisioneiros de Evin, prisão de Teerã, na qual se encontram;*
6. *Solicitar ao Ministério das Relações Exteriores que se pronuncie publicamente acerca dessas prisões, solicitando sua imediata libertação."*

É este o texto, portanto, para a apreciação e assinatura dos nossos companheiros. Terei o prazer de assinar juntamente com o outro manifesto. Agora, eu passo a palavra aos inscritos.

Neste momento, o nosso companheiro Carlos Santana pede a palavra.

É bom lembrar que, como não se trata de sessão solene nem de audiência pública, mas de seminário, todos os presentes tem direito à palavra, especialmente as autoridades religiosas.

Com a palavra o Senhor Deputado Carlos Santana.

DEPUTADO CARLOS SANTANA – Primeiramente, quero saudar a Mesa neste quase início de noite. O dia foi muito importante. Desde a parte da manhã, fiquei aqui muito atento, porque há muito tempo eu aguardava esse dia. Eu só escutava, pelos corredores, esse movimento da comunicação. Os demais assuntos, nós já temos um contato direto, porque faz parte da nossa militância no dia-a-dia.

Então, assim, Deputada Luiza Erundina – eu a admiro muito –, fiquei pensando que ao acharmos que estamos fazendo muito, estamos fazendo muito pouco. Entendeu Pai Ramos? Não temos que ficar nervosos, nada disso. Ainda estamos fazendo muito pouco. Imagine aqueles que deram a vida por uma causa. Falo isso porque fui presidente de um sindicato, e levamos o Carlos Prestes, com oitenta e poucos anos, para fazer uma palestra para os ferroviários, porque tínhamos muitos ferroviários indo para a Justiça. E aquele homem, na situação em que se encontrava; sabendo que alguém mandara matar a sua mulher, estava ali, acreditando, dizendo para nós que tínhamos de continuar lutando. Então, ainda falta muita coisa.

A comunicação é vital para nós, porque tanto eu quanto o companheiro Edmilson Valentim sabemos que o nosso Estado do Rio de Janeiro hoje sofre um massacre de comunicação na música. Pegaram um ritmo que é extremamente bonito, o *funk* – o ritmo do *funk* é a coisa mais linda que existe; o problema é a apologia do sexo, o que faz com que a sexualidade desperte muito cedo nas crianças, e a questão das drogas. Comparem o ritmo do *funk* com outros e vão ver que o *funk* é extremamente bonito.

Quanto à televisão, sabe-se que hoje a novela é usada para fazer a moda, para dizer qual é o modelo de sociedade. A televisão faz isso. E botam nas televisões, nas novelas, o *funk*. Há uma questão interessante: o *funk* é ouvido em qualquer boate da Zona Sul, mas dentro da favela não pode. Quando pode, é porque há um acordo. Então, estamos sofrendo um massacre de comunicação, vamos dizer assim. E de uma forma que se percebe que o povo mais pobre está sendo induzido. Você conversa com os jovens e vê que eles não têm uma perspectiva. Não têm. Há vinte

dias – como sou da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, área mais pobre, assim como Bangu, Padre Miguel, Realengo – estive na Vila Aliança, onde aconteceu aquele caso do helicóptero que matava jovens; parecia caça. Não sei se vocês viram, mas o *Fantástico* mostrou isso. Fico sempre ali naquela região, ali é a minha região. Conversei com umas dez jovens, sendo que a mais velha tem dezoito anos e tem três filhos. Conversei com elas, porque esse negócio de algumas pessoas acharem que as jovens não têm informação é mentira. Elas têm todas as informações. Elas vão dizer: “*Nós temos informações*”. Mas não têm perspectivas. A criança acaba sendo a única perspectiva de vida delas. Porque elas têm que se ligar a alguma coisa e, portanto, vão se ligar à criança.

Então quero somar-me, porque nós da umbanda devemos ter a questão da comunicação como parte central para nós. Acho extremamente importante, e é preciso ter cuidado, porque muitas vezes quando nos dão espaço nos veículos de comunicação não o fazem para ajudar, mas sim para fazer um trabalho de discriminação do outro lado. Então, muito cuidado! Que possamos perceber isso.

Deputada Luiza Erundina, quando V. Ex^a for ao Rio de Janeiro poderemos fazer uma reunião para tentar estimular isso. Porque a situação é a seguinte: por mais que Vossas Excelências trabalhem aqui, ainda está restrito a essas entidades, a essas coisas todas.

Tanto eu quanto os Deputados Vicentinho e Edmilson Valentim, além de vários companheiros que são do movimento sindical, poderíamos pegar essa bandeira e levar para as Centrais Sindicais, para fazer com que elas assumam essa discussão.

O Governo Lula está dando certo em tantas questões. Eu sou um entusiasta do Governo Lula: brigo, vou para o meio da rua. Mas o Lula sofre discriminação. Podem observar. Se há uma coisa que eu faço é ler as matérias que falam sobre o Presidente Lula: há o maior preconceito. E fica bonito quando sai uma pesquisa a favor do Presidente, porque aí eles não sabem o que vão falar. A pesquisa agora, por exemplo, deu 70% de aprovação para o Governo Lula. Peguei as duas matérias – porque eu comparo as matérias presentes com as passadas – que diziam que o Lula fez

um discurso “chué”, que fez isso, fez aquilo. No outro dia saiu uma pesquisa: Lula 70% de aprovação pela sociedade. Entenderam? Então, S.Ex^a. sofre discriminação. Ao mesmo tempo temos que apostar no movimento de massa.

Nós, que lutamos pela redemocratização deste País, perdemos um pouco o viés. Por mais que tenhamos feito, ainda estamos muito divididos. Não conseguimos encontrar um grande tema que nos unifique. Estamos todos a trabalhar, mas, ainda somos poucos para a demanda que nós temos; não conseguimos encontrar um grande tema que consiga unir umbandista, candomblecista e muçulmanos. A questão da liberdade religiosa é importante para nós. Mas ela precisa de um meio; como vamos divulgá-la, como vamos ter acesso aos veículos de comunicação para transmitir isso? Por isso que, para mim, é hipocrisia o ensino religioso como é hoje.

A promotora que estava aqui me pareceu uma pessoa que está vivendo em outra realidade. A Lei nº 10.639 não está sendo cumprida em lugar nenhum.

Fizemos um debate recentemente. Nós temos alguns pastores pentecostais, Deputado Vicentinho. E o que nós estamos conseguindo trabalhar? Nós estamos indo pela raça, discutindo com eles pela raça, para mostrar que eles têm preconceito no que se refere à religião. Fizemos o encontro em Caxias. Em determinado momento, houve uma discussão ferrenha. Eu só queria discutir, mas chegou alguém que já foi discutindo a questão dos *Orixás*, entre outras coisas. Eu disse: *“Olha, já avançamos muito, portanto, vamos parar por aqui. Vamos trabalhar”*.

Pensei que se conseguíssemos ganhá-los pelo menos pela questão da raça, já estaria bom. Mas chegou uma professora negra dizendo: *“Como eu vou poder dar aula sobre o estudo da África se eu sou evangélica? Eu vou ter que falar das religiões afro?”* Eu respondi a ela: *“Você não tem que defender a religião, falar das religiões como você fala da sua”*.

Então, esse é que é o grande momento, entenderam? Acho que esse processo da comunicação é extremamente importante. E quem tem comunicação tem poder. Eu vejo assim.

O Edmilson está aqui, a nossa companheira Jandira Feghali, que não é do meu partido, mas é irmã, companheira, ela sofreu

duas campanhas monstruosas agora e perdeu o Senado pela comunicação. E passam uma visão totalmente distorcida. Cada um de nós que assina um documento aqui não tem sequer o direito de dizer qual é a sua posição lá fora. Por isso que, muitas vezes, os Deputados se escondem, não assinam, dão desculpas para dar uma de bonzinhos. Então, quando você mantém sua posição, encontra dificuldade.

Eu queria me juntar à Deputada Luiza Erundina. Na hora em que V. Ex^a quiser, é só dizer que faremos uma reunião no Rio de Janeiro para discutirmos a comunicação. Eu tenho um irmão que é jornalista fotográfico de sindicato e que tem os mesmos interesses também. É um cara de favela, jornalista que mora em favela, que está lá, que milita.

E quero, em nome da Bahia, agradecer ao nosso Governador por ter feito esse seminário na Bahia. Deputado Vicentinho, haverá uma disputa saudável, aqui na Casa, para Presidente. E nós temos de colocar isso em discussão com os presidenciáveis, nossos candidatos a Presidente da Casa para os próximos dois anos. Portanto, é preciso abrir essa discussão. Nós temos que chegar a um ponto em que nas marchas e nas caminhadas essa seja a palavra de ordem. Onde eu estiver hoje eu vou falar dessa questão. Não sou nenhum especialista, mas sinto o efeito da má comunicação. Não sei nada de digital, não sei nada disso, mas sinto o que é a discriminação. Então, eu falarei sobre isso no meu discurso no dia-a-dia.

Essa tem que ser a grande palavra de ordem: a redemocratização dos meios de comunicação hoje no nosso País. Só vamos ter democracia se tivermos liberdade de expressão e liberdade para atuar nos meios de comunicação.

Com um exemplo concreto, cito os 120 anos da abolição. Não saiu uma nota na imprensa interna aqui da Casa. Fomos lá, brigamos. E a responsável ficou com raiva de mim. Já tivemos um sucesso na umbanda. Deram uma página para nós. Isso foi fruto da nossa ida lá. O Senado fez um encarte sobre os 120 anos da abolição. Este foi um dos melhores atos do Senado. Esse é o processo. Ao mesmo tempo, verificamos as dificuldades dos jornalistas para falar sobre a questão racial e religiosa, quando são solicitados.

Agora mesmo, quando eu terminei de discursar para a TV Câmara, nesta manhã, ouvi a seguinte afirmação: “.... *no mundo lá fora tem briga religiosa*”. No que eu respondi: “*Vem cá, nós estamos no maior genocídio. Eu sou de um Estado em que, no mínimo, morrem cinquenta jovens no final de semana. Quer maior genocídio do que esse?*”

Vale lembrar o fato de que na última inspeção dentro da Vila Vintém o helicóptero desceu e jogou granada. Havia membros espalhados por vários lugares. E, no outro dia, todos acordam no mesmo horário, pegam o mesmo trem, descem para ganhar o seu dinheiro e voltam. E acabou. É isso. Virou uma coisa banal. No Rio de Janeiro estes fatos ficaram banais. Vocês podem ir lá um dia visitar, seria ótimo. Adoro Copacabana, Ipanema, as praias, tudo, mas, na Zona Oeste, que é pobre, como Padre Miguel, Bangu, Jacarepaguá, que são favelas, veremos lá a realidade.

Quando aparecem esses programas na televisão, vemos muito hipocrisia, porque conhecemos a realidade e o dia-a-dia das pessoas, nós sabemos o que está ocorrendo lá.

Minha companheira Luiza Erundina, este “negão” está contigo, ajude-me. Se V. Ex^a tiver algum documento, poderemos ler, a fim de termos condições de ir ao debate. Gostaria de ler esse documento, para ser mais um aliado, mais um soldado, sob seu comando nessa luta.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) – Obrigado, companheiro Carlos Santana. Estou sendo informado de que estão nos chamando para a votação nominal. Vamos continuar fazendo o mesmo rodízio: os senhores irão lá rapidamente, mas não todos de uma vez, porque foram dessa forma e eu fiquei sozinho. Seria bom que saíssem duas pessoas para votar e ficassem as outras aqui.

Com a palavra a companheira Magda Helena.

SRA. MAGDA HELENA TAVARES CHAVES – Boa tarde a todos. Meu nome é Magda. Sou servidora de carreira da Câmara dos Deputados, assessora técnica das Comissões.

Vou falar em meu nome, não em nome de nenhuma casa religiosa que frequento. Sou espírita “Kardecista” – entre aspas – e lamento não haver nenhum representante de minha religião aqui,

mas mesmo assim estou muito feliz. Não estou aqui como representante, estou falando em meu nome. Estou feliz por ter ouvido, nesta tarde, palavras tão lindas sobre a diversidade das religiões.

Quero deixar registrado um pensamento espírita:

“O homem de bem é bom, humano e benevolente para com todos, sem distinção de raças, nem de crenças, porque ele vê todos os homens como seus irmãos. Ele respeita todas as convicções sinceras dos outros e não lança o anátema aos que não pensam como ele”. (Allan Kardec, Evangelho Segundo o Espiritismo).

Quero deixar mais um pensamento sobre este assunto:

“O respeito é um sentimento fundamental que possibilita a aquisição de noções morais”. (Ney Lobo, Filosofia Espírita da Educação.)

Deputado, eu estou mais do que feliz com esta reunião de hoje, porque acredito que um dia vamos fazer aquilo que o Mestre Jesus nos ensinou: que amemos uns aos outros como Ele nos tem amado, deixando de lado o egoísmo, a maldade.

Sinto na pele a intolerância quanto às diferenças religiosas, mas acredito que um dia vamos nos unir a um só amor, ao amor de Cristo.

Vou encerrar, deixando meu abraço bem afetuoso a todos os profíctes de todas as religiões aqui representadas. Que realmente um dia a paz possa estar no Planeta Terra. Cristo foi mandado para cá, para que essa paz um dia seja encontrada.

Que Deus nos abençoe, que o Mestre Jesus acolha a todos nós, especialmente faça a sua luz cair sobre esta Casa, porque daqui saem as leis que devem beneficiar nosso Brasil.

Muito obrigada por esta oportunidade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado à querida amiga Magda Helena. Concedo a palavra ao nosso colega Deputado Adão Preto.

DEPUTADO ADÃO PRETTO – Prezado amigo Vicentinho, membros da Mesa, companheiro Orlando Fantazzini, que está nos honrando com sua presença hoje, demais presentes.

Quero cumprimentar os membros de todas as religiões que participaram deste seminário. Lamentavelmente não pudemos participar desde o começo, mas, nas poucas cruzadas, percebemos a riqueza do debate, da reflexão e que a religiosidade é um sinal de respeito, de democracia. Quem não respeita a religião do seu semelhante não é democrata, não é digno de respeito, porque cada pessoa tem o direito de professar a sua fé, praticar seu ritual, sua tradição. O Brasil é rico nessa diversificação de religiões. Sou católico e sei que na minha religião tem muitos padres ainda bastante conservadores, mas aos poucos estão se abrindo e aceitando a crença de cada brasileiro, de cada cristão.

O Governo Lula está fazendo muitos esforços para que isso seja considerado na prática. E isso também abrange outras categorias, como a dos pescadores. Os pescadores eram esquecidos. Havia mulher pescadora que não era considerada sequer uma trabalhadora, nem pela Previdência Social. O Presidente Lula criou o Ministério da Pesca para tratar do assunto, bem como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que são tão discriminadas. Criou também a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, sinal de que o presidente está preocupado e tentando colocar em prática essa reivindicação do País.

Mas temos que saber que nada vem de cima para baixo. O Governo pode ajudar e participar do problema, para que haja menos discriminação, mas, a igualdade vem de baixo. E com a participação de todos os senhores, como estão fazendo hoje, é que vamos conseguir a liberdade para todos.

Parabéns por terem solicitado e realizado este evento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) – Deputado Adão Pretto, obrigado pelas suas palavras. Concedo a palavra ao Sheikh Jihad Hassen Hammadeh.

SR. JIHAD HASSEN HAMMADEH – Senhor Presidente, gostaria de cumprimentar meu vizinho e amigo. Quem sabe, também na origem não é muçulmano vindo da África à força. Saúdo a todos.

Só queria compartilhar com os irmãos aqui presentes uma experiência que os muçulmanos tiveram, ou seja, uma das experiências que tivemos com uma das emissoras que transmitia um programa chamado A Diarista. São vários os programas que diariamente nos colocam como terroristas. Bonitos não somos, o resto é tudo. Bonitos nós não somos, pacíficos também não. Então, em um desses programas, houve uma satirização dos símbolos sagrados religiosos. Aí quase houve um incidente internacional dos países islâmicos com o Brasil. A comunidade começou a nos pressionar e queríamos resolver a questão por intermédio do Governo brasileiro, mas não podíamos, não tínhamos a quem recorrer, não existe um órgão ao qual pudéssemos recorrer para cuidar desses problemas junto à mídia. O que fizemos? Entramos em contato com as embaixadas. Como somos autoridade máxima da comunidade islâmica no Brasil, temos essa autoridade. Informamos todas as embaixadas e convocamos uma reunião da Organização Islâmica, que reúne 57 países islâmicos na Arábia Saudita, que contou com a presença do Sheikh Ali Abdul. Eu fiquei aqui no Brasil para tentar resolver o problema. Os países islâmicos queriam boicotar os produtos brasileiros até que uma decisão fosse tomada. E, nós ao percebermos que ia ser criado um incidente muito maior, de grandes proporções e que iria prejudicar o Brasil e a nós porque nós fazemos parte da sociedade brasileira, e não era isso o que queríamos, entramos em contato com a Rede Globo. Não tivemos resposta nas várias tentativas realizadas, até que entrei em contato com uma pessoa da diretoria e expliquei qual era a situação e o que iria acontecer. Além disso, entramos em contato com algumas empresas que faziam propaganda com a Rede Globo e que também exportam para os países islâmicos e explicamos a situação. Na hora, eles começaram a pressionar a emissora e ela nos chamou para conversar. Dessa maneira, o problema foi resolvido; e até o programa saiu do ar.

A questão é: toda vez vamos ter que usar destes métodos? É com a ameaça que vamos resolver os nossos problemas? Eu gostaria de recorrer ao Governo brasileiro, à Justiça, a algum órgão que me desse respaldo. Deixo aqui para todos os líderes religiosos e políticos também – já que estamos num seminário aberto, que,

apesar de ser referente à umbanda, é aberto a todos – a proposta de mantermos contato e fazermos pressão. Porque todos os dias os símbolos da umbanda, os símbolos do catolicismo, como as imagens, são motivos de piadas. Todos os dias, alguém faz uma piada com Deus, com Jesus, e são símbolos sagrados nossos. Se nos incomoda, temos que nos manifestar.

Se pudermos, por meio de um órgão que nos reúna, que possa ser um parâmetro para nós, vamos reclamar sempre que tivermos alguma coisa ou formos ofendidos. E todas as religiões vão se manifestar. É uma proposta. Eu consigo resolver os meus problemas, porém a toda hora vou ter que ameaçar? Porque só entendem quando se coloca a mão no bolso dessas pessoas. É assim que vamos continuar resolvendo os nossos problemas? Acredito que não. Acredito que a harmonia começa com a existência de um órgão, ao qual possamos recorrer sempre que nos sentirmos prejudicados. Acredito que esse órgão poderá, de uma forma mais rápida, distinguir se realmente é válido ou não o argumento.

Novamente agradeço ao Deputado Vicentinho e a todos os Deputados, a todos os organizadores desse evento pelo convite e por abrirem as portas para participarmos aqui como minoria.

Muito obrigado e que Deus guie a todos.

SRA. PRESIDENTA (Deputada Luiza Erundina) – Assumindo a direção dos trabalhos enquanto o Presidente vai votar, passo a palavra ao Pai Ramos para sua intervenção.

SR. SÍLVIO LUIZ RAMOS GARCEZ – Muito bem, minha fala é rápida. Queria fazer dois registros. Primeiro, acho que a maneira de resolvermos esse problema seria o fortalecimento da realização dessa Conferência de Comunicação. E no momento em que essa concessão for renovada, que sejam estabelecidos alguns critérios para esse acontecimento.

Como disse bem a Deputada Luiza Erundina, é uma concessão pública e temos o direito de intervir, não usando dos meios que V. Ex^a se utilizou, que nem todos dispõem. Nós umbandistas não dispomos desse meio, toda noite somos atacados violentamente no nosso imaginário, nos nossos símbolos, por pessoas que não respeitam a liberdade de religião no nosso País.

Evidentemente, esperamos que as políticas públicas saiam do papel. Quando disse que estou cansado, na verdade é um cansaço de quem luta e não vou parar de lutar. A minha luta representa um ideal de vida. Estou cansado de ver muita conversa – na linguagem de terreiro, muita “burura”, que quer dizer conversa jogada ao vento – e pouca realização no sentido de efetivamente acabar com esse processo discriminatório, não só em relação aos umbandistas, mas aos cultos de nação africana e às outras religiões minoritárias. Mas avançamos, porque nem isso que está acontecendo aqui seria possível há dez anos. Falar de umbanda dentro desta Casa era praticamente motivo de riso e de chacota, e nós já tocamos o tambor dentro do plenário, em uma sessão solene. O tambor estava lá e eu tive o prazer e a honra de cantar o hino da umbanda e de entoar um cântico sagrado. Isso é um avanço. Mas não quero ficar aí, ser olhado, baterem palmas para mim e depois continuar tudo como está. Quero que se realize alguma coisa, que as pessoas que estão aqui saiam do discurso e passem para a prática. Tenho tentado muito. O Senhor é testemunha. Participamos de vários eventos. O Conub hoje é uma realidade, é um Conselho Nacional que congrega várias entidades de todo o Brasil. Nós temos propostas para mudar certas coisas que acontecem no País.

Defendemos os direitos humanos. Essa é a grande pauta que tem de ser colocada. Ter e não ter religião faz parte dos direitos humanos. Precisamos defender esse direito efetivamente. Lamentavelmente, hoje em dia há pessoas que estão combatendo os direitos humanos, dizendo que é coisa de baderneiro, de aruaceiro. É como se estivesse criando no inconsciente coletivo a ideia de que direitos humanos é besteira. Mas não é besteira não, minha gente. É algo que tem de ser fomentado e defendido de uma forma muito efetiva no nosso País. Temos grandes parceiros. Meu querido Roberto e Dr. Perly Cipriano, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, têm atuado de forma fantástica no sentido de fomentar os direitos humanos. É uma luta árdua, mas não é inglória.

Para encerrar, gostaria de dizer, até de forma emocionada, que a umbanda não tem mártir, não tem profeta e não faz alarde das

suas coisas. Sinto-me aqui representando todos os umbandistas que estão em seus terreiros pelo Brasil afora, fazendo as suas giras e os seus trabalhos no anonimato, em um fundo de quintal, em um terreirinho pequeno, fazendo caridade, auxiliando o próximo e dando o consolo às pessoas que nos buscam. Esses são os nossos mártires, são os nossos profetas. Sinto-me pequeno para representá-los, pois é uma grande massa de pessoas que, no anonimato, têm feito com que socialmente se amorteçam muitos e muitos conflitos no País. Dilemas sociais dentro de um terreiro são diluídos, pois dentro do terreiro não existe discussão de cor, de raça, poder social, poder econômico, mas aquele que precisa e que é auxiliado. Então quero deixar registrado nos Anais desta Casa, em nome de todos esses anônimos da umbanda, que são discriminados todos os dias por desejarem professar sua fé, ser religiosos, ajudar o próximo, trazer às pessoas um pouco de humanização. Será que é tão difícil fazer isso? Como costumo fazer no terreiro, e como é normal nos terreiros, quero pedir um paó, que significa palmas, a todos os umbandistas que represento aqui hoje.

SRA. PRESIDENTA (Deputada Luiza Erundina) – Obrigada, Pai Ramos. Concedo a palavra ao Sr. Michael Félix.

SR. MICHAEL FÉLIX – Boa tarde a todos. Sou Diretor da Federação Brasiliense e do Entorno de Umbanda e Candomblé, representando em Brasília a Ordem das Entidades Afro-brasileiras, sediada em São Paulo, e responsável pelo Jornal Tribuna Afrobrasileira.

Parabenizo a Comissão de Direitos Humanos por acolher este seminário que tem um significado muito grande na luta pela igualdade social, pela igualdade racial e religiosa em nosso País.

Aproveito para cumprimentar o Pai Ramos, por batalhar, lutar e trazer a discussão religiosa para dentro do plenário, para dentro do Poder Público. E já tivemos atividade do plenário que foi majestosa, muito significativa.

Mas a minha colocação é um ponto de vista particular, e eu queria falar independentemente das instituições que represento.

Com formação em História e cursando pós-graduação em Culturas Negras, fico preocupado com a imagem do negro dentro da história da formação social do Brasil.

O sociólogo Roger Bastide, renomado professor da Universidade de São Paulo e pesquisador da cultura africana no Brasil, descreve em seu livro *Religiões Africanas no Brasil* o que ele chama de terreiros de candomblé urbano. E ele mostra claramente o sincretismo praticado nas casas de culto, nas quais os negros incorporam elementos católicos em seus rituais, obviamente para camuflar as autoridades policiais. Rituais esses muito semelhantes aos da umbanda.

Autores como Vagner Gonçalves da Silva relata casas, no final do século XIX, início do século XX, com características semelhantes aos atuais terreiros de umbanda e sem nenhuma relação com o marco histórico. Como o Pai Ramos falou, na umbanda não temos nenhum mito. Mas quando se parte do princípio que você tem uma data, um centenário, você tem um mito que é uma data, um fundador, um mártir.

SR. SÍLVIO LUIZ RAMOS GARCEZ – Eu disse que nós não temos mártir nem profeta. Só isso.

SR. MICHAEL FÉLIX – Mas quando você tem uma data, indiretamente leva a um mártir dentro do processo histórico.

E será que esses terreiros do final do século XIX, início do século XX, documentados em Minas Gerais, São Paulo ou nas regiões do Rio de Janeiro não têm nenhuma relação e não poderiam ser considerados os primeiros terreiros de umbanda no Brasil?

Acredito, sinceramente, que essa comemoração, da forma que está sendo feita, com uma data fixa, de alguma forma se torna equivocada. Mas acredito que não seja essa a intenção dos idealizadores do centenário da umbanda.

E fazer essa comemoração é retirar do povo negro brasileiro mais um elemento de sua cultura, seguindo o desejo de branqueamento, mais ou menos o que aconteceu em se tratando de raça ou de cultura.

Tempos atrás, vi uma propaganda na televisão com uns rapazes jogando capoeira, todos brancos. Há grupos de evangélicos em São Paulo tratando da capoeira, e eles tiram os elementos religiosos negros e colocam letras cristãs. Eles estão tirando do povo negro os elementos da nossa cultura.

Eu apoio as comemorações dos 100 Anos da umbanda. Eu apoio as comemorações da legalização de uma entidade religiosa registrada como umbanda no Rio de Janeiro. Mas acredito que a umbanda como patrimônio nacional tem muito mais de 100 anos, só não pode ser registrado com uma data.

Essa é uma posição pessoal, como falei, é independente das instituições que represento.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) – Obrigado ao Michael Félix. Passo a palavra ao nosso Elianildo Nascimento.

SR. ELIANILDO NASCIMENTO – Obrigado, Deputado Vicentinho. Primeiro, queria mandar um abraço à nossa querida Deputada Luiza Erundina. Sou paraibano também e tive a oportunidade de hoje de, mais uma vez, encontrar a senhora aqui.

Com relação à questão da moção apresentada no final – o Robertinho, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, pediu isso – gostaria que ela fosse também encaminhada à Corte Internacional de Direitos Humanos. É nessa esfera que pode ser trabalhada a questão.

Represento a Iniciativa das Religiões Unidas – URI, uma organização internacional aqui em Brasília, nascida a partir do cinquentenário das Nações Unidas e que tem como objetivo trabalhar a questão do fim da violência por motivação religiosa, por meio do diálogo e da cooperação inter-religiosa. E nós pudemos, de alguma maneira, fomentar entre os círculos existentes aqui no Brasil e com as Lideranças religiosas dos diversos segmentos com os quais temos contato – temos dezenas e dezenas delas – uma sensibilização para se integrar essa temática que Erundina aqui bem expôs da complexidade e do tamanho do “abacaxi” que deve ser descascado nessa situação. E, quanto mais pudermos mobilizar os diversos organismos da sociedade, em tese, mais fácil serão as vitórias.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado, companheiro Elianildo. A sua recomendação será encaminhada, portanto, à direção das duas Comissões para que façam o encaminhamento.

O nosso amigo Jihad tem que se retirar para não perder o avião, não é, Jihad? Vai com Deus, meu companheiro. Muito obrigado pela sua presença, pela sua participação e muito obrigado sempre pela recepção que você me faz quando vou a sua Mesquita.

Passo a palavra agora ao nosso companheiro Orlando Fantazzini.

SR. ORLANDO FANTAZZINI – Vou ser breve. É mais para o nosso Sheikh, que dizia: “Reclamar para quem?” Quer dizer, a campanha surge no sentido um pouco de receber essas reclamações e encaminhar ao Ministério Público. Enfim, mas quem teria de receber essa denúncia seria o Ministério da Comunicação. Porém, como a Deputada Luiza Erundina já disse, este Ministério não vai fazer nada, porque todos nós sabemos da sua representatividade. E, por outro lado, acho que é extremamente importante o que o Carlinhos Santana falou sobre redemocratizar. Mas nós não temos que redemocratizar, devemos democratizar, porque até hoje as comunicações nunca foram democratizadas. Lembramos que no Brasil não chega a 10 mil o número de famílias que têm o controle total dos meios de comunicação. E aqui, ainda se possibilita a propriedade cruzada. Há propriedade de emissora de televisão, também há de rádio, de jornal, de revista, ou seja, cada vez mais a comunicação fica concentrada e monopolizada na mão de algumas famílias. E são elas que decidem qual a religião que deve ser oficial, se a umbanda deve ser algo pactuado com o demônio, com o diabo, com o satanás, enfim, ou não; se o negro deve ou não ser discriminado; se ele deve ter algum tipo de ascensão social ou não; qual é o tipo de música que devemos gostar ou não. Enfim, essas pouquíssimas famílias é que têm mantido um controle extremo sobre valores, sobre ética e sobre comportamento social na sociedade brasileira.

Então, a meu ver, todos nós devemos fazer um esforço imenso na perspectiva de que consigamos fazer com que o Governo do Presidente Lula tome uma atitude. E aquilo que a Deputada Erundina disse, às vezes não chega até ele. Mas devemos fazer uma pressão de alguma forma para que tenhamos a primeira Conferência Nacional sobre Comunicação Social, sob pena de

respondermos mais adiante aos nossos filhos pela nossa omissão e negligência e por estar comprometendo as gerações futuras.

É só isso. E mais uma vez quero cumprimentar a Deputada Erundina, com quem tive a possibilidade de ficar pelo menos um ano trabalhando na sua Comissão, juntos nessa luta, que é uma luta às vezes insana, quando se trata dos meios de comunicação em nosso País. É a única concessão pública que o poder concedente não tem a possibilidade de revogar. Todas as outras concessões públicas o poder concedente pode revogar a qualquer momento. A comunicação não, só por meio de votação do Congresso Nacional ou por meio de decisão judicial. Quer dizer, é o absurdo do absurdo do monopólio, que se fez neste País e que é uma forma inclusive de dominação ideológica, cultural, política, econômica, enfim, daquelas mesmas famílias que historicamente mantinham no passado o latifúndio da terra e hoje têm o latifúndio da comunicação.

Acho que devemos fazer a reforma não agrária só, mas a reforma também dos latifúndios da comunicação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) – Obrigado, companheiro Fantazzini.

Vou passar a palavra ao nosso último orador. Peço perdão ao meu irmão militante Luiz, porque eu não estava me lembrando do seu nome, mas é um militante das religiões de matriz africana, grande fotógrafo, sempre presente aqui em nossos eventos.

SR. LUIZ – *Colofê*, para quem for de *colofê*; *motumbá*, para quem for de *motumbá*. Que Enugbarijo, o Exu da língua falante, conduza meus pensamentos e faça com que seja de proveito a todos.

Esse evento hoje aqui me deixa muito feliz até por uma questão bem simples. Há vinte anos, quando eu fui confirmado *ogan* na casa de Seu Jorge de Oxossi, aqui em Brasília – hoje eu sou *ogan azauani fariji*, que é a minha *digina* dentro do candomblé. *Digina* significa o nome. Eu me lembro de várias situações em que eu passei nesta Casa, quando eu vinha com as minhas paramentos, com as minhas roupas e algumas pessoas, então, por total desinformação, caçoavam, riam, o deboche corria solto. Isso de algumas pessoas, como eu disse, totalmente desprovidas de

qualquer senso do ridículo, que é só o que eu posso pensar em relação a elas.

Então, passado algum tempo, conseguimos montar uma exposição fotográfica – há mais de vinte anos eu venho fotografando os terreiros de candomblé e umbanda em Brasília, trazendo um trabalho junto com a *ekédi* Joana. Nós fizemos aqui um trabalho. Márcio, que foi também diretor de Comunicação dessa Casa, também sempre teve uma palavra conosco. Então, hoje, eu vejo esse evento como especial. Parece que conseguimos alcançar mais alguns degraus, como foi o caso da sessão solene em homenagem aos cem anos da umbanda. E eu me lembro de que, nesta Casa, nós tínhamos uma única sessão solene para homenagear as religiões de matriz africana, e há três anos essa sessão solene não ocorria mais. Em contrapartida, as outras religiões cristãs têm, ao longo do ano, umas dez ou mais sessões. Eu acho que nós temos que colocar essa questão em grau de igualdade, para que esta seja realmente a Casa do povo. O ato denunciado pelo senhor sobre a questão de rasgarem os cartazes dos Petros Velhos mostra muito bem o pensamento vigente na maioria das pessoas desta Casa. Eu já tive aqui situações em que ao entrar com minhas paramentas dentro do elevador, uma senhora, que era ascensorista, começou a cantar uma música evangélica dizendo *“Tira ele daqui, Senhor”*. Eu me senti na obrigação de ligar para a chefia dela e solicitar que fosse feita uma repreensão contra essa mulher. Essa senhora foi tirada do local e transferida para outro. E assim algumas pessoas vieram falar que eu não podia ter feito aquilo porque ela era uma pessoa de idade. Eu falei: *“Não, eu acho que respeito não cabe em idade. Respeito é para todas as idades”*. E dentro do candomblé nós temos uma situação que se chama *“idade é posto”*. Significa que, uma pessoa pode ter dez anos de idade e viver dentro da religiosidade aqueles dez anos. Mas uma pessoa que tenha trinta anos de idade, devido ao tempo em que aquela pessoa professa religiosidade, ela tem que merecer respeito.

Então, eu falo isso tudo tentando passar o que eu acho sobre essa questão. Quanto a rasgar os cartazes, acho que deveria sair daqui uma carta à direção da Casa. Não dá mais para remediar. Já

foi feito, foi arrancado. Mas mandar uma carta colocando a nossa posição de descontentamento com essa atitude. Nesta Casa, por exemplo, nós temos toda quarta-feira um culto evangélico nesse corredor, um culto ensurdecedor. É som, é equipamento eletrônico, é tudo. Por que nós não podemos colocar um cartaz da nossa religiosidade na parede desta Casa? O que nos impede? O que impede? O que estamos agredindo? Temos aqui missa, quase todos os funcionários das copas são ligados às religiões evangélicas. Não sei se por imposição, até porque há denúncia – e nós, Deputado, poderíamos averiguar – de que alguns Ministérios praticam intolerância religiosa, deliberadamente. Pessoas ligadas a religiões de matriz africana têm denunciado que, por pertencerem a elas, têm recebido os piores serviços do segmento, da seção.

Ainda temos muito que caminhar e lutar, mas acho que isto aqui já é uma grande vitória.

Eu gostaria Deputado, que voltássemos à questão da sessão solene, pela visibilidade e importância de ocupação de espaço. Se é possível realizar nesta Casa cultos evangélicos e cristãos, que ela também seja aberta às religiões de matriz africana e brasileira, no caso a umbanda, o budismo, enfim, todas. Esta é a Casa dos brasileiros. Em suma, de todos.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) – Muito bem, companheiro Luiz, último orador inscrito. Quero dizer apenas algumas palavras para finalizar este seminário, em nome...

Desculpe-me, V. S^a não estava inscrita. Como é seu nome? Não entendi. Pode falar ao microfone.

PARTICIPANTE – O Nildo nos comunicou que havia inscrito o Sr. Shijeki Maeda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) – Pois não.

PARTICIPANTE – Ele não fala bem o português. Vai falar só um pouquinho.

SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) – Seja muito bem-vindo.

SR. SHIJEKI MAEDA – *(Intervenção em esperanto.)*

TRADUTOR – O nome dele é Shijeki Maeda. Ele vai falar em outra língua. Está falando em esperanto, porque a religião que ele representa usa essa língua como oficial. Ele ainda está aprendendo a falar o português.

SR. SHIJEKI MAEDA – *(Intervenção em esperanto.)*

TRADUTOR – De coração, ele congratula a todos pelos cem anos da umbanda no Brasil.

SR. SHIJEKI MAEDA – *(Intervenção em esperanto.)*

TRADUTOR – Isto é o que ele gostaria de expressar, de coração, e agradece a oportunidade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) – Muito obrigado pelas poucas, mas tão profundas palavras. Como já foram ditas tantas coisas boas e importantes, acho que o meu papel aqui é sempre lembrar que a semente foi plantada e está germinando. Que cuidemos do broto. Essa é a nossa grande meta.

Quando realizamos a sessão solene, e fizemos o cartaz da umbanda, mandaram-me um recado: *“Mas, Deputado, como é que, sendo católico, o senhor faz um negócio desses?”* Mas essa pessoa só falou uma vez, e não vai falar mais, com certeza, porque ouviu um discurso de uns 40 minutos. Tive que perder um tempinho para lhe dizer algumas palavras.

Quero apenas dizer, meus companheiros, amigas e amigos, que professar a fé é a coisa mais linda de Deus. Ele não tem intérprete, sempre digo isso. Deus não escolheu uma religião para representá-lo. Ele fala com qualquer pessoa, através de qualquer mecanismo por Ele criado – índios, comunidades africanas, brasileiros – e pode apresentar-se de várias formas, porque Ele é supremo. É Ele que põe esse equilíbrio entre nós, que peleja pelo equilíbrio. Que lutemos por isso.

Reafirmo que está plantada a semente, cuidemos do broto. Vamos fazer isso aos poucos. Um dia faremos aqui um grande ato ecumênico, com todas as religiões. Um dia faremos isso para celebrar o momento.

Estamos programando, inclusive por iniciativa do meu companheiro Deputado Carlos Santana, a introdução dos cultos afros na Câmara. S.Ex^a já se comprometeu a fazer isso, com o nosso apoio.

Em março, realizaremos uma conferência contra a intolerância religiosa, também como resultado do trabalho que iremos desenvolver gradativamente.

Tenho certeza de que um dia evoluiremos. Quando isso acontecer, quando todo mundo se sentir igual, independentemente da fé que professa, os senhores verão que não haverá mais fome, humilhação e sofrimento.

Muito obrigado, e vamos continuar, porque aqui a luta não pára.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião.

Está encerrada a reunião.

Siglário

C

Cenacora	Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Conub	Conselho Nacional da Umbanda do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores

F

FTU	Faculdade de Teologia Umbandista
-----	----------------------------------

I

Ibope	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
-------	---

M

Minc	Ministério da Cultura
------	-----------------------

O

ONU	Organização das Nações Unidas
-----	-------------------------------

P

PCC	Primeiro Comando da Capital
PcdoB	Partido Comunista do Brasil
ProUni	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores

S

SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Seppir	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

U

Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URI	Iniciativa das Religiões Unidas



ISBN 978-85-736-5654-1

